

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO – PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**SAMUEL HENRIQUE COLOMBO DA LUZ**

**A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA NA  
FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE: 1994-2010**

**CRICIÚMA**

**2021**

**SAMUEL HENRIQUE COLOMBO DA LUZ**

**A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA NA  
FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE: 1994-2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

Coorientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

**CRICIÚMA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L979t Luz, Samuel Henrique Colombo da.

A trajetória da Companhia de Gás de Santa Catarina na formação do sistema estatal catarinense : 1994-2010 / Samuel Henrique Colombo da Luz. - 2021.

140 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2021.

Orientação: Alcides Goulart Filho.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Gás natural. 2. Empresas estatais - Santa Catarina. 3. Companhia de Gás de Santa Catarina. 4. Desenvolvimento socioeconômico. I. Título.

CDD 23. ed. 333.8233

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

## SAMUEL HENRIQUE COLOMBO DA LUZ

### A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA NA FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE: (1994-2010)

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 21 de setembro de 2021.

#### BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
(Orientador - UNESC)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam  
(Coorientador - UNESC)

FABIO FARIAS DE  
MORAES:03738151907

Assinado de forma digital por FABIO  
FARIAS DE MORAES:03738151907  
Dados: 2021.09.29 19:55:59 -03'00'

Prof. Dr. Fabio Farias de Moraes  
(Membro – CIASC)

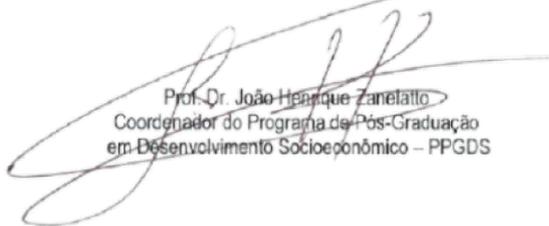
SILVIO PARODI OLIVEIRA  
CAMILO:36223115091

Assinado de forma digital por  
SILVIO PARODI OLIVEIRA  
CAMILO:36223115091  
Dados: 2021.10.06 10:06:06 -03'00'

Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo  
(Membro – UNESC)



Samuel Henrique Colombo da Luz  
Mestrando



Prof. Dr. João Henrique Zanetatto  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus pelo dom da vida e pela saúde e força a mim concedidos para chegar até aqui.

Aos meus pais e à minha família por sempre estarem ao meu lado, em especial à minha mãe, Izolete Maria Colombo, por sempre me apoiar e estar ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alcides Goularti Filho, por toda dedicação e pelo auxílio prestado na execução da dissertação, também pela confiança em mim depositada.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam, pelos pontos levantados desde a graduação em Ciências Econômicas, que me fizeram evoluir intelectualmente.

Agradeço, ainda, aos demais membros da Banca, Prof. Dr. Fabio Farias de Moraes e Prof. Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo, que aceitaram o desafio de participar deste projeto e avaliarem-me, contribuindo e agregando valor ao trabalho executado. Obrigado a todos os membros pela oportunidade de entrega dos resultados e pela rigorosa avaliação.

Estendo os agradecimentos aos demais professores, aos colegas e amigos e à secretária do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Ao meu empregador, Banco BV, pelas disponibilidades e pelo apoio prestados, os quais proporcionaram a conclusão do curso dentro de todos os prazos solicitados. Estendo os agradecimentos aos meus colegas de trabalho, que me auxiliaram em diversos momentos para que eu pudesse conciliar a ocasião, em especial ao meu gestor, Astro Luiz Santos, por me auxiliar e ser compreensivo durante toda a jornada.

Agradeço a todos que, em algum momento, contribuíram para a construção deste trabalho. A todos que compartilharam conhecimento e agregaram valor a mim como pessoa instigada pelo saber, aperfeiçoando-me intelectualmente.

Por fim, quero agradecer a todos que estiveram envolvidos nesta caminhada me auxiliando, seja por motivação, palavras ou gestos, seja até mesmo trazendo um momento de paz de espírito e relaxamento, possibilitando a continuidade da dissertação.

Enfim, meu muito obrigado a todos!

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir os serviços de distribuição de gás no horizonte de 1994 a 2010, com foco na Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), a qual foi fundada oficialmente em 1994 e teve suas atividades iniciadas no ano 2000. O gás natural é um combustível fóssil. Ele foi a matriz energética com maior expansão de consumo no século 20, no Brasil, impulsionada por sua versatilidade. No Brasil, a Constituição Federal exige que os Estados da Federação sejam responsáveis pela exploração dos serviços locais de gás canalizado, sendo a SCGÁS a concessionária de sua distribuição em Santa Catarina. A metodologia utilizada foi a exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, além da utilização de fontes bibliográficas e documentais. O método de análise foi o materialista histórico-dialético. Para a realização da dissertação, foram utilizados livros, artigos, teses, legislação sobre gás natural, *sites* e relatórios administrativos da SCGÁS. A dissertação faz referência ao Estado e ao desenvolvimento, por se tratar de uma pesquisa sobre a história de uma empresa estatal inserida em um sistema estatal de Santa Catarina. Como resultado, podem-se inferir três pontos principais: em primeiro lugar, a intervenção do Estado através da criação da estatal como solução apresentada para que o gás natural pudesse ser ofertado no Estado. Fica claro no estudo que os elevados custos iniciais e o longo prazo para o retorno do investimento causam uma inércia empresarial por parte do capital privado. Cabendo ao Estado e às suas empresas, o gás natural desempenha um papel fundamental no contexto econômico, sendo responsável pela expansão do capitalismo monopolista, removendo barreiras e desenvolvendo-se como uma estrutura de produção para atender às demandas e gerar valorização do capital. Em segundo lugar, verificou-se que os resultados financeiros se expandem positivamente, consolidando e demonstrando que a gestão bem administrada pelo Estado se transformou em uma empresa estatal, que pode expandir suas funções e ser um fator de desenvolvimento socioeconômico, além de um instrumento da política econômica. Por fim, o sistema estatal catarinense como um todo é consolidado e necessário para a continuidade do desenvolvimento socioeconômico e da acumulação de capital no País.

**Palavras-chave:** Gás natural; Empresa estatal; Desenvolvimento Socioeconômico.

## ABSTRACT

This dissertation aims to discuss gas distribution services, from 1994 to 2010, focusing on the Santa Catarina Gas Company (SCGÁS), officially founded in 1994, started its activities in 2000. Natural gas is a fossil fuel, it was the energy matrix with the greatest consumption expansion in the 20th century in Brazil, driven by its versatility. In Brazil, the Federal Constitution requires the States of the Federation to be responsible for exploring local piped gas services, with SCGÁS being in Santa Catarina. The methodology used was exploratory and descriptive, with a qualitative approach, in addition to the use of bibliographic and documental sources, the method of analysis was the dialectical historical materialist. To carry out the dissertation, books, articles, theses, legislation on natural gas, websites, and SCGÁS administrative reports were used. The dissertation makes reference to the State and development, as it is a research on the history of a state company inserted in a state system in Santa Catarina. As a result, three main points can be inferred: First, State intervention through the creation of the State, as a solution presented so that natural gas could be offered in the State, as it is clear in the study that the high initial costs and the long term for the return on investment, cause a business inertia on the part of private capital, with the State and its companies playing a fundamental role in the economic context, being responsible for the expansion of monopoly capitalism, removing barriers and developing as a structure production to meet demands and generate capital appreciation. Second, it was found that the financial results expand positively, consolidating and demonstrating that the well-administered management by the state has become a state-owned company that can expand its functions and be a factor of socioeconomic development, in addition to a policy instrument economic. Finally, the state system in Santa Catarina as a whole is consolidated and necessary for the continuity of socioeconomic development and capital accumulation.

**Keywords:** Natural gas; State company; Socioeconomic Development.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Gás Natural.....	30
Quadro 2: Modelo de distribuição por Estado.....	42
Quadro 3: Empresas distribuidoras de gás por Estado e a data de criação.....	46
Quadro 4: Diretor-Presidente da SCGÁS.....	71
Quadro 5: Linha do tempo da SCGÁS.....	72
Quadro 6: Rede de distribuição em 1999.....	80
Quadro 7: DRE Simplificado do exercício 2000 (valores a preços correntes).....	83
Quadro 8: DRE Simplificado do exercício 2001 (valores a preços correntes).....	86
Quadro 9: DRE Simplificado do exercício do ano 2002 (valores a preços correntes).....	87
Quadro 10: DRE Simplificado do exercício 2003 (valores a preços correntes).....	90
Quadro 11: Distribuição de dividendos em 2003 (valores a preços correntes).....	91
Quadro 12: Volume médio de vendas por segmento em 2003.....	92
Quadro 13: Volume médio de vendas por segmento em 2004.....	94
Quadro 14: DRE simplificado do exercício 2004 (valores a preços correntes).....	96
Quadro 15: Volume médio de vendas por segmento em 2005.....	97
Quadro 16: DRE simplificado do exercício 2005 (valores a preços correntes).....	98
Quadro 17: Resumo de mercado em 2006.....	101
Quadro 18: DRE simplificado do exercício 2006 (valores a preços correntes).....	102
Quadro 19: Resumo de mercado em 2007.....	105
Quadro 20: DRE simplificado do exercício 2007 (valores a preços correntes).....	105
Quadro 21: Dividendos totais, por ano, de 2003 a 2007 (valores a preços correntes).....	107
Quadro 22: Vendas por segmento em 2008.....	109
Quadro 23: DRE simplificado do exercício 2008 (valores a preços correntes).....	109
Quadro 24: DRE simplificado do exercício 2009 (valores a preços correntes).....	112
Quadro 25: Volume médio de vendas por segmento em 2009.....	113
Quadro 26: Vendas por segmento em 2010.....	114
Quadro 27: DRE simplificado do exercício 2010 (valores a preços correntes).....	115

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reservas provadas de gás natural em trilhões de M <sup>3</sup> (por região geográfica).....	31
Tabela 2 - Reservas provadas de gás natural em 2018 por trilhões de M <sup>3</sup> (por país).....	31
Tabela 3 - Produção de gás natural em bilhões de M <sup>3</sup> (por região geográfica).....	32
Tabela 4 - Produção de gás natural no mundo em 2018 (por país).....	33
Tabela 5 - Aplicações financeiras entre 1998 e 1999.....	81
Tabela 6 - Demonstrativo dos clientes ativos por segmento de 2000 a 2010.....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção de Gás Natural no Brasil em bilhões de M <sup>3</sup> .....	51
Gráfico 2: Consumo de Gás Natural no Brasil em bilhões de M <sup>3</sup> .....	52
Gráfico 3: Receita líquida entre 1994-1997 (valores em preços correntes).....	75
Gráfico 4: Despesas Gerais e Administrativas entre 1994-1997 (valores em preços correntes) .....	75
Gráfico 5: Estudo de mercado para o segmento industrial.....	77
Gráfico 6: Capital total em ações (Ordinárias + Preferenciais).....	81
Gráfico 7: Capital por ações ordinárias.....	82
Gráfico 8: Capital por ações preferenciais.....	82
Gráfico 9: Diversificação de clientes do segmento industrial.....	85
Gráfico 10: Participação dos segmentos por volume de vendas em 2004.....	95
Gráfico 11: Clientes ativos por segmento em 2005.....	99
Gráfico 12: Vendas médias por segmento (mil m <sup>3</sup> /dia) em 2006.....	103
Gráfico 13: Consumo médio por setor em 2009 (mil m <sup>3</sup> /dia).....	110
Gráfico 14: Capital total em Ações (Ordinárias + Preferenciais).....	117
Gráfico 15: Investimento total acumulado da SCGÁS entre 1999 a 2010 (Milhões).....	119
Gráfico 16: Imobilizado de 1999 a 2010.....	119
Gráfico 17: Extensão da rede em quilômetros de 1999 a 2010.....	120
Gráfico 18: Evolução dos clientes ativos de 2000 a 2010.....	121
Gráfico 19: Venda total de gás natural entre 2000 a 2010 (Milhões de M <sup>3</sup> ).....	122
Gráfico 20: Receita bruta da SCGÁS de 2000 a 2010.....	123
Gráfico 21: Receita líquida da SCGÁS de 2000 a 2010.....	123
Gráfico 22: Resultado líquido do exercício da SCGÁS de 2000 a 2010.....	124
Gráfico 23: Investimento total acumulado e deflacionado da SCGÁS entre 1999 a 2010 (Milhões).....	138
Gráfico 24: Imobilizado menos depreciação de 1999 a 2010 (valores deflacionados).....	138
Gráfico 25: Receita bruta da SCGÁS de 2000 a 2010 (Valores deflacionados).....	139
Gráfico 26: Receita líquida da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a deflacionados).....	139
Gráfico 27: Resultado líquido do exercício da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores deflacionados).....	140

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Empresas Distribuidoras de Gás Natural no Brasil.....	45
Figura 2 - Gasodutos Brasil 2019.....	47
Figura 3 - Participação Acionária Gaspetro.....	64
Figura 4 - Mapa de Rede de Distribuição SCGÁS 2021.....	73
Figura 5 - Região A.....	78
Figura 6 - Região B.....	78
Figura 7 - Região C.....	79
Figura 8 - Região D.....	79

## LISTA DE ADREVIATURAS E SIGLAS

ABEGÁS	Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento Econômico
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BTU	<i>British Thermal Unit</i>
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CESACA	Cerâmica Santa Catarina Ltda
CEUSA	Cerâmica Urussanga S.A.
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COMGÁS	Companhia de Gás de São Paulo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
E&Ps	Unidades de Exploração e Produção
EIA	Agência Internacional de Energia
ERP	Estação de Redução e Pressão
ERPM	Estações de Redução, Pressão e Medição
ETESCC	Estudo teórico e experimental de sistemas compactos de cogeração
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOB	<i>Free on board</i>
GASBOL	Gasoduto Brasil-Bolívia

GASENE	Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste
GASPART	Gás Participações S.A.
GASPETRO	Petrobras Gás S.A.
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GNC	Gás Natural Comprimido
GNL	Gás Natural Liquefeito
GNV	Gás Natural Veicular
INFOPAE	Sistema Informatizado para apoio a Plano de Ação de Emergência
INFRAGÁS	Infraestrutura de Gás para a Região Sul
LOGIGÁS	Petrobras Logística de Gás S.A.
M <sup>3</sup>	Metros Cúbicos
MME	Ministério de Minas e Energia
MMm <sup>3</sup>	Milhões de Metros Cúbicos
NATURGY	<i>Naturgy Energy Group S.A.</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PA	Plano de Ação
PCD	Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PETROFÉRTIL	Petrobras Fertilizantes S.A.
PG	Plano de Governo
PIS	Programa de Integração Social
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PLANGÁS	Plano de Antecipação da Produção de Gás
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PPGDS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PPLR	Programa de Participação nos Lucros e Resultados para Funcionários
PPN	Plano Plurianual de Negócios
SCGÁS	Companhia de Gás de Santa Catarina
SEGRED	Sistema Especialista de Gerenciamento de Gás
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMS	<i>Short Message Service</i>
SOCIESC	Sociedade Educacional de Santa Catarina
TBG	Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia
TCN	Termocatarinense Norte
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A.

TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina S.A.
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina
UPGNs	Unidades de Processamento de Gás Natural

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 ESTADO E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>21</b>
<b>3 GÁS NATURAL.....</b>	<b>27</b>
3.1 GÁS NATURAL NO BRASIL .....	34
<b>3.1.1 Transporte e distribuição do gás natural .....</b>	<b>38</b>
3.2 A PRESSÃO DA DEMANDA SOBRE A ESTRUTURA DE OFERTA DE GÁS NATURAL .....	48
<b>3.2.1 Gás natural como base energética na modernização da indústria cerâmica em Santa Catarina.....</b>	<b>52</b>
3.3 POLÍTICA PÚBLICA DO GÁS NATURAL E MATRIZ ENERGÉTICA.....	54
<b>4 EMPRESA ESTATAL.....</b>	<b>59</b>
4.1 GÁS PETRO .....	62
4.2 FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE .....	65
<b>5 A COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS.....</b>	<b>70</b>
5.1 DO PERÍODO PRÉ-OPERACIONAL AO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DOS INVESTIMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL ENTRE 1994 A 1999 .....	73
5.2 DE 2000 A 2002, O INÍCIO DAS OPERAÇÕES E A CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO .....	83
5.3 DAS INCERTEZAS POLÍTICAS E EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS À EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADO ENTRE 2003 A 2007 .....	90
5.4 SUPERANDO OS DESAFIOS ECONÔMICOS E RETOMANDO O CRESCIMENTO DE 2008 A 2010 .....	108
<b>6 O DESEMPENHO DA COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA (SCGÁS) NOS 10 PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADES – 2000 A 2010.....</b>	<b>118</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO A – GRÁFICOS COM VALORES DEFLACIONADOS .....</b>	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a discutir os serviços de gás estatais, em um recorte temporal de 1994 até 2010, focado na Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS). Oficialmente fundada em 1994, ela é fruto de um trabalho liderado pelo governo do estado a partir de 1989, quando começou o projeto do governo brasileiro de trazer o gás da Bolívia para aumentar a participação do gás natural na matriz energética, diversificando as fontes de geração de energia e modernizando do parque fabril. O gás nas regiões em que foi disponibilizado para as indústrias gerou a substituição da lenha e do carvão, permitindo uma maior perenidade do fornecimento e um maior controle térmico nos processos que os exigiam, como no caso do setor cerâmico, possibilitando uma melhor qualidade de seus produtos. De 1994 até 1997, a SCGÁS esteve em fase pré-operacional. As obras da rede de distribuição do gás canalizado em Santa Catarina iniciaram em 1997 e foram finalizadas no ano 2000, quando começou o fornecimento do gás no Estado para as indústrias mais desenvolvidas das regiões Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul. Todo o gás fornecido pela SCGÁS vem da Bolívia, pela rede do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que iniciou a sua operação em 1º de junho de 1999.

A metodologia usada será exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, além do uso de fontes bibliográficas e documentais. O método de análise será o materialista histórico-dialético, que aborda os objetos no lugar e no tempo, buscando a totalidade na análise. As análises dentro desse método fogem do determinismo para um olhar de múltiplas determinações. Para o estudo de história de empresa, como a pesquisa sobre a SCGÁS, isso é determinante para entender o movimento geral do gás, incorporando a empresa no mercado brasileiro de gás e no movimento mundial, as descobertas de reservas de gás, os movimentos financeiros, a aderência dos consumidores, entre outros fatores. O estudo vai englobar diversas áreas de conhecimento interdisciplinar, partindo dos pressupostos econômicos aos sociais e ambientais, que envolvem o objeto.

A divisão do projeto será feita em três momentos, que se correlacionam, partindo, inicialmente, de um esboço histórico das empresas estatais catarinenses, passando pela formação do complexo estatal catarinense ao longo dos governos democráticos e autoritários até a criação da Companhia de Gás de Santa Catarina. Será feita, então, uma discussão sobre as ações do Estado por meio de suas empresas estatais, sendo agente do desenvolvimento e responsável pelo planejamento, aprofundando sua história e revelando como foi inclusa e atualmente está a SCGÁS no sistema estatal catarinense. Na sequência, será aprofundado o

estudo em relação ao gás natural em nível internacional, nacional e estadual, introduzindo a Companhia de Gás de Santa Catarina, sua história, seus balanços financeiros e relatórios, mercado, ações, área de cobertura e todas as informações possíveis relacionadas à empresa interna e externamente. O período determinado foi de 1994 a 2010 pois abrange os governos de Paulo Afonso Evangelista Vieira (1995-1999), Esperidião Amim Helou Filho (1999-2002) e Luiz Henrique da Silveira (2002-2010), possibilitando assim entendendo as mutações e impactos que ocorrem dentro da companhia a partir das trocas de comando do governo do Estado. Todas essas informações serão coletadas via jornais, relatórios, legislação, portal da transparência, planos diretores, *sites* oficiais do governo, Diário Oficial, mensagens de governadores e demais fontes a serem analisadas. Para finalizar, será feito um encadeamento entre as estatais, a Companhia de Gás de Santa Catarina e a necessidade de manter essas empresas em poder da administração pública, garantindo a sustentação de serviços importantes, com longevidade e capacidade de financiamento adequadas ao desenvolvimento do sistema.

O problema de pesquisa busca saber quais são os desdobramentos ocorridos no sistema estatal catarinense e qual a trajetória da empresa Companhia de Gás de Santa Catarina de 1994 a 2010, após ser incluída no sistema. O objetivo, portanto, é analisar o sistema estatal catarinense e a trajetória da empresa Companhia de Gás de Santa Catarina no período de 1994 a 2010 e seu papel para o desenvolvimento socioeconômico. Para alcançar esse objetivo, serão abordados os seguintes pontos: (1) Descrever um histórico do gás natural no mundo e no Brasil, com enfoque em Santa Catarina na história da empresa SCGÁS; (2) Relatar uma breve história das estatais catarinenses e a formação do complexo estatal; (3) Explicitar o que é uma empresa estatal e seu modelo de atuação (alargamento das funções do Estado, instrumento de política econômica, fator de desenvolvimento socioeconômico, relação entre Estado e desenvolvimento); (4) Demonstrar os desdobramentos econômicos, sociais e ambientais derivados da inserção do gás natural em Santa Catarina; (5) Construir uma trajetória para o período quanto aos serviços, aos resultados financeiros e às políticas apresentadas pela SCGÁS; (6) Desenvolver um estudo para a conservação da Companhia de Gás de Santa Catarina e de todas as estatais catarinenses em meio a um movimento nacional de privatizações.

O gás natural é um combustível fóssil explorado e utilizado de maneira global, é também a fonte de energia fóssil que apresentou maior expansão em consumo no século XX, no Brasil. O consumo acumulado a partir dos anos 80 cresceu mais de 6000%, conforme dados da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Tudo isso está relacionado ao fato de ser uma matriz energética alternativa, especialmente ao petróleo, visto que em seus momentos de crise o gás natural se torna o seu primeiro substituto, além de ser menos danoso ao meio

ambiente, pois é considerado um combustível limpo. Todas essas analogias proporcionaram ao gás natural a crescente demanda e o *status* privilegiado e estratégico ao insumo. A versatilidade é sua marca registrada e em diferentes decomposições ele pode ser utilizado nos mais variados setores econômicos, como transportes, indústria, comércio, serviços e até mesmo residencial. No Brasil, a Constituição Federal estabelece que os Estados da Federação sejam responsáveis por explorar os serviços locais de gás canalizado. Em Santa Catarina, esse trabalho está a encargo da SCGÁS, que é o objeto de estudo no presente trabalho.

A identificação pessoal com o conhecimento e o anseio em aprender sempre foram marcantes em minha personalidade, refletindo na minha formação como pesquisador. Esses fatores, interligados à necessidade de me colocar em uma posição superior no mercado de trabalho para disfrutar de uma qualidade de vida satisfatória, financeira e profissionalmente, são de fato impulsos para eu dar continuidade à pesquisa. Claro que eles também estão aliados ao desejo de disseminar conhecimento na vida acadêmica e ao sonho de chegar ao doutorado e poder lecionar. Este sonho de infância e de família está vivo e persiste em minha caminhada. Realizá-lo é algo inestimável, então espero estar no caminho certo para a sua realização.

O tema escolhido para a pesquisa representa uma lacuna sobre assuntos relacionados ao gás natural em Santa Catarina, tendo sido ele pouco encontrado em pesquisas acadêmicas. Apesar de haver uma base de dados com diversos estudos que abordam assuntos relacionados ao gás natural – desde a sua implantação, legislação, geografia, meio ambiente, desdobramentos em geral e demais assuntos conexos –, há poucos estudos sobre ele em Santa Catarina. Até o presente momento, não consta nenhum trabalho de pós-graduação sobre a estatal Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), conforme consulta à base de teses e dissertações da CAPES.

O procedimento que será utilizado na pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, dando ênfase à abordagem qualitativa. A princípio, a divisão dar-se-á em três etapas, sendo a primeira a realização de uma investigação exploratória dos dados, seguida de toda a coleta de dados e, para finalizar, será feita a análise dos dados encontrados para chegar às conclusões estipuladas.

A pesquisa de caráter exploratório consiste em justificar as intuições e aperfeiçoar as ideias, além de ser muito flexível para se adequar às variações do estudo. “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Quanto à pesquisa descritiva, sua ênfase é descrever todas as características e relações entre as variáveis estudadas, que no caso em questão é a relação entre o complexo estatal catarinense e a SCGÁS. Finalizando a

abordagem, classificamos o procedimento como qualitativo, visto que esse método explora a relação do participante com o contexto no qual ele está envolvido para entender as peculiaridades existentes. E como no caso da pesquisa em questão, também se trata de um meio pouco explorado, o que exige aprofundamento do assunto. A pesquisa qualitativa também analisa os dados e as informações que não podem ser mensurados numericamente.

O enquadramento metodológico da análise será o materialista histórico-dialético, já que a pesquisa irá transcrever um período, baseando-se em acontecimentos e em seus movimentos contraditórios. A sociedade não vive de forma isolada, todos os agentes e setores estão relacionados e condicionados uns dos outros, tratando-se de uma “via de mão dupla”, pois exercem uma relação dependente e recíproca entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A dialética o compreende como um conjunto de processos [...] Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101).

Todas essas mutações representam perfeitamente o que é o objeto a ser estudado no trabalho, o qual está relacionado com elementos econômicos, sociais e ambientais graças à sua versatilidade. Outro ponto importante a ser notado é que pelo fato de o trabalho discorrer em um longo período de tempo, tende a apresentar contradições, as quais apenas reforçam o modelo dialético. “A característica do desenvolvimento dialético é que ele prossegue através de negações” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 103). Ao final da pesquisa, os resultados se tornam qualificados e confiáveis pela aplicação da dialética, “[...] dessa forma, a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofre mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 104).

Quanto a coleta de dados da pesquisa, ele se classifica como bibliográfica e documental, visto que serão utilizadas fontes primárias (demonstrativos de balanço, relatórios, Diário Oficial, jornais, dentre outros) e fontes auxiliares (livros, artigos científicos nacionais e internacionais, teses, dissertações). A coleta dos dados também será efetuada por via de bases *online*, em bases nacionais, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e demais bases que forem encontradas e exploradas durante a construção do texto. Após reunir todas as informações necessárias, o processo vai ganhar corpo e forma com a análise dos dados, relacionando-os com a teoria.

A abordagem bibliográfica se refere a uma pesquisa desenvolvida com material produzido com base em pesquisas em livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros. Enquanto a pesquisa documental tem características similares às da bibliográfica, diferindo nas fontes de pesquisa, na abordagem documental, as fontes existem, mas não foram analisadas detalhadamente, ou sequer foram analisadas, podendo ser reelaboradas e reinterpretadas, como, por exemplo, no caso de relatórios de empresas, arquivos, entre outros (GIL, 2002).

A fundamentação teórica traz o referencial sobre Estado e desenvolvimento, por se tratar de uma pesquisa sobre história de empresa, sobre uma empresa estatal inserida no sistema estatal catarinense. As empresas estatais estaduais colaboram não apenas para o crescimento econômico, mas também para o desenvolvimento, visto que não almejam apenas o lucro, como é natural em empresas capitalistas privadas, que também podem tomar decisões em prol da melhoria da qualidade da economia e da vida das populações afetadas. Podem tomar decisões de investimento que não seriam intuitivas para empresas privadas, servindo, assim, como instrumento de execução de políticas públicas.

Introduzindo o gás natural no setor industrial, arcando com os riscos de criação de demanda para um novo insumo, a empresa estatal promove uma política industrial de crescimento e modernização do parque fabril, incorporada pelo fornecimento de gás. Ao fornecer para a geração e cogeração de energia elétrica ou mesmo para o uso como combustível veicular, promove uma diversificação da matriz energética, trazendo uma alternativa de combustível de geração térmica, que entre os combustíveis térmicos é o de menor impacto ao meio ambiente, comparando com carvão, derivados de petróleo e biomassa, por exemplo. Na medida que o gás é consumido, ele se dissipa, sem gerar resíduos sólidos rejeitados a serem descartados no meio ambiente. Da mesma forma que a SCGÁS, outras estatais também cumprem a função de executar políticas públicas, chegando, muitas delas, a executar o fornecimento de bens públicos, como nos casos de abastecimento de água potável (Casan) e de fornecimento de energia elétrica (Celesc), essenciais para os dias atuais, principalmente nas áreas urbanizadas.

## 2 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

No capitalismo moderno, as iniciativas para o desenvolvimento precisam de um contexto econômico favorável ou de estímulos para uma reação em cadeia. É nesse conjunto de sistemas econômicos que aparece a presença do Estado, seja em uma economia mais desenvolvida e de maior dinamismo, seja em uma economia de desenvolvimento retardatária e menos dinâmica. No primeiro caso, o Estado já teve sua participação como força motriz para desencadeamentos produtivos e hoje toma sua postura como órgão regulador econômico e social; no segundo caso descrito, faz-se necessária a participação do Estado como uma forma de organização superior do capitalismo, ditando o ritmo inicial do desenvolvimento.

Partindo do principal objeto do capitalismo, que é o lucro, podemos observar na iniciativa privada a preferência por altas taxas de lucros e retorno de curto prazo somada, na maioria das vezes, a uma aversão a assumir riscos. Assim, como toda atividade inicial de grande porte exige um alto investimento inicial (custo de oportunidade) com baixas taxas de retorno, longo prazo de maturação dos investimentos e risco atrelado a incertezas em relação à conjuntura econômica, entra em cena o Estado para garantir o investimento. Isso pode se dar garantindo a integralidade do capital, financiando total ou parcialmente por meio de bancos de fomento ou de uma participação societária significativa, na medida em que o empreendimento necessite de maior participação de investimentos que assumam riscos. O Estado age de todas as formas possíveis e necessárias, sendo ele a forma mais completa de organização capitalista, gera as condições necessárias ao desenvolvimento e à acumulação, criando empresas estatais encadeadas como um complexo produtivo e prestador de serviço, responsável por concentrar e centralizar o capital, organizar a concorrência e transferir valor ao Estado e ao capital privado. O complexo estatal é decorrente dessa rede, visando à integração produtiva nos diferentes setores econômicos, partindo, assim, para a totalidade do sistema, a ponto de chegar à política. As estatais são prestadoras de serviços não apenas do Estado, mas também de toda uma nação e população envolvida. Não é à toa que são e devem ser empresas de setores-chave da economia (combustíveis, transportes, comunicações, financeiro, energias, abastecimento e outros), construindo-se a estatal como unidade indispensável à reprodução ampliada do capital.

O Estado é sua própria estrutura, próprio em si mesmo. Sua dominação depende da classe política na qual ele é orquestrado, não sendo reduzido por isso. No capitalismo, tem-se a classe burguesa como dominante, então podemos chamá-lo Estado burguês. É instituído por poder político, que é a base da classe dominante, e utiliza essa ferramenta para afeiçoar a esfera econômica. O Estado se configura uma forma superior de poder, ditando as possibilidades, e é

legítimo a partir do momento em que é a unidade da nação. Suas limitações são definidas pelas suas relações produtivas, nas quais ele se coloca com maior interferência, exercendo maior autonomia, intervindo também como regulador nas relações de classe, evitando o “colapso”, a luta (POULANTZAS, 2000).

Dentro do contexto econômico, existem dois pontos de vista que facilmente são equivocados, os quais confundem a economia privada com a nacional. O primeiro é com relação à indústria nacional, mas parte de interesses privados (individuais), enquanto o segundo também é relacionado à indústria nacional, mas parte dos interesses de abrangência total (coletivo) da nação. Nesse sentido, a intervenção do Estado entra como reguladora, impondo restrições para que os interesses individuais do mercado não se sobressaiam aos interesses coletivos. É de responsabilidade do Estado proteger a nação de eventuais perdas causadas por agentes nacionais e internacionais no mercado, via taxação, proibições, restrições e normas com fins regulatórios, mas em momento algum proibindo o indivíduo na sua tomada de decisão. Ele mostra qual caminho deve ser seguido para um retorno no ponto de vista da nação, facilitando ainda mais a vida do interesse individual e abrindo um extenso campo de oportunidades.

Cada indivíduo é livre, então o Estado deixa à sua mercê o que fazer com o seu próprio capital e qual rumo deve seguir. Dessa forma, ele “[...] não impõe restrição alguma ao trabalho privado; pelo contrário, assegura um campo maior e mais amplo de atividades e recursos humanos, financeiros e naturais” (LIST, 1983, p. 118).

O protecionismo garante autonomia e poder para dirigir a própria atividade nacional e legislar sobre ela. Se a nação possui um mercado interno fortalecido e independente do comércio exterior para a sua sustentação, ela se torna excludente dos entraves para seu desenvolvimento natural, então a soberania nacional se sobressai, garantindo a todos os indivíduos o direito ao lucro e à participação no mercado interno, de forma que se chega a uma melhora do bem-estar social (LIST, 1983).

O pilar para o desenvolvimento e a diversificação econômica de uma nação é uma relação intrínseca com o Estado, sendo o poder estatal que disponibilizará o ferramental necessário para um crescimento e fortalecimento do mercado interno e para a economia nacional. “É tarefa da política civilizar as nações bárbaras, transformar as nações pequenas e fracas em nações grandes e fortes, sobretudo, garantir-lhes a existência e a continuidade” (LIST, 1983, p. 124). A economia política dentro da ótica do desenvolvimento está diretamente relacionada com a necessidade de preparar a economia para relações universais, mas, antes de tudo, tem-se a necessidade de proteção do mercado interno nos seus primeiros e mais importantes estágios de desenvolvimento (primeiramente, dentre os setores que mais exigem

volume de capital para seu funcionamento), proteção que possibilita todos os desencadeamentos do sistema produtivo e uma consolidação do mercado interno, viabilizando a independência política e econômica em relação ao mercado externo e a outras nações, proporcionando bem-estar social, progresso social e político.

Apenas com algum grau de protecionismo a indústria interna pode se fortalecer e atingir certo grau de acumulação a ponto de, em seu último e mais completo estágio de desenvolvimento, conseguir competir no mercado internacional de forma eficiente. Mesmo adquirindo competitividade no mercado internacional, não deve abrir seu mercado interno de maneira indiscriminada, sustentando barreiras comerciais que podem ser levantadas ou reduzidas, na medida em que se queira estimular a competição com o setor externo, ao mesmo tempo que garante essas condições, sendo que os competidores não deixarão de adotar a mesma prática (LIST, 1983).

“Devemos antes de tudo tomar posse do mercado interno de nosso próprio país, ao menos no que concerne a artigos de primeira necessidade” (LIST, 1983, p. 134). O mercado interno, uma vez conquistado, vira uma garantia de rendimentos para empresas nacionais que se lançam no mercado externo, dando maior segurança. Essa relevância que List (1983) nos mostra vai aparecer em Lênin (1982), que bem descreve a formação de um mercado interno e, por consequência, da formação do sistema nacional de econômica específico.

Em sua obra, Lênin (1982) descreve com precisão a formação do mercado interno na Rússia. O fato é que os pilares de fortalecimento e de expansão da economia nacional estão em alguns setores considerados chave dentro do sistema econômico. São os transportes em geral (marítimo, fluvial e atualmente o aéreo), de acumulação de capital e crédito (bancos), correios, telégrafos, indústria e comércio. É necessário que o Estado, como responsável por fomentar o desenvolvimento, seja o impulsionador por meio desses meios de produção, pela baixa rentabilidade inicial e pelos altos investimentos, como em setores de infraestrutura, que acabam por “espantar” o capitalista privado, tendo o Estado que assumir a tarefa de iniciar a formação de setores da economia e proporcionar o desenvolvimento.

Ao introduzir a nossa realidade no modelo de protecionismo estatal e como política de Estado e fortalecimento da indústria nacional e do mercado interno, Schneider (2013) descreve o que ocorreu com algumas das principais empresas brasileiras na década de 1990 até 2000, estando entre elas a CSN, a Embraer, a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce, a Gerdau e a Usiminas, que atuam no mercado internacional de forma mais consolidada, sendo líderes de mercado em nível nacional. O que há de semelhante entre todas essas empresas é que elas foram ou são empresas estatais. Em alguns casos recentes, apesar de serem privatizadas,

foram impostas a elas limitações pelo Estado para que ele continue com poder de veto, voto e consiga, de certa forma, o “controle” por ser um acionista majoritário na empresa. Junto com isso se faz outra ressalva, a de que o capitalista estrangeiro não poderia exceder determinada participação, geralmente limitando a menos de 50%, favorecendo a venda ao capitalismo nacional. Esse pequeno esboço demonstra a relevância da intervenção do Estado sobre a economia nacional e, de antemão, esboça que as empresas estatais são instrumentos de política econômica do Estado, com fins de interesses nacionais desenvolvimentistas. É demonstrado, de fato, que a redução do protecionismo do Estado culmina em transtornos econômicos, fazendo com que muitas empresas desloquem suas linhas de produção para reduzir custos em países com mão de obra barata e incentivos fiscais e/ou tributários. Empresas nacionais enfraquecidas mediante a concorrência internacional superior tendem a encerrar e a reduzir a sua produção, pois sem mercado elas não se mantêm, elevando o número de desempregados e causando impactos não apenas econômicos, mas também sociais (SCHNEIDER, 2013).

Ianni (1996), em sua obra, faz reflexões político-econômicas sobre o modelo capitalista brasileiro, por meio do qual o Estado exerce funções enigmáticas no mercado, tomando a responsabilidade de formulações e reformulações para si, ora utilizando as empresas estatais, as quais foram criadas com o propósito de viabilizar a ele exercer suas demandas necessárias para regramento, fomento, expansão e controle das cadeias produtivas. “Em muitas ocasiões, o intervencionismo governamental destinava-se a reduzir ou a controlar os investimentos privados, de origem nacional ou multinacional” (IANNI, 1996, p. 306).

Em uma economia dependente de um setor externo dominante, em momentos de crise do capitalista dominante no mercado, o reflexo da política e da economia interna tende a ser catastrófico, com baixa previsibilidade e rotas de fuga. Por consequência, os setores produtivos nacionais viram reféns da crise e das suas consequências. “Assim, quanto mais dependente do setor externo, mais extensas tendem a ser as consequências internas da crise” (IANNI, 1996, p. 303). Dentro dos contextos de crise, principalmente, é que o Estado toma posicionamento como principal sujeito para interferir economicamente, via proteção e incentivo ao mercado interno existente e na geração de novos mercados, também com políticas anticíclicas para evitar o desmonte no mercado interno e recessões econômicas, sem deixar de preservar o funcionamento do regime vigente e as condições sociais existentes, ficando ele cada vez mais no centro do sistema econômico (IANNI, 1996).

É imprescindível, então, que o Estado possua as ferramentas necessárias para poder agir perante as crises do capitalismo. Nesse cenário, entram as empresas estatais, servindo como instrumento de ação política do Estado em todos os seus estágios. “Em geral, o poder público

teve um papel decisivo na criação de condições mais favoráveis para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e multinacional” (IANNI, 1996, p. 304).

O desenvolvimento econômico ocorre por saltos qualitativos, e no caso do Brasil não é diferente. O poder público e a ação estatal estão mais uma vez diretamente ligados aos saltos, podendo ser via estímulos e investimentos, mas tudo de forma estrutural, demonstrando alguns exemplos da ação governamental, que, em primeira instância, pode utilizá-los como estímulo ao crédito subsidiado (em suma, a maioria via bancos de desenvolvimento, os quais são estatais) à indústria para investimento em capital produtivo ou até mesmo como subsídio na produção, resultando em lucro residual e queda no preço dos produtos finais. Em segunda instância, investimentos como a criação de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias são alguns casos nos quais, ao seu redor, deriva toda uma cadeia produtiva, entrelaçando os mercados e potencializando a região, tudo isso entrelaçado à dinamização econômica resultante do processo. Por último, pode-se utilizar a criação de empresas estatais, independentemente do seguimento para o qual elas serão fundadas. Isso viabilizará o desfecho máximo dos desencadeamentos produtivos aos quais elas estarão relacionadas graças às vantagens estabelecidas pelo sistema, como o protecionismo, condição financeira dependente do Estado e, pela lógica principal, que as difere de qualquer outra empresa privada, cujo lucro não é a principal necessidade como resultado de suas funções exercidas, mas sim seu pleno funcionamento como instrumento de política econômica, fator de desenvolvimento socioeconômico e alargamento das funções do Estado. Todos esses modelos exemplificados são estruturas que ajudam a dar saltos econômicos qualitativos, os quais produzem desenvolvimento (IANNI, 1996).

Hobson (1985) fala sobre a tendência concentradora do capital e explicita que o capital atrai o capital. Em termos mais claros, os centros mais dinâmicos e mais desenvolvidos atraem mais capital e pessoas e possuem um sistema mais complexo, como no caso comparado entre metrópole e periferia, sendo a primeira o atraente de capital, que possui um sistema econômico e social.

Nesse intrincado contexto, ao levar para a questão econômica, trazendo a realidade de países periféricos a sistemas como o Brasil, vê-se que essa tendência concentradora demanda um alto investimento, com maior risco, a longo prazo, para os retornos, o que afasta o grande capital privado. O Estado então se torna responsável por investir para atrair capital, dinamizar a economia e complementar o sistema, até o ponto de o próprio capital conseguir se sustentar por conta própria, continuando o Estado presente para intervir quando necessário e para regulamentar o mercado interno.

Isso nos permite concluir a centralidade do papel do Estado nas sociedades estruturadas, incorporando e reproduzindo a sociedade a qual representa como uma forma superior de organização capitalista nas sociedades modernas de maior complexidade econômica e social. Ao Estado é imputada a capacidade de tomar decisões contraintuitivas a curto prazo, viabilizando atividades econômicas de maturação no médio e longo prazo, além de proporcionar o acesso a bens e serviços demandados à melhoria da qualidade de vida e do ambiente da sociedade, sem obrigatoriamente aferir lucro, sendo capaz de criar mercados ao se lançar à frente da demanda na criação de certos setores produtivos e de prestação de serviços. Pode também garantir a prosperidade ou o fracasso de uma economia nacional à medida que toma a melhor decisão na proteção dos setores-chave, estimulando a concorrência no mercado doméstico e o domínio sobre o abastecimento de necessidades básicas, impondo barreiras temporárias aos competidores externos, que são gradativamente reduzidas para estímulo à competição e instrumentalizadas dadas as demandas setoriais. De tudo o que possibilita, com toda certeza, a garantia das liberdades e a melhoria da qualidade de vida da população são os principais pontos a serem ressaltados.

### 3 GÁS NATURAL

O gás natural no mundo tem uma história antiga, que remonta os 1.000 a.C., em Delfos, na Grécia antiga, quando um raio caiu sobre o gás que saía de uma fenda no monte Parnaso, acendendo as chamas que não se apagavam. Naquele local, foi construído então um Oráculo. Por volta de 500 a.C., teve-se o registro de reservas de gás canalizadas com bambu pelos chineses para ferver a água do mar a fim de torná-la potável. A indústria de gás natural começou em 1626, quando exploradores franceses descobriram nativos norte-americanos inflamando gás nos arredores do Lago Erie. O início da comercialização ocorreu na Grã-Bretanha, em 1785, para iluminação de casas e ruas. Ele era fabricado a partir do carvão e exclusivamente utilizado para iluminação, até que, em 1885, Robert Bunsen desenvolveu um queimador de gás, permitindo seu uso doméstico para cozinhar, aquecer ambientes, além de poder ser instalado em fábricas e gerar eletricidade (AMERICAN PUBLIC GAS ASSOCIATION, s.d.).

O surgimento do mercado de gás natural pode ser considerado a descoberta de grandes reservas de gás associadas a poços de petróleo, que ocorreu nos Estados Unidos da América no começo do processo de exploração de petróleo. Inicialmente, os preços eram baixos, dados na boca do poço devido à competição entre os fornecedores, cujo gás se destinava para um mercado limitado e nascente. Com o período da Segunda Guerra, que levou à expansão acelerada das redes de oleodutos, passou-se a consumir o excedente de gás e sua utilização cresceu rapidamente. O baixo preço em relação ao petróleo e ao carvão levou a uma pressão sobre a demanda, que se acumulou, tencionando o aumento da sua exploração. O preço era dado pelo custo do serviço de exploração, somando-se a um retorno sobre o capital investido, tornando viável a continuidade da exploração. Isso gerava preços individualizados no fornecimento, a partir de cada poço de extração, na medida do seu custo de serviço (MICUCCIÉ, 2006).

Uma forte alta nos preços ocorreu apenas em 1970, com a crise do petróleo, que culminou em dois importantes choques em 1973 e em 1979. Mantido o modelo de formação de preços na boca do poço pelo custo de serviço, obteve-se como resultado uma escassez no fornecimento pela excessiva demanda pelo gás natural em substituição ao petróleo e a seus derivados como insumos energéticos, fazendo, assim, com que as contas sobre o serviço público relacionado à exploração do gás fossem pressionadas. Isso levou países industrializados com abundante disponibilidade do recurso a adotarem políticas de liberalização do setor, buscando estimular a concorrência. Tiveram como primeira medida descolar o preço dos poços,

separando-os da exploração das redes de tubulação de transmissão e de distribuição. Os sistemas de transmissão e distribuição passaram a ser vendidos a operadores independentes, que determinaram o preço por sua própria determinação (MICUCCIÉ, 2006).

No início do desenvolvimento do mercado interno do gás natural, a verticalização foi vista como benéfica para o desenvolvimento do setor, promovendo ganhos de escala na adoção do subsídio cruzado para dar competitividade para o recurso. Começou como monopólio único estatal para promover os altos investimentos iniciais para o desenvolvimento do setor e a absorção do insumo por parte do mercado consumidor nacional, a princípio regionalizado, restrito às regiões próximas dos poços e das regiões mais industrializadas, seguido da migração para as demais regiões na medida do seu dinamismo econômico e nas proximidades do local por onde a tubulação passava para chegar às regiões de economia mais dinâmica.

Passada a fase inicial, tendo maior disponibilidade de redes de tubulação e de fornecimento do gás, pôde-se liberalizar o setor, regionalizando toda a rede de tubulação e criando monopólios regionais que poderiam ser públicos ou privados, mas que deveriam ter uma separação jurídica administrativa para dar maior autonomia às empresas. Dessa forma, as empresas que exploravam o gás natural nos poços e as empresas detentoras de terminais de regaseificação de GNL importado puderam competir no fornecimento, pagando pelo uso da rede de tubulação, que seria regionalizada em frações as quais consideravam a viabilidade da atividade no momento da concessão.

Essa atividade, assim como o fornecimento de energia elétrica em redes de cabos, tem a característica de ser monopólio natural, limitando a competição no fornecimento ao consumidor final, enquanto permite a competição na compra do insumo direto dos produtores, pagando pelo uso da rede na medida em que ela acessa um maior número de poços e terminais de GNL. Esse processo foi o que ocorreu em importantes regiões consumidoras, como EUA, Europa e Rússia. Muitos regionalizaram concedendo regiões a empresas estatais, sob o controle de governos locais, assim como no Brasil, onde foram criadas empresas estaduais de distribuição. Seguidas dessa liberalização do setor, foram criadas autoridades energéticas com certa autonomia para regulamentar e fiscalizar o setor, que, no caso brasileiro, é marcado pela criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 1997 (MICUCCIÉ, 2006).

Essa autoridade tem a função de garantir a abertura do mercado e a proteção dos consumidores, regulando a concorrência, estabelecendo parâmetros de qualidade e cobrando o atendimento a esses parâmetros. Essa liberalização para os casos de países importadores se dá

pela separação entre os sistemas de tubulação e os comercializadores, permitindo o acesso de terceiros aos dutos e terminais de GNL. Isso cria um mercado de concorrência de gás para gás por contrato ao permitir acessos a variados fornecedores, ao invés de gás para gás de *commodity*, quando limita o acesso pelo fornecimento a partir dos poços canalizados e transportados pela mesma empresa controladora.

No entanto, se a liberalização do mercado de gás natural se abrir livremente ao comércio de importação, tanto as empresas independentes que operam na venda de GNL quanto as fornecedoras internas de gás a partir dos poços terão menor poder de barganha em relação às monopolistas estatais de países estatais, as quais são capazes de praticar preços mais competitivos pelos ganhos de estala já relatados.

Já para os países importadores dependentes do fornecimento de países exportadores, os preços são dados pelos contratos, os quais estabelecem a precificação, sendo também tratadas as estruturas do gás natural altamente específicas, financiadas em longo prazo, exigindo-se garantias quanto ao volume, ao consumido e à precificação que remunere o investimento. Como ocorreu no caso da descoberta de gás nos campos de Groningen, na Holanda, que, em 1962, criou o conceito de valor de mercado para o guarnecimento de gás, que era fornecido para a Alemanha, a França e a Bélgica. Ao buscarem uma fórmula para a precificação que permitisse abstrair o maior valor de aluguel da exploração nos poços, chegou-se à criação de uma carteira que estabeleceria o preço do gás em função da variação do carvão, dos óleos pesados e dos óleos leves, derivados de petróleo, capazes de substituir o gás natural nos consumidores finais. A volatilidade ficou dada pela variação dos preços dos combustíveis substitutos na margem que tornava o gás atraente e com maior retorno. Depois disso, alguns outros países adotaram suas formas de precificação, indexando-a ao preço da energia elétrica (países com importante participação da energia nuclear na matriz energética), ao índice de inflação (Reino Unido), ao preço *free on board* (FOB) do petróleo leve (Argélia) e a outros modelos (MICUCCIÉ, 2006).

Conforme as informações da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS, 2020), sendo o gás natural um combustível fóssil, ele se caracteriza como o mais limpo entre os demais pela sua versatilidade, podendo ser utilizado para fins domésticos, industriais e automotivos, visto que reduz os impactos ambientais e traz maior durabilidade aos equipamentos utilizados no seu manuseio. Não possui cheiro nem cor, é leve e atóxico, além de possuir uma combustão completa, tornando-o muito mais ecológico que os demais combustíveis fósseis. O gás natural é encontrado no subsolo da terra (*onshore*), tanto

no continente quanto nos oceanos (*offshore*), e é derivado da decomposição de matéria orgânica, podendo ser ele associado ou não ao petróleo.

O gás natural é uma mistura de hidrocarbonetos leves, em estado gasoso à temperatura ambiente e pressão atmosférica normais, sendo encontrado em acumulações rochosas porosas marítimas ou terrestres, associado ou não ao petróleo. (MARTINS, 2006, p. 4).

Em termos técnicos, ele é uma composição físico-química formada por hidrocarbonetos, principalmente por metano, e em menor escala por propano, etano e outros hidrocarbonetos. Em sua composição são encontrados também alguns resíduos de impurezas como nitrogênio, dióxido de carbono e enxofre (MARTINS, 2006). Algumas poucas desvantagens apresentadas pelo gás natural estão relacionadas principalmente às dificuldades para transportes e armazenamento. Além disso, por ser fóssil e inflamável, apresenta risco de asfixia, incêndio e explosão.

Quadro 1: Composição do Gás Natural

Componentes	Concentração nominal (% mol/mol)
Metano	88,00
Etano	8,00
Propano	2,00
i-Butano	0,15
n-butano	0,25
i-pentano	0,07
n-pentano	0,07
n-hexano	0,06
Nitrogênio	0,70
Dióxido de carbono	0,70

Fonte: Elaborado a partir de informações do Inmetro (2011).

As reservas de gás natural são consideradas um recurso descoberto, avaliando-se o seu potencial e o que pode ser recuperado economicamente, além do grau de ciência do quanto desse recurso possivelmente está disponível. As reservas são classificadas em três modelos: as provadas, as prováveis e as possíveis. Ademais, as que são consideradas recurso são apenas as que são provadas, pois consistem no elevado grau de certeza (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2018).

Reservas Provadas: aquelas que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, estimam-se recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza, e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pelas legislações petrolífera e tributária brasileiras. (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2018, p. 13).

Quanto às reservas provadas de gás natural no mundo, em 2018, foram estimadas, no total, 196,9 trilhões de m<sup>3</sup>. Dividindo-as por região, tinha-se 39% no Oriente Médio, seguido pela Europa e pela Eurásia, com 33% das reservas, ambas concentrando aproximadamente 72% de todas as reservas no mundo. As demais reservas estavam bem distribuídas nas demais regiões, sendo 10% na região Ásia-Pacífico, 7% na África, 7% na América do Norte e 4% nas Américas Central e do Sul. No acumulado entre os anos de 2000 a 2018, quem obteve o resultado mais expressivo na exploração de suas reservas foi a América do Norte, aumentando em 85% o número de reservas provadas, seguida pela região da Ásia-Pacífico, com 40%. As demais regiões apresentaram números parecidos, em média 20% e 30% acumulados.

Tabela 1 - Reservas provadas de gás natural em trilhões de M<sup>3</sup> (por região geográfica)

<b>REGIÃO</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2015</b>	<b>2018</b>
AMÉRICA DO NORTE	8,47	7,54	7,83	10,65	13,92
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL	6,01	6,88	6,85	8,26	8,18
EUROPA E EURÁSIA	63,16	55,94	57,26	62,37	66,67
ORIENTE MÉDIO	45,37	59,15	72,80	76,97	75,51
ÁFRICA	9,93	12,46	14,07	13,86	14,43
ÁSIA-PACÍFICO	10,54	12,28	13,48	16,45	18,13
<b>TOTAL</b>	<b>143,48</b>	<b>154,26</b>	<b>172,28</b>	<b>188,56</b>	<b>196,85</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2005, 2010, 2019).

Se as reservas provadas fossem divididas por país, quase 50% delas pertenceriam aos três primeiros do *ranking* – Rússia, Irã e Catar. O Brasil apareceria em trigésimo segundo lugar, contando apenas com 0,2% das reservas provadas no globo. “Em 2013, no Brasil, cerca de 67% da produção de gás era de tipo associado, e somente 33% era extraído de reservas de gás não-associado” (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014, p. 19). Em 2017, as reservas provadas de gás natural tiveram queda de 2,1%; e as reservas totais, queda de 4,5% com relação a 2016. As reservas *onshore* apresentaram aumento de 6,9%; e as *offshore*, queda de 3,9% (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2018).

Tabela 2 - Reservas provadas de gás natural em 2018 por trilhões de M<sup>3</sup> (por país)

<b>PAÍS</b>	<b>TRILHÕES DE M<sup>3</sup></b>	<b>PAÍS</b>	<b>TRILHÕES DE M<sup>3</sup></b>
1º RÚSSIA	38,94	7º CHINA	6,07
2º IRÃ	31,93	8º EMIRADOS ÁRABES	5,94
3º CATAR	24,70	9º ARÁBIA SAUDITA	5,89
4º TURCOMENISTÃO	19,49	10º NIGÉRIA	5,35
5º ESTADOS UNIDOS	11,89	32º BRASIL*	0,38
6º VENEZUELA	6,34	<b>TOTAL</b>	<b>196,85</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2019).

Uma alternativa para a expansão da atividade exploratória das reservas seria o investimento em estudos geológicos sobre as bacias brasileiras. As riquezas do subsolo são de posse do Estado, os ganhos em potencial energético, com desdobramentos que geram emprego e renda, fortalecendo a economia local e nacional e garantindo a geração de receitas (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2018). Assim como no restante dos países, as reservas petrolíferas e de gás natural no Brasil são direito soberano no Estado nacional, garantido o controle estratégico das reservas em detrimento do interesse de outros Estados tomarem o seu controle. Não deixa de poder conceder o direito de pesquisa, exploração, extração, transporte, beneficiamento e comercialização de derivados a partir dos recursos minerais. Isso para empresas públicas ou privadas, podendo conceder uma ou mais dessas etapas a uma ou mais empresas, levando em consideração os seus interesses sobre o mineral. E o que se vê do começo de sua exploração até os dias atuais é a manutenção desse controle estatal, a maior parcela dos recursos de petróleo e gás extraídos no mundo, passando por empresas estatais ou de maior participação acionária do Estado.

A produção do gás natural no mundo atingiu 3,8 bilhões de m<sup>3</sup> em 2018, um aumento acumulado de 5% em relação a 2017, liderado pelas regiões da Europa e Eurásia, com 28% do total, seguidas pela América do Norte, com 27%, representando mais de 50% da produção global. Na produção, os resultados mais expressivos foram na América do Norte e no Oriente Médio. A produção na América do Norte foi liderada pelos Estados Unidos e foi também reflexo do que aconteceu com o número de reservas provadas no país, com crescimento acumulado de 45% na produção. Analisando a série histórica de 2000 a 2018, quem apresentou melhor resultado foi o Oriente Médio, acumulando mais 200% de aumento na produção, resultado de um maior investimento e da exploração de suas grandes reservas provadas.

Tabela 3 - Produção de gás natural em bilhões de M<sup>3</sup> (por região geográfica)

<b>REGIÃO</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2015</b>	<b>2018</b>
AMÉRICA DO NORTE	719,6	763,2	743,6	949,0	1.053,9
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL	73,9	106,0	145,3	178,0	176,7
EUROPA E EURÁSIA	904,3	938,9	1.038,0	1.006,7	1.081,7
ORIENTE MÉDIO	148,9	208,1	319,9	600,3	687,3
ÁFRICA	83,3	130,1	175,6	203,6	236,6
ÁSIA-PACÍFICO	212,5	272,1	363,7	564,1	631,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.142,5</b>	<b>2.418,4</b>	<b>2.786,2</b>	<b>3.501,7</b>	<b>3.867,9</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2010, 2019).

A produção por país, em 2018, foi liderada pelos Estados Unidos, produzindo 21% do total consumido, juntamente com a Rússia, que produziu 17% do total, os quais foram

responsáveis por 38% de todo o gás natural consumido. O Brasil se encontrava em trigésimo primeiro lugar, com 0,7% de toda a produção, apresentando queda de 7,4% em relação ao ano anterior.

Tabela 4 - Produção de gás natural no mundo em 2018 (por país)

PAÍS	BILHÕES DE M <sup>3</sup>	PAÍS	BILHÕES DE M <sup>3</sup>
1º ESTADOS UNIDOS	831,8	7º AUSTRÁLIA	130,1
2º RÚSSIA	669,5	8º NORUEGA	120,6
3º IRÃ	239,5	9º ARÁBIA SAUDITA	112,1
4º CANADÁ	184,7	10º ARGÉLIA	92,3
5º CATAR	175,5	30º BRASIL*	25,2
6º CHINA	161,5	<b>TOTAL</b>	<b>3.867,9</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2019).

Conforme o relatório da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2018), somando o acumulado na década (2008-2017), a produção de gás acumulou um total de 85,8% de crescimento, uma média de 7,2% ao ano. A maior parte da produção de gás esteve associada, em média, 77%, com aumento de 8,5% em relação a 2016, e das reservas *offshore* que veio a maior parte da produção, 80,4% do total, com crescimento anual de 10,5%. A produção *onshore* apresentou queda de 9,8% com relação a 2016, e a produção não associada seguiu a mesma tendência, com redução anual de 2,1%. No mundo, as indústrias do gás natural se reorganizaram nos anos pós-guerra. Baseadas nas teorias keynesianas, são parte de um Estado interventor para o bem-estar comum, sendo empresas estatais dinâmicas e inovadoras, centralizando o poder do Estado (RODRIGUES, 1995).

Considerando apenas o ano de 2010, as reservas provadas de gás natural no mundo somaram 187 trilhões de m<sup>3</sup>. As três principais reservas foram encontradas na Rússia, no Irã e em Catar, com, respectivamente, 24%, 16% e 14%. Outros importantes produtores, nessa ordem, foram: Turcomenistão, Arábia Saudita, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Venezuela e Argélia, fechando a lista dos dez primeiros colocados, enquanto o Brasil figurava na trigésima quarta posição, com 0,2% do total de reservas provadas. Dentro das reservas brasileiras, o Rio de Janeiro representou 52% do total, com 220,5 milhões de m<sup>3</sup>, seguido do Amazonas, com 55,87 milhões de m<sup>3</sup>; São Paulo, com 49,37 milhões de m<sup>3</sup>; Espírito Santo, com 44,6 milhões de m<sup>3</sup>; e Bahia, com 33,5 milhões de m<sup>3</sup>. Completaram a lista os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraná, Ceará e Santa Catarina (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2011). Com o desenvolvimento da exploração dos campos do pré-sal, a participação da produção nos estados de Rio de Janeiro,

São Paulo e Espírito Santo aumentou ainda mais, fazendo a produção nacional superar a participação do gás boliviano (SANTOS, 2012).

### 3.1 GÁS NATURAL NO BRASIL

A história do gás natural no Brasil começou no ano de 1941, quando foi descoberto o primeiro poço com petróleo e gás natural em Candeias, no Recôncavo bahiano. Lembrando que já havia sido encontrado petróleo em 1939, na cidade de Lobato, também no estado da Bahia. Inicialmente, a exploração do gás era realizada por empresas privadas, formadas por acionistas brasileiros, autorizada pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2019a). Pela Lei nº 2.004/53, as reservas passaram ao monopólio da União, seu transporte e refino, salvo as refinarias já existentes (BRASIL, 1953). Em 1980, foram descobertas reservas na Bacia de Campos. Em 1981, o recurso ainda não ultrapassava 1% na matriz energética. A Constituição Federal de 1988 concedeu monopólio de distribuição aos Estados, por meio da criação de empresas públicas (BRASIL, 1988), o qual foi quebrado por Emenda Constitucional em 1995, junto com outra Emenda que quebrou o monopólio da Petrobras para contratação de atividades relacionadas ao óleo e ao gás (BRASIL, 1995a; BRASIL, 1995b). Pela Lei nº 9.478/97, foi flexibilizado o monopólio da Petrobras sobre os depósitos de óleo e gás, criado o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e normas de regulação (BRASIL, 1997). À ANP coube a regulação, contratação e fiscalização de atividades econômicas para o setor. Entendendo a necessidade de uma legislação específica, foi aprovada a Lei nº 11.909/2009, chamada Lei do Gás (BRASIL, 2009), que depois foi regulamentada em parte pelo Decreto nº 7.382/2010 (BRASIL, 2010).

No Brasil, o gás natural é considerado um mercado recente, sendo que até os anos de 1990 suas reservas quase não eram exploradas ou tampouco se olhava para ele como uma atividade principal na exploração de combustível fóssil, pois sua função era ser um complemento à produção de petróleo. O consumo no Brasil teve um início discreto, por volta dos anos de 1940, na Bahia, com as descobertas de reservas de óleo e gás, atendendo somente o mercado local. Com a descoberta das bacias em Campos, no ano de 1980, ocorreu um aumento na exploração, desencadeando uma maior disponibilidade de gás natural na matriz energética brasileira. A maior parte do mercado estava concentrada em praticamente três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia). O mercado teve sua metamorfose a partir dos anos 2000, graças ao funcionamento do Gasbol desde 1º de julho de 1999, proporcionando uma maior e mais

segura oferta de gás natural, marcando a virada no mercado de gás natural. A participação do gás natural na matriz energética brasileira passou dos inexpressivos 0,51%, em 1974, para 2,79%, em 1997; já em 2000 o gás natural representava 5,4% da matriz energética utilizada no Brasil, passando, em 2005, para 9,3%, consolidando de vez o produto como uma alternativa viável e estratégica. Seu fornecimento provinha das disponibilidades das reservas internas e das importações, que apresentavam taxas crescentes. O que se sobrepunha eram as importações, a partir de 1999, crescendo a taxas anuais médias de 32%, enquanto a disponibilidade interna cresceu apenas 9% ao ano. No caso do Brasil, as reservas de gás natural estavam associadas à produção de petróleo, estando 77% delas concentradas no mar (*offshore*), e o impacto sobre sua oferta também estava relacionado à produção do petróleo. Esse detalhe de a produção brasileira ser em mar até hoje tem influência direta nos custos de produção, tornando o investimento muito mais elevado do que ocorre em outros países produtores de gás. A produção é realizada em poucos estados onde estão as reservas exploradas do produto, concentrando 50% entre Sul-Sudeste, 29% no Nordeste, e 20% no norte do País. A maior demanda do gás natural, até 2005, ficou a cargo do segmento industrial, que consumiu mais da metade de todo o gás ofertado, em torno de 57%; em seguida, está a geração e cogeração de eletricidade, com 27%; e o restante, dividido entre os setores automotivo, residencial e comercial (PRATES *et al.*, 2006).

O Gasbol ligou as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ao gás vindo da Bolívia a partir de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Uma malha de dutos se estende até Canoas, no Rio Grande do Sul, sendo também o principal fornecedor do gás consumido na região Sul do País. Uma rede que já conta com 2.953 km em território brasileiro, passando por Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos 557 km, em território boliviano, partindo de Santa Cruz. Em território brasileiro, a rede era operada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia (TBG). O contrato tinha validade até 2019, podendo ser renovado para fornecimento de pelo menos 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia, enquanto obrigava o importador a pagar no mínimo 80% dessa capacidade contratada, mesmo que não utilizasse todo esse gás (SANTOS, 2012).

A importante oferta de gás vindo da Bolívia permitiu uma grande oferta de gás a baixos preços, levando ao rápido aumento no consumo do recurso, ainda mais estimulado depois da crise de abastecimento elétrico que o Brasil viveu nos anos de 2001 e 2002, comumente conhecido como “O apagão”. A ameaça de piora na crise energética levou o governo a tomar a decisão de ampliar rapidamente a oferta de energia elétrica por meio da ampliação da geração termoelétrica a gás natural, elevando a participação do gás na matriz energética, superando a marca dos 10% no ano de 2008 (SANTOS, 2012). Na participação para

a geração de energia, de 2004 para 2008, saltou de 4% para 6%, ganhando importância principalmente para atender à sazonalidade da geração de energia no Brasil, majoritariamente baseada em geração de fonte hidroelétrica. Assim, fornecem a energia necessária nos períodos de escassez de chuvas, quando as termoelétricas a gás e a carvão são ligadas para suprir a diferença não gerada nas hidroelétricas devido a suas baixas nos reservatórios (LIMA, 2009).

No período de 2005 a 2010, a malha de gasodutos passou de 5.483 km para 9.545 km, um crescimento de 74% marcado pelas descobertas de importantes reservas de gás, não associado às bacias de Santos e do Espírito Santo, e a partir de 2008, pela descoberta de reservas promissoras na camada pré-sal. Em 2009, entrou em operação a malha Norte, que iniciou com a ligação do trecho Urucu-Coari-Manaus, para fornecer gás natural à refinaria de Manaus, extraído pela Petrobras no campo de Urucu. Na sequência, também passaram a fornecer gás as termoelétricas de Tambaqui e Jaraqui e o posto de abastecimento de gás natural veicular (GNV) de Manaus, prevendo o fornecimento em médio prazo para as termoelétricas de Aparecida, Mauá, Manauara e Gera. Outros dutos derivados foram construídos para fornecimento próximo aos municípios amazonenses de Anori, Cadajás, Anamã, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, possuindo duas estações de compressão próximas de Coari e Juaruna (SANTOS, 2012).

Na região Nordeste, a malha é dividida em duas: Nordeste Meridional e Nordeste Setentrional. A malha meridional fica estabelecida entre a Bahia e Sergipe, composta pelos gasodutos de Santiago-Camaçari, Catu-Itaporanga, Candeias-Camaçari, Candeias-Aratu, Sergipe-Bahia e Cacimbas-Catu. A malha setentrional segue de Alagoas até o Ceará, atravessando Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, composta pelos gasodutos de Atalaia-Itaporanga, Itaporanga-Pilar, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte-Pernambuco, Rio Grande do Norte-Ceará e Pilar-Ipojuca. As duas malhas são abastecidas pela Petrobras a partir dos poços de produção na Bahia, em Sergipe e no Rio Grande do Norte, e uma parte é abastecida pelo campo de Manati, operado por um consórcio composto pela Petrobras, pelo Queiroz Galvão e pela Norse Energy. Tem como principais consumidores sete companhias distribuidoras de gás, duas fábricas de fertilizantes e duas refinarias. A partir de 2009, a região passou a contar com o fornecimento de GNL importado, entrando em operação o terminal de regaseificação no Porto do Pecém, no Ceará, e em 2010 passou a receber o gás vindo de poços da região Sudeste, principalmente produzido no Espírito Santo, com a ligação do gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene). A malha completa do Gasene atingiu aproximadamente 1.300 km e consumiu US\$ 5 bilhões, levando o excedente de gás natural disponível no Sudeste para a região Nordeste, onde há um *deficit* no fornecimento. Com esse acontecimento, com exceção da isolada malha Norte, as demais redes de gasodutos passaram a

ser todas interligadas e ligadas aos poços de produção, aos terminais de GNL e ao Gasbol. Pontuando que existem apenas dois terminais de regaseificação em operação, um no Porto do Pecém e o outro no Porto do Rio de Janeiro, enquanto um terceiro vem sendo construído na Bahia de Todos os Santos, em Salvador (SANTOS, 2012).

A importação do gás natural para os próximos anos continua sendo indispensável para a sustentação da oferta, visto que atualmente as reservas brasileiras não possuem capacidade de abastecimento para o mercado e que o processo de início das operações para novas descobertas é lento. Quase todo gás importado pelo Brasil vem da Bolívia, chegando a 96% em 2005. Outro problema apresentado para o caso brasileiro é o de infraestrutura de gasodutos, que possuem alto custo de implantação, mas baixos de manutenção e operação, detalhes que tendem à formação de monopólios por ser um mercado em expansão e não consolidado. O mercado do gás natural no Brasil tem perspectivas ascendentes. Apesar de alguns entraves relacionados à produção e distribuição, o combustível fóssil se mostra como a melhor opção em paralelo com os demais, afinal é um combustível limpo, cabendo ao investimento estatal um planejamento para ampliar a oferta do produto no País, atendendo e gerando demanda, desencadeando todo um setor produtivo e gerando renda e benefícios econômicos ao País.

Em 2006, foi então lançado pela Petrobras o PLANGAS, Plano de Antecipação na Produção de Gás Natural, traçando o aumento da oferta de gás natural de 51,3 (MMm<sup>3</sup>/dia) para 55 (MMm<sup>3</sup>/dia) ao final de 2010, o qual não obteve sucesso. Junto com ele vieram as incertezas para o longo prazo na capacidade de produção e distribuição no País, assim como em relação ao aumento das importações do produto, afetando todos os setores ligados ao gás natural e, de forma direta, o setor de GNV, que oscila constantemente e é diretamente afetado pelo preço da gasolina.

Em 2013, no Brasil, foram produzidos em média 77,2 MMm<sup>3</sup>/dia de Gás Natural, dos quais 56,6 MMm<sup>3</sup>/dia em mar e 20,6 MMm<sup>3</sup>/dia em terra. Em agosto de 2014, a produção total atingiu 90,9 MMm<sup>3</sup>/dia, dos quais 23,5 MMm<sup>3</sup>/dia em terra e 67,4 MMm<sup>3</sup>/dia em mar. (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014, p. 16).

O gás natural predominantemente consumido pela indústria até meados de 2011 apresentou uma inversão de papéis no ano de 2014, visto que o setor elétrico passou a demandar 47% de seu consumo disponível no mercado. Assim, “O consumo de gás na geração térmica aumentou expressivamente, chegando em 2013 a representar 44% do consumo total do energético” (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014, p. 32), o que, conseqüentemente, exigiu

uma maior importação do produto. Isso se deu pela característica hidrotérmica da matriz energética brasileira, que exige cada vez mais uma integração de setores para que não seja necessária a utilização de outros combustíveis mais poluentes e menos eficientes como o carvão e o óleo. Um dos efeitos recorrentes da escassez de gás natural é a competitividade do setor industrial brasileiro, que deixa de atrair investimento do capital industrial nacional e principalmente do internacional pela falta de oferta do produto (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014).

Em 2013, continuou ainda com cerca de 50% da oferta de gás sendo importada, mesmo com a expectativa de uma curva ascendente com a descoberta de reservas provadas de gás associadas à camada pré-sal, e também houve uma alta dependência do petróleo para melhorar a oferta de gás natural no País.

Atualmente, existem dez empresas produzindo Gás Natural no Brasil. Ainda assim, a Petrobras é hoje o principal agente na oferta de Gás Natural do país, tendo sido responsável por aproximadamente 81% da produção nacional de gás em julho de 2014. Como a maior parte das reservas de Gás Natural está *offshore* e é de gás associado, a oferta nacional tenderá a continuar diretamente relacionada aos investimentos e curva de produção do óleo. (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014, p. 21).

A rede de gasodutos brasileira ainda continuava pouco extensa e concentrada até meados de 2013, dificultando o desenvolvimento do setor. Outro ponto a ser visto é quanto à real oferta, que fica condicionada à estatal Petrobras, e à real demanda do produto, que por parte da geração termelétrica é quase imprevisível e com alta demanda no mercado brasileiro. O gás natural precisa, urgentemente, ser pensado e discutido, visto que ele engloba as questões econômicas, sociais e ambientais de alto escalão, podendo ser uma alternativa limpa e com custos acessíveis, beneficiando todos os setores econômicos (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014).

### **3.1.1 Transporte e distribuição do gás natural**

A Lei nº 2004, de 1953, constituiu o monopólio da União com relação ao petróleo e a Petrobras, mas foi falha quanto ao gás natural, pois era uma fonte insignificante naquele momento na matriz energética, possibilitando que os serviços prestados de gás canalizado fossem realizados por empresas privadas, não associando a indústria do gás ao petróleo. Os problemas só não foram maiores porque houve a intervenção estatal para a manutenção das companhias de gás perante a concorrência imposta naquele momento, como no caso das

empresas de São Paulo e Rio de Janeiro. Na Constituição Federal de 1988, está presente no Artigo 25, parágrafo segundo, que é garantido aos Estados da Federação a exploração dos serviços locais de gás ou a concessão via empresa estatal (BRASIL, 1988). Com a reforma constitucional de 1995, abriu-se uma pequena brecha à iniciativa privada para apenas operar na distribuição de gás. Essas regulamentações foram almejando o desenvolvimento local, mas continua sendo de responsabilidade do Estado a regulação e a fiscalização das atividades ligadas ao gás natural, sempre visando ao desenvolvimento econômico e social nacional e regional (RODRIGUES, 1995).

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 25, § 2º, que: “Cabe aos Estados, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulação” (BRASIL, 1988, n.p.). A regulação para o setor de distribuição de gás natural parte do regramento constitucional, incumbindo, primeiramente, o Estado da sua execução. Para a execução dessa distribuição, transferiu apenas a distribuição final para os governos estaduais, encarregando-os de constituir empresas estatais estaduais como subsidiárias da Petrobras, depois controladas pelo *holding* Gaspetro, que detém o controle federal sob as ações das empresas estaduais e garante os investimentos federais nelas. Para regulação, em 1997, foi criada a Agência Nacional de Petróleo.

Quanto à legislação vigente, que regula o setor de gás natural, petróleo e demais hidrocarbonetos, cabe destacar a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética, a instituição do Conselho Nacional de Política Energética, cria a ANP e regula o setor. Com seu texto tendo sofrido algumas atualizações durante os anos, continua sendo a base legal para o setor de gás natural, referenciando outras leis (BRASIL, 1997). A abordagem abrange diversos aspectos, passando pela garantia dos benefícios do consumidor, pela proteção à livre competição, ao mesmo tempo que reserva pesquisa, lavra, transporte a granel e refino dos recursos nacionalmente para a Petrobras. No entanto, já deixava em aberto a questão de concessão de áreas para a exploração, a competição na distribuição dos derivados e a entrada de refinados importados.

Traz a preferência pela compra de componentes de conteúdo nacional da cadeia do petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos. Aponta o interesse em atrair investimentos para a geração de energia, ampliar a competitividade do País internacionalmente, incrementar a utilização do gás natural na matriz energética do Brasil e dar uso ao recurso encontrado em território nacional, além de estabelecer diretrizes para a exportação e a importação do recurso. A mesma lei traz algumas definições técnicas sobre o setor, como no artigo 6º, II: “Gás Natural

ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros” (BRASIL, 1997, n.p.).

A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, versa sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como sobre o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis (BRASIL, 1999). Quanto ao seguimento de gás natural, mais especificamente, o primeiro marco regulatório focado nele e de relevância foi a Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009<sup>1</sup> (ou Lei do Gás Natural), que dispõe sobre transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização do gás natural (BRASIL, 2009). Ela versa sobre a concessão e a autorização de operação, dentro do setor, aceitando, inclusive, empresas privadas, desde que mantenham sede administrativa no País. Avança na abertura do setor para os investidores privados, como vem acontecendo desde a queda de monopólio da Petrobras, em 1997, para o seguimento de petróleo, derivados e associados. O texto trata ainda da desapropriação das áreas de passagem dos gasodutos, declarando-as de utilidade pública, e da servidão administrativa para o desenvolvimento do seguimento. A autorização para operações dentro do setor deve ser requerida na ANP, pedindo a outorga, uma vez garantida a concessão. Mesmo a participação de empresas estrangeiras é permitida, respeitando-se o que pede o Art. 19 da referida lei, com ênfase no parágrafo IV, que exige a constituição da sede administrativa do País regida pela legislação brasileira. Atendendo aos critérios de concessão e outorga, a participação de capital privado se aplica a todas as atividades às quais a lei se refere. Estabelece prazo para concessão de pelo menos 30 anos e a incorporação dos bens ao patrimônio da União, encerrado o período concedido e não havendo interesse na continuidade.

O setor da indústria de gás natural, no Brasil, possui um histórico de monopólio estatal, puxado pela Petrobras, que opera em todas as etapas da cadeia produtiva, integrando horizontal e verticalmente, mantendo mesmo após a quebra de monopólio de 1997, com a nova lei do petróleo, a maior participação no mercado de petróleo, gás e derivados. A empresa detinha o monopólio legal das atividades de exploração, produção, processamento e transportes de gás natural no País. Depois da nova lei, manteve o quase monopólio do ponto de vista da participação na estrutura do mercado, fortalecido pelo desinteresse das empresas privadas

---

<sup>1</sup> Revogada recentemente pela aprovação da Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021.

nacionais e estrangeiras, e mesmo de estatais de outros países, que não estavam dispostas a arcar com os altíssimos custos iniciais da pesquisa e exploração da *commodity* (ANP, 2002). No caso do setor de distribuição de gás natural, os investidores privados resistem a arcar com o tempo de maturação do investimento, esperando o imobilizado ser totalmente amortizado, os consumidores das regiões atendidas adotarem o uso do recurso, para setor industrial, de geração de energia, de uso doméstico e de uso automotivo.

Essa forma de organização industrial concentrada nas mãos da Petrobras é proporcional a ganhos de escala, à coordenação e à redução de custos de transação. O prejuízo dessa integração se dá pela mensuração não tão clara da participação de cada parcela da cadeia na composição da tarifa, calculando individualmente os custos de cada etapa. A integração vertical resulta em um preço final que não expressa a distinção dos custos de cada atividade. O preço final permitiu o subsídio cruzado entre as atividades da cadeia produtiva, auferindo o lucro na medida em que vende os resultados do processo, que é o produto final. O setor possui uma tendência à verticalização, a qual apontou outro problema, que é o da empresa responsável pela atividade intermediária de transporte do gás restringir o uso de sua rede por outras empresas. Isso levou, como mostra a ANP (2002), à tomada de certas medidas em outros países como a exigência da separação de contas nos Estados Unidos, a exigência de separação jurídica e restrições de participação cruzada no caso da Argentina, Austrália, Colômbia e Espanha.

Como mostra o trabalho técnico da ANP (2002), países como Argentina, Colômbia, Austrália, Espanha, Inglaterra e EUA adoram o modelo de separação das etapas da cadeia do gás por legislação reguladora. A separação se dava por empresas que deveriam ser distintas e na distribuição regional chegavam a estabelecer limitações de participação no mercado ou de percentual no atendimento de consumidores. O mercado, no entanto, levava a buscar novas formas de verticalização, criando empresas *holdings* para ter participação societária nas empresas de cada etapa ou, de alguma forma, criar mecanismos de participação entre as empresas. No caso da Inglaterra, a abertura do mercado se deu pela privatização do monopólio estatal, levando à criação de um monopólio privado. A estrutura de mercado se manteve rigorosamente a mesma, modificando apenas a natureza jurídica de empresa estatal para empresa privada. Concluiu-se que a verticalização seria benéfica para a garantia das empresas de retornos de capital em escala superior, incentivando a entrada no setor e garantindo a capacidade de investimentos. A permissão da verticalização, associada a um marco regulatório que permitisse a entrada de outros competidores, acirrar a competição. Chegamos, então, ao mercado brasileiro, que não possui uma infraestrutura bem disseminada para a distribuição do gás natural, não representando um mercado capaz de sustentar duas ou mais empresas. Fica o

processo todo ao encargo da Petrobras, de alguma forma, até a passagem pelo período de amadurecimento do mercado nacional do gás natural. O processo de exploração e transporte do gás é regulado via ANP, com base nas leis do Petróleo (Lei nº 9.478/97) e do Gás Natural (Lei nº 11.909/09). A distribuição é atividade regulada por leis e agências estaduais, o que dá autonomia para cada estado na determinação do modelo de empresa que irá executar a atividade. Segue um quadro resumo, atualizado para o ano de 2019, com base no relatório elaborado pela FGV:

Quadro 2: Modelo de distribuição por Estado

<b>Entidade Responsável Pela Regulação</b>	<b>Natureza do Prestador de Serviços</b>	<b>Estados</b>
<b>Agência Reguladora</b>	Companhia Privada	Rio de Janeiro São Paulo*
<b>Agência Reguladora</b>	Sociedade de Economia Mista	Alagoas Amazonas Bahia Ceará Distrito Federal Espírito Santo Goiás Maranhão Mato Grosso** Mato Grosso do Sul Paraíba Pernambuco Piauí Rio Grande do Norte Santa Catarina São Paulo* Sergipe
<b>Secretaria de Estado</b>	Sociedade de Economia Mista	Rio Grande do Sul
<b>Secretaria de Estado</b>	Empresa Pública	Minas Gerais

\* A Comgás (SP) e a Naturgy (GNSP/SP) são companhias privadas, e a GasBrasiliado (SP) é sociedade de economia mista.

\*\* A concessionária de Mato Grosso possui mais de 99,9% de seu capital social de posse do Governo Estadual, enquanto o percentual restante se divide em 12 pessoas físicas.

Fonte: FGV (2019, p. 28).

A Agência Internacional de Energia (IEA) aponta que o gás representava 20,9% da matriz energética mundial no ano de 2007, com expectativa de chegar aos 21,2% até 2030. Possui um comportamento de mercado diferente do petróleo, apesar de apresentar a mesma

natureza fóssil, concentrada em reservas subterrâneas e minerada por plataformas de perfuração e extração. Enquanto o mercado do petróleo é globalizado, o gás se mantém, a sua maioria, regionalizado. A maior parte do gás que é consumido é extraída nas proximidades da região produtora. As principais regiões consumidoras mundiais são a Europa, a América do Norte e a Ásia, atendendo, majoritariamente, ao setor industrial, seguido pelo da geração e cogeração de energia elétrica. O setor industrial deverá representar 40% do consumo, e o de geração de energia, 35%, no consumo total do gás extraído, segundo as projeções para o ano de 2030. Projeções de uma agência especializada dos Estados Unidos da América apontam para um crescimento médio de 1,6% no consumo mundial do recurso durante os anos de 2006-2030, puxado pelos países em desenvolvimento, acima dessa média, e os membros da OCDE, abaixo dessa média (SOUSA, 2010). Segue, por ordem, a participação do gás natural no consumo de combustíveis por setor da economia, no Brasil, em 2010: geração de energia, indústria, comercial, transporte e residencial. Por seguimento da indústria, no mesmo ano: química, têxtil, cerâmica, mineração, ferro gusa/aço e papel e celulose (MME, 2011).

A preocupação com a diversificação dos fornecedores de gás como forma de garantir a segurança no fornecimento levou vários governos a incentivar a construção de terminais de GNL, o que levou ao significativo desenvolvimento do mercado de Gás Natural Liquefeito, que no ano de 2008 chegou a representar 27,8% do volume total comercializado no mundo. Os terminais de GNL servem para exportação do gás na forma líquida, liquefazendo-o, ou mesmo para regaseificar o gás importado para ser injetado nos terminais que atendem às tubulações de gás do mercado interno. Essa modalidade também permitiu o fornecimento de gás a países que não estavam ligados por gasodutos a países fornecedores. A garantia de fornecimento é importante pelo fato de as estruturas que lidam com o gás serem específicas para ele, dependendo do seu fornecimento. Muitos dos maiores países consumidores ainda não são os maiores produtores, fornecendo para países próximos, que absorvem a sua produção. Algumas das maiores reservas estão na Rússia e no Oriente Médio, que acabam fornecendo para o mercado europeu e asiático por meio de tubulações de gás e em parte comercializando como GNL. Estados Unidos da América e Canadá têm importantes reservas, mas que atendem ao mercado interno, o qual também absorve gás importado de outros países. Segundo o relatório da EIA, as reservas de gás oscilam, desde 1990, entre os 62 anos de garantia de gás em média, mantidos os padrões de consumo do mesmo período das avaliações, suscetíveis, nesse período, a variações da demanda por influência do crescimento da economia pela variação do preço do gás, pela execução de políticas públicas voltas ao mercado de gás natural e ao setor energético e pela variação dos preços dos energéticos concorrente (SOUSA, 2010).

O preço do gás natural em si não apresenta uma referência no mercado internacional. Em mercados, como o europeu e o japonês, baseia-se no preço do petróleo e de seus derivados, que competem com o gás. Nos EUA, a competição é “dele com ele mesmo”, necessitando de vários fornecedores e de um extenso e bem disseminado sistema de tubulação interligando poços e terminais, o que reflete um preço em função da demanda, somado à competição entre fornecedores. Um preço por unidade de energia inferior ao preço do petróleo, de maneira substancial. Isso explica um pouco da expansão de sua utilização em substituição ao petróleo e seus derivados. No entanto, os seus preços apresentam elevada volatilidade, como reflexo de não se ter um preço de referência e das muitas variáveis que interferem no preço final. No ano de 2008, por exemplo, houve oscilações no mercado norte-americano, que não puderam ser explicadas pela confluência entre a oferta e a demanda. Os preços reduziram de US\$13,32/MM BTU, no início de julho, para US\$6/MM BTU, no final do mesmo ano, apesar de não ter ocorrido interrupção no fornecimento, nenhum forte crescimento da demanda ou mesmo variação negativa nas reservas, as quais se mantiveram praticamente no mesmo nível de estoque, em níveis um pouco superior apenas nos últimos cinco anos anteriores. O que ocorreu foi a influência do mercado financeiro operando contratos de *swap* e do mercado futuro, que influenciaram nos preços (SOUSA, 2010).

A política regulatória brasileira funciona em duas frentes: uma regula os transportes; e a outra, a distribuição do gás natural. A ANP é responsável pela regulação dos transportes, enquanto a parte de distribuição fica a cargo de cada governo estadual. No Brasil, a infraestrutura dos gasodutos de transportes é deficiente, e além de não ter uma malha interligada, ela é ausente na maior parte do País, concentrando grande parte do sistema em alguns estados, atendendo às regiões Sudeste e Sul e parte do litoral do Nordeste (PRATES *et al.*, 2006).

Diferentemente do que ocorre em mercados maduros, em que a malha de distribuição é muito maior do que a rede de transporte, no Brasil a malha de distribuição é duas vezes mais extensa do que a malha de transporte, embora tenha potencial para ser muito maior. (PRATES *et al.*, 2006, p. 52).

Figura 1 - Empresas Distribuidoras de Gás Natural no Brasil



Fonte: ABEGÁS (2020).

Os gasodutos, em sua maioria, são controlados pela Petrobras e suas subsidiárias, a grande maioria empresas estatais, e são os únicos que têm tido investindo na ampliação de suas malhas. A Petrobras se manteve como a maior produtora de gás natural, em 2017, com cerca de 76,6%, mas com menor participação no total produzido, que foi de 78,6%. Mesmo com relativas quedas, ela continua responsável por produzir 95% de todo o gás natural (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2018).

Dentre as distribuidoras com rede não muito capilarizada, merece destaque a SCGÁS, que necessita de uma rede de distribuição maior por causa de uma característica econômica de seu estado – Santa Catarina tem uma razoável dispersão geográfica de seu parque industrial. (PRATES *et al.*, 2006, p. 52).

Quadro 3: Empresas distribuidoras de gás por Estado e a data de criação

<b>ESTADO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>ANO CRIAÇÃO</b>	<b>LEI DE CRIAÇÃO</b>
<b>AL</b>	ALGÁS	1993	Lei nº 5.408, de 14 de dezembro de 1992
<b>AP</b>	GASAP	2003	Lei nº 0687, de 07 de junho de 2002
<b>AM</b>	CIGÁS	1995	Lei nº 2.325, de 8 de maio de 1995
<b>BA</b>	BAHIAGÁS	1991/1994*	Lei nº 5.555, de 13 de dezembro de 1989
<b>CE</b>	CEGÁS	1992/1993*	Lei nº 12.010, de 5 outubro de 1992
<b>DF</b>	CEBGÁS	1968/1963*	Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1968
<b>ES</b>	PETROBRAS	1953	Lei Federal nº 2004, de 3 de outubro de 1953
<b>GO</b>	GOIASGÁS	2000	Lei nº 13.641, de 09 de junho de 2000
<b>MA</b>	GASMAR	2001	Lei nº 7.595, de 11 de julho de 2001
<b>MT</b>	MTGÁS	2003	Lei nº 7.939, de 28 de julho de 2003
<b>MS</b>	MSGÁS	1998	Lei nº 1.854, de 21 de maio de 1998
<b>MG</b>	GASMIG	1986	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976
<b>PA</b>	GÁSPARA	2013	Lei nº 7719, de 24 de junho de 2013
<b>PB</b>	PBGÁS	1994	Lei nº 5.680, de 1992
<b>PR</b>	COMPAGÁS	1994	Lei nº 10.856, de 06 de julho de 1994
<b>PE</b>	COPERGÁS	1992	Lei nº 10.656, de 28 de novembro de 1991
<b>PI</b>	GASPISA	1991	Lei nº 5.192, de 25 de maio de 2001
<b>RJ</b>	NATURGY - ESPANHA	1991/2001*	
<b>RN</b>	POTIGÁS	1993/1995*	Lei nº 6502, de 26 de novembro de 1993
<b>RS</b>	SULGÁS	1993	Lei nº 9.128, de 7 de agosto de 1990
<b>RO</b>	RONGÁS	1997	Lei nº 728, de 14 de julho de 1997
<b>SC</b>	SCGÁS	1994	Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993
<b>SP</b>	COMGÁS/ GASBRASILIA NO/NATURGY	(1872/1999 */1991)	(Lei nº 7199, de 1º de novembro de 1968/ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990)
<b>SE</b>	SERGÁS	1993	Lei nº 3.305, de 28 janeiro de 1993

Fonte: Elaborado pelo autor.

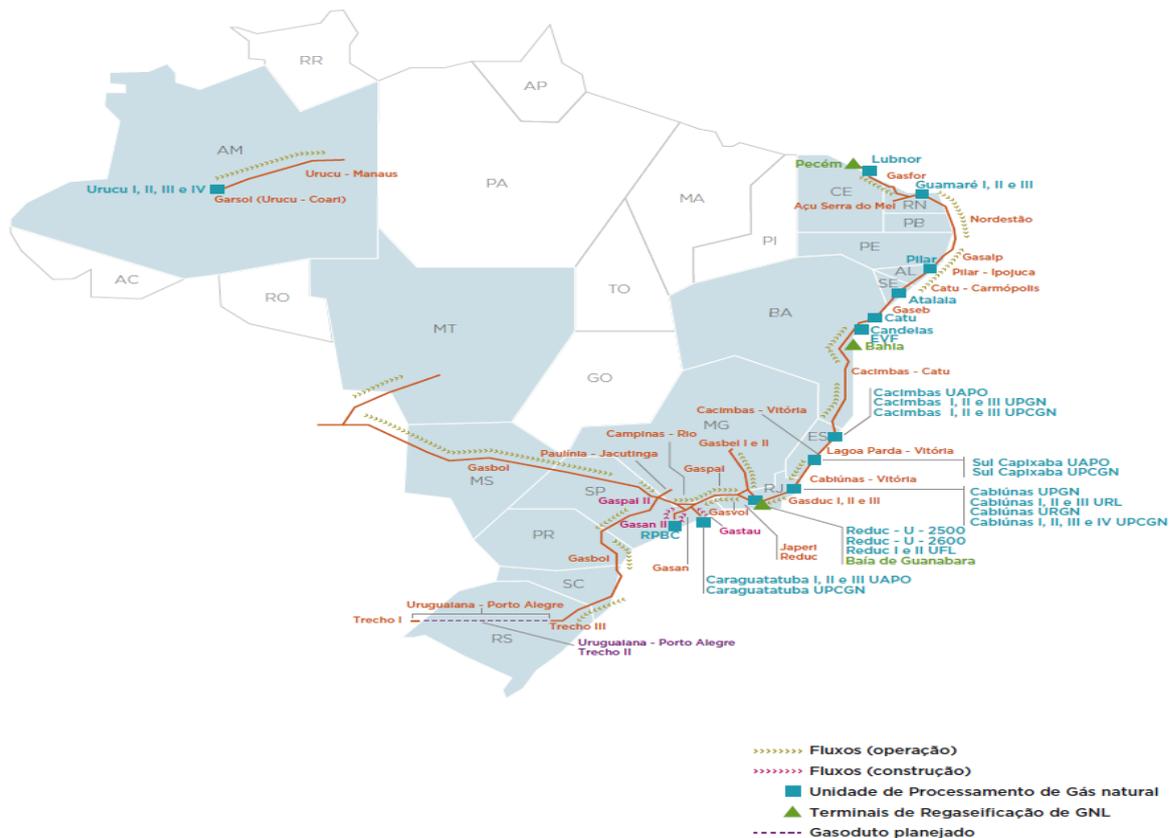
Dentre as alternativas para o transporte de gás natural, além dos gasodutos, destacam-se o gás natural comprimido (GNC) e o gás natural liquefeito (GNL) (PRATES *et al.*, 2006). Em termos gerais, o GNC necessita de uma estação de recepção e de diversos pontos de reservatórios, é transportado por caminhões e pode ser entregue diretamente ao consumidor final ou em uma rede secundária de dutos que leve até o seu destino. No caso do GNL, é necessária a instalação de uma estação de liquefação e de um terminal para distribuição, já que é transportado a uma temperatura de  $-160^{\circ}\text{C}$ , o que permite que seu transporte seja realizado por via rodoviária por caminhões ou marítima por navios. O GNC se torna mais viável para o transporte em pequenas quantidades e distâncias, e o GNL para grandes quantidades e distâncias por fatores relacionados aos custos de investimentos. Ambos são apenas uma alternativa para

complementar a rede de distribuição de gasodutos em regiões nas quais não é presente a distribuição de gás natural, com o intuito de atender às demais localidades e expandir o mercado (PRATES *et al.*, 2006).

Ao final de 2018, o Brasil possuía uma malha de gasoduto com extensão aproximada de 9.400 km para transporte de gás produzido ou importado e em forma de GNL via terminais de regaseificação. É uma estrutura que apresenta pontos interligados nas malhas do Nordeste e Sudeste, Gasbol e Uruguaiiana-Porto Alegre, e com pontos isolados em nossos gasodutos: Lateral-Cuiabá, Uruguaiiana-Porto Alegre, Urucu-Coari-Manaus e do Maranhão (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020).

Para os próximos anos, estão em construção o Polo de Processamento de gás natural do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o trecho Horizonte/CE – Caucaia/CE, com 83,2 km, integrante do projeto original do Gasoduto de Transporte Serra do Mel – Pecém (GASFOR II), localizado na Região Nordeste. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020, n.p.).

Figura 2 - Gasodutos Brasil 2019



Fonte: ANP (2019, p. 120).

O mapa da infraestrutura dos gasodutos no Brasil nos dá um parâmetro de como ocorre a distribuição da produção no País. É composto por uma malha interligada e isolada,

mas com um grande *deficit* nas regiões Norte e Centro-Oeste. Toda a malha se encontra operante, e pouco está em processo de construção – um processo lento e com custos elevados. Pode se dar ênfase maior no que é planejado, pois apresenta ser pouco para um país com tamanhos continentais e uma malha concentrada principalmente no Sul e Sudeste, próximo ao litoral.

### 3.2 A PRESSÃO DA DEMANDA SOBRE A ESTRUTURA DE OFERTA DE GÁS NATURAL

Relacionar demanda e oferta não é de fácil aplicação, se considerar que cada caso em particular possui diversos nexos a serem analisados até uma conclusão clara. Cada país e cada região possuem especificidades peculiares que são determinantes no consumo de energia, dentre as quais podemos citar fatores econômicos, geográficos, políticas industriais e de preço, além de questões relacionadas ao clima e à disponibilidade de recursos energéticos. Para analisar o caso do gás natural no mercado brasileiro, primeiro se faz necessário entender o contexto em que ele se tornou opção para a matriz energética. O gás natural se diferencia dos demais combustíveis pelas facilidades apresentadas por ele, desde o processo de produção até a sua combustão, além de sua pureza com relação aos outros combustíveis estar ligada diretamente a questões ambientais. Inicialmente, no século XIX, o gás natural foi utilizado, em sua maioria, para uso residencial na iluminação, só que com a descoberta da energia elétrica ele se tornou inviável para essa função, então apenas no século XX que o gás natural surgiu como um insumo energético de relevância social, ambiental e econômica, mas com a maioria do mercado centrado na América do Norte, expandindo para o restante do mundo posteriormente. Devido a essas mudanças, as companhias de gás precisaram se adaptar, mudando suas táticas para atender aos demais segmentos, como os comerciais e os industriais. Chegou aos anos de 1990 na posição de terceiro insumo mais utilizado como energia primária no mundo, detendo cerca de 20% do mercado mundial. Essa expansão foi também resultado de políticas energéticas que visavam suavizar a dependência de outra matriz energética, muitas vezes uma dependência externa, bem como fatores ambientais e de custos (RODRIGUES, 1995).

No Brasil, a pressão da demanda teve início na década de 70. A diversificação do parque industrial brasileiro exigiu do governo uma necessidade de expansão de oferta de energia, então houve uma reestruturação na matriz energética brasileira, com mudanças técnicas e qualitativas. O gás natural apresentou crescimento acelerado como matriz energética a partir de 1991, e os principais responsáveis para tal mudança foram o gasoduto Brasil-Bolívia e o

PLANGÁS (Plano de Antecipação da Produção de Gás), concebido na segunda metade da década de 80, além de também estar relacionado às medidas políticas institucionais e políticas energéticas (RODRIGUES, 1995).

Um dos principais problemas relacionados à oferta de gás no Brasil nos anos de 1990 foi quanto à infraestrutura de distribuição. Distância e densidade populacional são consideradas nos cálculos de investimentos, escalonando os custos. Fatores como esses aumentam a pressão da demanda pela disponibilidade do produto, que é um insumo primário de produção e uma solução energética viável para o País, por isso a Petrobras já planejava atender a toda a demanda de gás até o começo do século XX. O PLANGÁS também apresentou falhas ao estimar o mercado de gás natural no Brasil, cuja demanda obtida foi maior que a prevista. Faltaram ao plano recursos para realizar os investimentos necessários e uma coordenação eficiente para implantar as metas. Conforme o relatório da Comissão de Gás Natural de 1992, para abastecer o mercado brasileiro até meados do ano 2000, uma política de investimento para a Petrobras seria necessária para a descoberta e a produção de gás, junto com uma ascensão das importações para a manutenção dos mercados (RODRIGUES, 1995).

A demanda de gás natural no Brasil seguiu tendência ascendente também a partir dos anos 2000, e se dividia em segmentos: “[...] em 2005, o maior consumidor de gás natural em volume de vendas foi o segmento industrial (57%), seguido do segmento de geração e cogeração de eletricidade (27,1%), consumo automotivo (13,2%), residencial (1,5%) e comercial (1,2%)” (PRATES *et al.*, 2006, p. 54). O maior problema encontrado para medir os pontos de estrangulamento no Brasil é que a contextualização em geral é a estrutura de oferta e demanda em números totais, porém o abismo fica entre as regiões do País, como no caso de regiões como a Norte, que não possui comercialização do produto, e a Centro-Oeste, que está disponível apenas no setor elétrico. Essa conjuntura dificulta a estimativa de demanda das regiões.

Partindo para a região Nordeste, mesmo com crescimento nas vendas de gás de 2000 a 2005, continua apresentando números inferiores aos do Brasil. Na região, a taxa média de crescimento foi de 10,7 a.a., e a brasileira foi de 19% a.a., reduzindo sua participação no consumo de 30% para 21%. O segmento que mais demanda gás é o industrial, com 50% no ano de 2005. O restante é considerado um mercado adicional pelo fato de o setor industrial possuir contratos de longo prazo e com garantia de entrega. A questão é que nessa região não foi a demanda que diminuiu, mas sim a oferta, que não conseguiu suprir a demanda do produto. Um exemplo é que se forem despachadas todas as cargas de gás somente para as termoelétricas, não haveria gás suficiente para todas elas. As distribuidoras não conseguem atender a toda a

demanda adicional, e a Petrobras também não possui oferta adicional para a região, pressionando ainda mais o segmento. A demanda das regiões Sul e Sudeste cresceram 21% a.a., mesmo havendo locais sem infraestrutura de oferta. Isso representou 76% da demanda em 2005, sendo comandado pelo consumo industrial com 61% do total consumido, mas é notável a evolução da demanda para a geração de energia e o segmento automotivo, apresentando os maiores índices de crescimento (PRATES *et al.*, 2006).

A demanda cresceu expressivamente nos últimos anos, liderada pelo segmento industrial, mas a crise de eletricidade de 2001 e a alta dependência do Brasil pela geração hídrica transformaram a agenda do gás natural, que passou a ser considerado o combustível mais viável e competitivo para a produção de eletricidade. A previsão era de que de 2005 a 2015 a demanda de gás natural triplicaria no Brasil, e 60% corresponderia à demanda termelétrica (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007).

O balancete final entre oferta e demanda nas regiões brasileiras apontou uma situação complexa para a região Nordeste, que só conseguiria atender à demanda com o aumento da oferta de gás natural na região. Se continuasse no mesmo ritmo de demanda e oferta, em 2010, o *deficit* poderia alcançar 10 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural. No Norte e no Centro-Oeste, a situação era muito mais delicada, necessitando de investimento imediato em oferta de gás para atender pelo menos a um início de demanda. No Sul e no Sudeste, o cenário apontou números mais favoráveis, com maior demanda, mas também com maior oferta. Além da produção interna, contava com o Gasbol para complementar a demanda e ainda visava a um plano de expansão de produção para que fosse possível produzir excedente para as demais regiões (PRATES *et al.*, 2006).

Ao fazer uma estimativa entre a oferta e a demanda, foi possível determinar que existe ainda muito desequilíbrio entre as regiões, principalmente pela falta de infraestrutura de transportes ou mesmo pela falta de oferta de gás. Os segmentos que mais demandam gás natural são a indústria e a geração de energia, e o restante é distribuído para uso veicular, residencial e comercial, porém, para isso, é preciso que exista excedente em relação aos principais consumidores do produto, o que gera, em alguns locais, uma pressão muito grande pela oferta em quantidades suficientes.

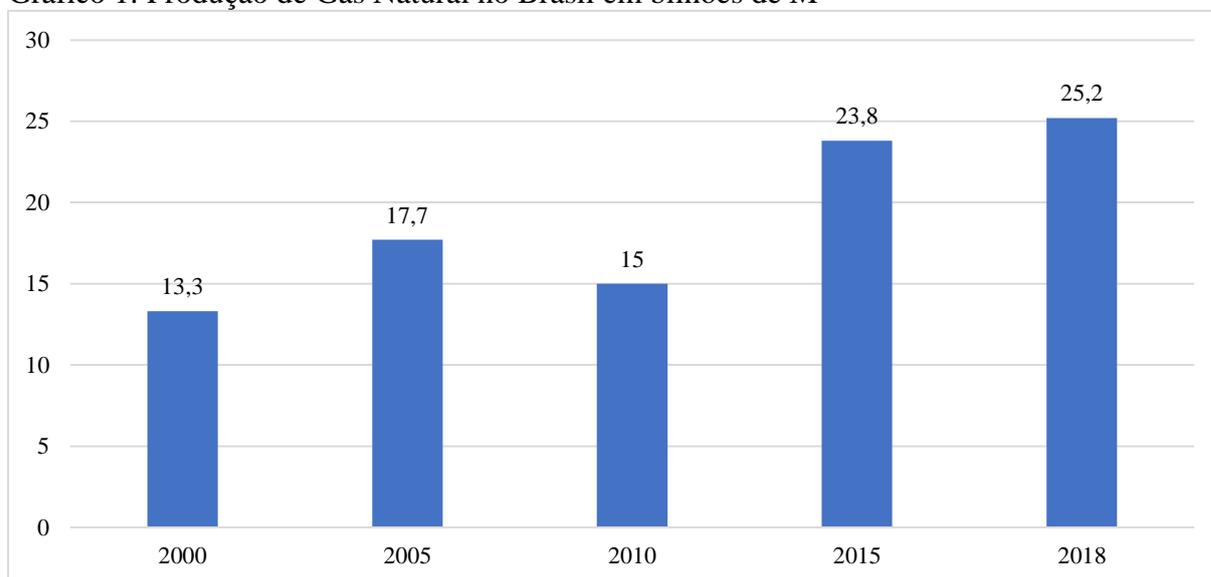
Outra demanda que vem crescendo nos últimos anos é a geração termelétrica. A tendência de redução apresentada pelas hidrelétricas na matriz energética brasileira aumentou a necessidade de outras fontes como as termelétricas de gás natural, principalmente em períodos de seca, para complementar o sistema de energia (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020).

Com a redução gradativa da participação relativa das hidrelétricas na matriz elétrica brasileira substituída pela expansão de renováveis não controláveis, outros recursos, como as termelétricas a gás natural, serão cada vez mais importantes para atendimentos dos diversos requisitos do sistema além da geração de energia, como a capacidade (para atendimento à ponta) e, possivelmente num horizonte mais à frente, a flexibilidade. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020, p. 179).

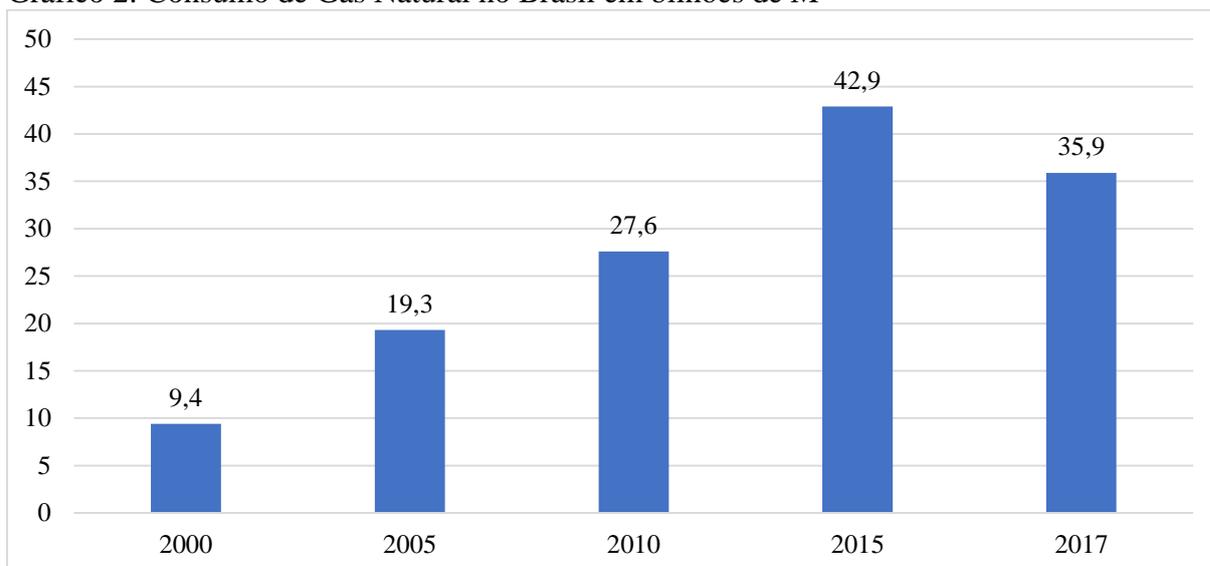
Essa probabilidade que se evidencia na oferta e na demanda na geração termelétrica determina uma mudança no papel do gás natural no setor elétrico para os próximos anos, promovendo uma adequação às mudanças tecnológicas e regulatórias que estão por vir para que possa ser tão eficiente quanto o previsto (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2020).

De 2000 a 2018, o Brasil expandiu sua produção de gás em cerca de 90%, saltando de 13,3 bilhões m<sup>3</sup> a.a. para 25,2 bilhões m<sup>3</sup> a.a.; já para o mesmo período o consumo apresentou alta acumulada de 300%, passando de 9,4 bilhões m<sup>3</sup>, em 2000, para 35,9 bilhões m<sup>3</sup>, em 2018. Mesmo não considerando o gás importado, é importante ressaltar a pressão da demanda sobre a oferta de mercado nacional, os saltos de consumos foram muito expressivos, principalmente puxados pelo consumo da indústria e de geração.

Gráfico 1: Produção de Gás Natural no Brasil em bilhões de M<sup>3</sup>



Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2010, 2019).

Gráfico 2: Consumo de Gás Natural no Brasil em bilhões de M<sup>3</sup>

Fonte: Elaborado a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2010, 2019).

Se relacionarmos a produção de gás no Brasil (sem considerarmos o que é importado) com o consumo, veremos que a produção entre 2000 a 2018 quase dobrou, mas ao mesmo tempo o consumo quadruplicou, ou seja, os números mostram ainda a lacuna existente entre a produção e o consumo no Brasil, revelando que tudo o que é produzido serve apenas para atender a um pouco mais da metade da demanda, dando prioridade para os setores que mais consomem, como a indústria e a geração, não conseguindo atender aos excedentes. Além do mais, para atender a todo o mercado, existe a dependência por importação, tornando o quadro ainda mais crítico e exigindo medidas urgentes para que a produção consiga evoluir a um patamar necessário pelo menos para o consumo interno e que haja infraestrutura disponível para distribuição em larga escala. Atualmente, a distribuição é feita conforme a infraestrutura existente, sendo incapaz de suprir a demanda de modo uniforme.

### 3.2.1 Gás natural como base energética na modernização da indústria cerâmica em Santa Catarina

O setor cerâmico, em Santa Catarina, teve início em 1919, com a fundação de uma fábrica de louças em Imbituba. Posteriormente, foram fundadas novas empresas, como a Cerâmica Santa Catarina Ltda (Cesaca), em 1946; a Cerâmica Urussanga (Ceusa); e a Cerâmica Cocal Ltda, em 1954. A expansão do setor ocorreu apenas após meados de 1960, decorrente das políticas nacionais que possibilitaram a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), alavancando, assim, o setor de construção civil,

diretamente ligado ao cerâmico. A partir dos anos de 1970, houve a rápida expansão do setor e o aparecimento de diversas novas indústrias cerâmicas no Estado. A expansão do setor e sua representatividade podem ser vistos em números que mostram sua produção em relação ao nível nacional no segmento de azulejos, passando de 16,1% no ano de 1965 para 46,2% em 1979, e na produção de revestimentos em geral, chegou a representar 43,6% de tudo produzido no País em seu ápice. A expansão do setor seguiu nas décadas de 80 e 90 impulsionada pelo aumento exponencial das exportações, consolidando o setor, e também o mercado brasileiro, como um dos maiores fabricantes de revestimentos cerâmicos do mundo (GOULARTI FILHO, 2016).

A automatização ou modernização da produção no setor cerâmico desencadeou um avanço de mercado para os produtos de revestimentos cerâmicos, dado que a automatização teve influência direta nos preços, tornando-os mais atrativos aos mercados interno e externo, o que duplicou a produção entre os anos de 1994 a 2005. De fato, esse setor se caracteriza pela sua facilidade de adaptação tecnológica e dinamismo, mas o que é importante ressaltar é que o processo de produção de revestimentos cerâmicos exige alto consumo energético pela necessidade de calor para que as transformações físico-químicas sejam realizadas. Em primeiro momento, utiliza-se a energia elétrica, mas a necessidade de redução nos custos de produção, juntamente com a preocupação de esgotamento das fontes de energia primária, criou uma alternativa para o caso: a introdução da energia térmica. Tanto a energia elétrica como a energia térmica derivam de uma fonte primária, e o gás natural se mostra como uma das fontes mais competitivas do mercado de combustíveis pela sua versatilidade e pelo seu preço.

O gás natural não está presente de forma abundante em todos os países, a exemplo do que aconteceu na Europa, onde gasodutos foram instalados em uma rede que ligava todo o continente, criando um modelo de integração energética, o que só foi possível aplicar no Brasil após a implantação do gasoduto Bolívia-Brasil a partir dos anos de 1990. Desde que foi implantado, o gás natural apresenta crescimento exponencial, tornando-se a matriz energética que mais cresce no País, principalmente pela sua eficiência e capacidade de substituição de outros combustíveis fósseis derivados do petróleo. Os benefícios apresentados pelo gás natural o tornaram a principal fonte primária utilizada pela indústria cerâmica no mundo, e no mercado brasileiro segue tendência para esse mesmo patamar, com as empresas buscando aumentar a sua eficiência e reduzir custos (ALVES; MELCHIADES; BOSCHI, 2008).

Esse esboço da modernização no parque fabril na indústria de revestimentos cerâmicos, que ocorreu no Brasil no início dos anos de 1990, conta com a participação de Santa Catarina, e o gás natural se tornou o combustível dessa modernização pela sua versatilidade e custo, foi elemento-chave na expansão da produção cerâmica, resultando diretamente nos

resultados econômicos. O que se evidencia aqui é a relação do gás natural com os mais distintos setores econômicos, o elemento em sua forma natural é um combustível fóssil limpo em relação aos demais e também é utilizado nos demais segmentos como combustível veicular, no uso comercial, em residências e em diversos setores da indústria.

Referida modernização também ocorreu em Santa Catarina, visto que o gás natural foi peça-chave nesse novo modelo de produção no setor cerâmico. Além disso, a pressão da demanda sobre a estrutura da oferta apresentada em Santa Catarina também foi um dos motivos cruciais para a ampliação da geração e distribuição da matéria-prima. A pressão que se deu no setor cerâmico foi devido à calor gerada a partir da queima do gás natural poder ser mais facilmente controlada e com maior estabilidade de temperatura, o que impulsionou a fabricação de pisos, azulejos e porcelanatos de melhor qualidade e, por consequência, um maior valor agregado. Isso também encontrou utilidade em outros setores da indústria de transformação. É nesse caso – principalmente em fases iniciais de implantação de investimentos de média e longa maturação, com adesão incerta pela população por mais que o recurso tenha aplicabilidade –, que entra em cena a figura do Estado como força motriz para desencadeamentos produtivos, dotado da capacidade de suprimir os entraves do desenvolvimento socioeconômico a partir do investimento estatal e, nesse caso em específico, de criação da SCGÁS, em 1994, para a distribuição do gás natural em Santa Catarina. Ele não apenas atendeu à demanda de um setor em específico, como o setor cerâmico, mas de todos os que necessitam do gás natural como fonte de combustível, acima de tudo gerando demanda, pois sua versatilidade permite que o gás natural seja utilizado como combustível veicular, como também em uso comercial e residencial.

### 3.3 POLÍTICA PÚBLICA DO GÁS NATURAL E MATRIZ ENERGÉTICA

Segundo Santos e Fagá *et al.* (2007), fazendo um breve panorama do papel do gás natural no setor energético global, houve um crescimento na sua participação no que chamou de “Civilização do Gás”. Em estimativas projetadas para até 2050, os combustíveis fósseis continuaram tendo a maior participação, com modelos de projeção apontando para pelo menos 77% em 2030, apesar da escala decrescente do consumo, que está aumentando. Interessante que o petróleo e o carvão perderam participação relativa, enquanto que para o gás natural ela aumentou. O consumo de gás promete aumentar a participação de 20,5% para 21,9%, de 2004 até 2030, enquanto o petróleo de 35,2% para 32,2% e o carvão mineral de 24,8% para 22,8%. Já as energias renováveis (hidráulica, biomassa, fotovoltaica, eólica e outras), de 13,2% para 16,2%, e a energia nuclear de 6,4% para 6,9% (SANTOS, FAGÁ *et. Al.*, 2007). O desafio para

o gás natural é a sua popularização, que depende da tecnologia, mesmo assim, as projeções são otimistas, inclusive colocando-o em uma posição estratégica de transição energética junto com as fontes de energia renováveis (SANTOS; FAGÁ *et. al.*, 2007; SOKOLOV, 2017).

O balanço energético brasileiro de 2018 apresenta que o gás natural já atingiu a marca de 12,9% de participação na matriz energética, registrando avanço de 1,4% no ano anterior na demanda de consumo industrial, puxada principalmente pelo crescimento da siderurgia; no entanto, a participação relativa entre 2016 e 2017 passou de 29,3% para 28,1%. Na geração termoelétrica de energia elétrica, o crescimento da participação entre 2016 e 2017 foi de 34,5% para 37,6%, assegurando energia em um período de escassez de água na geração hidráulica, o que equivalia, em 2017, a 10,5% de participação entre as fontes de geração de energia renováveis e não renováveis. A produção de gás no período de 2008 a 2017 aumentou em 46,25%, enquanto o petróleo cresceu 28,19% e o carvão recuou em 32,23%. Fechamos o período com uma variação de 52,6% para 59,5% na participação de fontes de energia não renováveis, apesar do expressivo avanço das energias renováveis, muito puxado pelo salto na produção nacional de petróleo e gás nas reservas do pré-sal. A dependência externa de gás saiu de 43,5% para 28%, com projeção de continuar caindo. No consumo por setores, de 2008 a 2017, diminuiu no setor comercial e de transporte, enquanto aumentou no setor residencial e industrial (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2018).

Segundo dados de novembro de 2019 do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, o consumo do gás natural por grupos se concentrava 36,78% na indústria, 43,23% na geração de energia, 6,28% no uso automotivo, 2,32% na cogeração (que gera simultaneamente energia térmica e mecânica), no seguimento residencial 1,21% e no comercial 0,92%. Aproximadamente, 67,45% eram provenientes da produção nacional, 22,10% importados da Bolívia e 10,45% provenientes da regaseificação do GNL. Os três maiores estados produtores foram Rio de Janeiro, com 79,79 milhões de m<sup>3</sup>/dia, São Paulo, com 16,78 milhões de m<sup>3</sup>/dia, e Amazonas, com 14,88 milhões de m<sup>3</sup>/dia, respectivamente, sendo os dois primeiros de maior produção no mar e o terceiro em terra, com quase a totalidade encontrada associada a poços de petróleo e representando os somados 81,52% do total produzido. Em reservas provadas, São Paulo, com 205.426 milhões de m<sup>3</sup>; Rio de Janeiro, com 81.226 milhões de m<sup>3</sup>, e Amazonas, com 39.188 milhões de m<sup>3</sup>, que somadas equivalem a aproximadamente 88,09% do total provado.

A produção de gás no território brasileiro se concentrou em dez concessionárias, com a Petrobras representando 73% do total. As demais, por ordem de produção, foram: Shell Brasil, Eneva, Petrogal Brasil, Repsol Sinopec, Enauta Energia S.A., Equinor Energy, Total

E&P do Brasil, Geopark Brasil e Brasoil Manati. O maior campo produtor é Lula, na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, que, junto com os outros nove poços de maior produção, representa 74% da produção nacional, enquanto a maior unidade estacionária de produção se chama FPSO Cidade de Mangaratiba. Na média, para o ano de 2019, 46,4% foram ofertados ao mercado, 34,8% foram reinjetados para manter a pressão dentro dos poços associados de petróleo, 11,6% foram consumidos nas E&Ps (Unidades de Exploração e Produção), 3,5% em UPGNs (Unidades de Processamento de Gás Natural) para produção de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) e C5+ (Gasolina Natural) e os 3,7% restantes se referem a perdas e queimas (SECRETARIA DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS, 2017).

Apesar da capacidade de autossuficiência em gás do Brasil, considerando os padrões atuais de consumo, persistem as importações devido às condições de produção, que hoje são, na quase totalidade, dependentes da produção de petróleo como gás associado dos poços de produção de petróleo. Isso faz com que grande parte seja reinjetada nos poços, garantindo a pressão na retirada do petróleo.

A Petrobras, com participação de 91% da produção, criou uma condição de dependência, prevalecendo os poços *offshore*, chegando a 300 quilômetros da costa. Enquanto isso, há poços *onshore*, nos quais a produção é pequena, afastando o interesse de grandes empresas produtoras e atraindo algumas poucas pequenas empresas capazes de aceitar margens menores, mas que não têm condições de arcar com novas pesquisas de perfuração.

As condições do mercado nacional para empresas privadas, sejam nacionais ou estrangeiras, também aparece como uma barreira ao desenvolvimento de poços *onshore*, prevalecendo um cenário de poucos incentivos quanto à legislação distinta entre terra e mar, ao regime tributário diferenciado, à capacidade de escoamento ao dispor de redes de tubulação para o transporte do gás e ao estabelecimento de um setor âncora.

O setor âncora é aquele que garante uma cota de consumo que permita viabilizar o negócio de gás natural, enquanto ocorre a expansão em outros seguimentos, o que para esse caso apresenta grande potencial no setor termoeletrico, substituindo a queima de óleo e de carvão (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014).

Cabe apontar que em períodos de baixa na disponibilidade de gás ao mercado, aumenta a dependência de gás importado, aumentando a participação do gás boliviano e de outros mercados com o de GNL, que entra principalmente pelos terminais de Pecém, Bahia e Guanabara (SECRETARIA DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS, 2017). Esse gás liquefeito, que vem via navios gaseiros, costuma ter maior custo de importação pela oscilação de preços frequente nos mercados *spot* e pelo custo adicional de regaseificação.

Essa importação de GNL apresenta uma tendência de estabilização, o que aponta para a necessidade de pleitear contratos de médio e longo prazo em fornecimento, reduzindo a suscetibilidade a questões climáticas e a problemas geopolíticos, mantendo o mínimo de fornecimento sem preços altos e grandes variações.

Aponta-se também para a potencialidade de uma estratégia regional, olhando para a América Latina, ao estreitar relações com os países produtores mais próximos para suprir o mercado de gás em períodos de baixa na produção ou na disponibilidade ao mercado, não deixando de considerar as condições de estímulo para solucionar os gargalos da produção nacional. Lembrando que foi o gás boliviano que, a partir de 1999, permitiu um maior desenvolvimento do setor quando ainda não tínhamos operações de grandes reservas (MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014). Consequência dessa parceria no fornecimento de gás natural, foi aprovada a Lei nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, instituindo o Programa Prioritário de Termoeletricidade (BRASIL, 2000).

O problema da aplicação para a geração de energia no Brasil é que a energia termoelétrica funciona como complementar à geração hídrica, prevalecendo a dependência de sazonalidade e inviabilizando investimentos privados de longo prazo. A Petrobras acaba participando da maioria dos empreendimentos. Abre-se, então, garantindo o setor âncora, para a expansão no setor industrial, que apresenta grande potencial, principalmente para a cogeração, desde que os estímulos necessários sejam dados ao seu consumo e a rede de tubulação seja ampliada. Reforça-se, por fim, que uma política pública para o gás natural passa tanto pela disponibilidade quanto pelo insumo e a chegada das redes de tubulação aos consumidores, bem como por uma estratégia de preços que o torne atrativo (SANTOS; FAGÁ *et al.*, 2007; MUNOZ; GOMES; HOLLANDA, 2014).

Segundo a Ata de Energia Elétrica de 2008, já estavam em operação 145 plataformas de produção de gás nos campos de extração de 14 polos produtores, dispendo de cinco dutos de transferência, totalizando 30 km e 254 dutos de escoamento da produção, em um total de 4.650 km, que somados aos terminais de Pecém, Bahia e Guanabara e à estrutura de operação do Gasbol completam a estrutura de fornecimento de gás natural no País. As usinas termoelétricas a gás em operação já somam 85, correspondendo a 10% da capacidade instalada de geração de energia do País, com capacidade de gerar 103 MW (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008). A produção nacional disponível ao mercado saltou de 6.445.606 (mil m<sup>3</sup>), no ano 2000, para 22.186.819 (mil m<sup>3</sup>), em 2019 (ANP, 2019b).

Visto que o gás natural possui a limitação do seu encerramento, a partir do esgotamento dos poços existentes, carece de uma gestão mais consciente do consumo e, por

garantia, de maior vida útil dos investimentos em capital imobilizado que envolvem o combustível na sua exploração, transporte e consumo. Entender isso ajuda a planejar as políticas públicas possíveis que envolvem o recurso na aplicabilidade, na expansão das redes de tubulação e no preço competitivo, dando preferência para a manutenção das reservas nacionais no longo prazo e apropriando-se de reservas externas quando mais baratas, preservando as reservas nacionais. Com foco na maior popularização e participação estratégica na nossa matriz energética, a sustentabilidade dos empreendimentos no longo prazo é importante para os investimentos e para a segurança energética.

Outro benefício é a substituição do carvão mineral energético utilizado na queima em termoelétricas pelo gás natural na função de estabilizador de rede e compensador em períodos sazonais de alta no consumo ou por motivos de seca e do comprometimento da capacidade de geração de energia nas hidroelétricas. Para tanto, sugere-se a elaboração de um plano nacional das reservas de petróleo e gás natural para definir um marco temporal de esgotamento das reservas em cada região, garantindo sustentabilidade para o equilíbrio econômico, social, ambiental e intergeracional (VILANI; MACHADO, 2010).

#### 4 EMPRESA ESTATAL

Definir de forma exata como funciona uma empresa estatal é uma tarefa árdua, sendo que, *a priori*, é necessário fazer um breve histórico de como surgiu a necessidade de um Estado interventor no Brasil, por meio das estatais, entre os anos de 1930-1945. Com base no estudo de Santos Neto (1984), o caso brasileiro teve início após a crise de 1929, quando o processo de desenvolvimento era pouco dinâmico e como forte exportador para os países do centro sofria mutuamente com a instabilidade de seus parceiros comerciais, originando um “estrangulamento” econômico. Nesses períodos de instabilidade, ficou evidenciada a baixa complexidade do sistema econômico-financeiro do País e a necessidade de alternativas para continuar a expansão capitalista, retirando os entraves impostos pelo sistema a um país periférico, exigindo uma ação incisiva do Estado e, por meio de uma ação estatal mais contundente, buscando estimular uma maior dinâmica do mercado interno, o suprimento da falta de capacidade de financiamento por parte dos bancos privados para projetos maiores e de maior tempo de maturação, a criação de setores importantes para aumentar a complexidade da economia, a implantação de um marco regulatório para organizar o mercado, entre outras medidas.

O Brasil apresentava condições favoráveis, se comparado aos seus vizinhos da América do Sul, para o desenvolvimento industrial, assim, em um primeiro momento, houve uma aliança entre a burguesia industrial e o Estado, formando uma aliança voltada para a industrialização, e foi aí que começou a intervenção Estatal.

A intervenção estatal que se iniciou no período, alicerçada por estas novas alianças – voltadas basicamente para a industrialização –, fortaleceu o processo de acumulação iniciante. Não obstante, esteve longe, e ainda está atualmente, o momento no qual se revestissem de perfeita coerência e integração os fins perseguidos e da adequação aos meios utilizados. (SANTOS NETO, 1984, p. 43).

O que se observava era que, em escala global, a indústria pesada brasileira era obsoleta com relação às economias dos países desenvolvidos e que essa industrialização tardia custava gigantescos volumes de investimentos no setor produtivo e em tecnologia, isso atrelado às baixas taxas de retorno, ou seja, o lucro viria em longo prazo. Esse fator era crucial para a intervenção estatal, já que a burguesia nacional não provia recursos necessários para investimentos, muito menos tinha interesse em investimentos sem grandes retornos imediatos, assim o Estado intervia de forma cirúrgica, garantindo a acumulação industrial e a continuidade na produção (SANTOS NETO, 1984).

Os governantes que assumiram com a revolução de 30, apesar de que tiveram que acomodar interesses econômicos e políticos da oligarquia, como já explicado, encaminharam novas diretrizes governamentais, condenando, explicitamente, o liberalismo econômico. (SANTOS NETO, 1984, p. 44).

Originou-se, então, um governo caracterizado como nacionalista, visando a uma emancipação econômica, que deu início ao alargamento das atividades Estatais, retirando os entraves necessários para o desenvolvimento do setor industrial e garantindo a continuidade da acumulação nos setores responsáveis pela entrada de divisas internacionais com as políticas de sustentação de preço. Vale destacar a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, auxiliando na diversificação e expansão da produção interna. Já um esboço do que ocorreu foi como no caso da indústria siderúrgica, que não conseguia se desenvolver e avançar tecnologicamente, o que só foi possível de se realizar com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, uma empresa estatal que acabou com as barreiras da industrialização no setor (SANTOS NETO, 1984). Quanto às estatais:

Estas empresas apresentam recursos próprios, embora dependam de aportes do tesouro nacional, principalmente nas fases de implantação ou ampliação dos projetos de investimentos. São utilizadas para o desenvolvimento do processo de acumulação/reprodução do capital privado, atuando ora como empresa privada ora como empresas repassadoras de recursos à atividade privada, de acordo com a lógica de valorização do capital como um todo. (SANTOS NETO, 1984, p. 91).

Em uma pequena síntese, as empresas estatais desempenham papel fundamental no contexto econômico e são responsáveis pela expansão do capitalismo monopolista, atendendo às demandas e resultando no desenvolvimento das forças de produção e na valorização do capital.

Do ponto de vista técnico, elas surgem diante das crises ou nos períodos de transição, sendo um elemento novo e estruturado politicamente para garantir a sequência de acumulação privada de capital. Na história em geral, a intervenção do Estado (seja por meio das estatais, da normatização ou de capital) no processo de acumulação é determinada pelo padrão de desenvolvimento do capitalismo local, levando em consideração as indigências provocadas pelas transformações ocorridas durante o processo de desenvolvimento, seja pelo seu próprio dinamismo ou pelas forças socioativas que estão envolvidas (ABRANCHES, 1979).

Em outras palavras, a intervenção do Estado na acumulação e suas formas são determinadas pelo curso de desenvolvimento da estrutura produtiva, pelo grau de heterogeneidade estrutural na economia, pelos modos de sua inserção na

ordem econômica mundial e pela dinâmica política dos interesses sociais. (ABRANCHES, 1979, p. 96).

No caso do Brasil, torna-se inerente à discussão sobre estatais, porque as empresas estatais estão deixando de realizar funções no processo capitalista, como no caso do setor produtivo, na consumação de gastos sociais e na geração de receita externa. A situação brasileira requer uma atuação política imediata para que o Estado possa assegurar os interesses gerais da sociedade, definindo o que deve ou não ser feito por ele (ABRANCHES, 1979).

A formação de empresas estatais está, quase sempre, ligada a mudanças importantes na organização das atividades produtivas: a) a crise da economia agroexportadora e o início da industrialização no Brasil; b) a rearticulação da economia italiana, subvertida por grave e profunda crise; c) o fechamento deliberado da economia espanhola, desarticulada pela guerra civil; d) a necessidade de marcantes correções de curso nas economias inglesa e francesa, no período entre guerras e imediatamente depois da Primeira Guerra Mundial. (ABRANCHES, 1979, p. 96).

A partir dos anos 50, as empresas estatais foram se consolidaram como agentes responsáveis pelo aumento da formação de capital, impulsionando o crescimento econômico. A situação se estendeu durante a década de 70 e até meados dos anos 80, quando os crescentes investimentos governamentais ocorridos por meio das estatais consolidaram o desenvolvimento regional, que era deficiente. Os resultados foram positivos em todas as regiões, principalmente nas que necessitavam do investimento estatal para sanar as disparidades. Sendo assim, observa-se que em cada região onde os investimentos foram realizados os resultados foram peculiares a cada uma delas, e em determinado local se tornaram um avanço qualitativo na estrutura produtiva, já em outro foram estímulos de oferta à frente da demanda, instigando o desenvolvimento, e até mesmo por meio de receita tributária aos estados, sendo direcionados para a ampliação da estrutura econômica. Até os anos 60 e 70, o Estado, no Brasil, foi o principal agente do desenvolvimento industrial e do afunilamento das disparidades regionais. Entre 1970 e 1985, os gastos das estatais nas economias regionais mudaram o cenário consideravelmente, dando força à desconcentração produtiva e estimulando o crescimento econômico juntamente com as políticas de desenvolvimento regional. A criação das estatais foi também um meio para agir em determinados setores onde as empresas privadas não dispunham de condições para assumir de forma eficiente, já que o modelo brasileiro constitui um capitalismo tardio (MONTEIRO NETO, 2005).

O Brasil, seguindo um padrão internacional de economia mista no pós-guerra, logrou desenvolver uma rede importante de empresas estatais com operações em ramos de produção de insumos básicos (como petroquímica, siderurgia e

química) importantes para a estratégia a de consolidação do potencial de industrialização nacional. (MONTEIRO NETO, 2005, p. 173).

O retrocesso na expansão das empresas estatais teve início na década de 80, período que se tornou a década perdida. O modelo de administração do governo, os desinvestimentos nas estatais e o ajuste macroeconômico originaram forte instabilidade, crescimento econômico reduzido e a perda no controle da inflação. As gestões dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso foram as mais acentuadas para o caminho das privatizações de empresas estatais, um modelo utilizado por capitalismos desenvolvidos, diferente do caso brasileiro. As privatizações geraram ativos públicos, que foram insuficientes para o setor privado, perdendo-se o direcionamento dinâmico que o governo possuía no setor empresarial, ficando escassa a sua capacidade de promover desenvolvimento econômico em escala (MONTEIRO NETO, 2005).

Mesmo com essa tendência privatizadora e com a desregulação do mercado interno dos anos 90, foram constituídas empresas estatais nesse período, muito mais pela necessidade de atender à demanda de desenvolver setores deficientes em modernização, que poderiam ser dinamizados pela introdução do gás natural, uma fonte de calor e produção de energia elétrica mais facilmente controlável. Inicialmente, o Estado interveio na criação do setor de distribuição de gás natural devido à incerteza no início das operações quanto à aderência e à capacidade de atender a uma possível alta procura que ele viesse a ter. Também assumiu o risco, garantindo o aporte de financiamento necessário e a continuidade dos investimentos, esperando a consolidação e o retorno a médio e longo prazo, que costumeiramente se espera dos seguimentos de mercado nos quais o Estado é “chamado” a intervir. Setores nos quais o capital privado ainda não tinha sentido o desejo de investir ou não tinha visualizado um retorno que estimulasse a sua aplicação. Nesse contexto que, no setor de distribuição de gás natural, sugeriram as estatais como a Companhia de Gás de Santa Catarina, em 1993, na contramão das privatizações, as quais serão exploradas nos demais capítulos.

#### 4.1 GÁS PETRO

Sediada atualmente no Rio de Janeiro, a Petrobras Gás S.A. ou GASPETRO é a mais recente denominação da Petrobras Fertilizantes S.A. ou PETROFÉRTIL, assim nomeada em 1998. Desde a sua constituição, em 24 de março de 1976, ela vem funcionando como um *holding* de participação. Antes, geria as empresas estatais no setor de produção de fertilizantes, passando, a partir da nova denominação, a participar em sociedades inseridas no setor de gás

natural, em atividades de importação, exportação, armazenamento, distribuição e comercialização de *commodity*. Da data de sua criação, em 1976, até 2015, manteve a integralidade do capital em poder da União, vindo a abrir capital apenas em dezembro de 2015, quando vendeu 49% da sua participação para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, que é uma subsidiária da empresa japonesa Mitsui & Co. Ltda e possui participação em oito companhias estaduais de distribuição de gás natural (PETROBRAS GÁS S.A., 2019).

Essa operação fez parte de um plano de desinvestimento da Petrobras, que vigorou entre 2015 e 2019, com a intenção de se desfazer de ativos, abrindo para a participação do capital privado no setor. Dentro de uma proposta em que a Petrobrás, sendo eficiente na pesquisa de recursos minerais, no desenvolvimento de tecnologia própria e na extração dos recursos, deveria focar nessa função e na participação em sociedades de menor interesse do setor privado, enquanto abria mão de ativos de maior rentabilidade e investimento consolidado. Faria isso em favor de um capital privado que supostamente estimularia a competição e a inovação setorial, tendo como consequência a redução de custos e do preço final ao consumidor.

Dentro desse programa de desinvestimento, a GASPETRO, que possuía em 2015 a participação em 29 empresas, distribuídas entre os setores de transporte e distribuição de gás natural, energia elétrica, comercialização e logística de GNL e aproveitamento de subprodutos de carvão, teve que dividir seus ativos. Para isso, permaneceu apenas com as companhias locais de distribuição de gás natural, transferindo o restante das participações para a Petrobras Logística de Gás S.A. ou LOGIGÁS, incorporada pela Petrobras em 2019. Conservava, em 2019, a participação em 19 companhias de distribuição de gás natural, estando 14 em operação e cinco em fase pré-operacional (PETROBRAS GÁS S.A., 2019). Isso foi feito para adequar a sua estrutura operacional à da empresa acordada para assumir os 49% de participação, focando-se apenas no setor de distribuição de gás natural e no interesse da empresa sócia, deixando-a mais enxuta, diminuindo o aporte de capital para a aquisição dos 49%.

Figura 3 - Participação Acionária Gaspetro



Fonte: Petrobrás Gás S.A - GASPETRO (2021).

As distribuidoras, com a participação da Gaspetro, chegaram aos 44,5% em participação do volume de gás distribuído no ano de 2019, distribuindo 43,7% do gás para o seguimento industrial; 22,4% aos autoprodutores, importadores e clientes livres; 22% ao termoelétrico; e 11,9% ao residencial, ao comercial, ao automotivo e à cogeração em conjunto com a termoelétrica. Investiram aproximadamente R\$ 326 milhões na expansão de 431 quilômetros da rede de gasodutos, chegando à marca de 10.000 quilômetros da rede, em 2019, com o *holding* de participação majoritária estatal. Atenderam 48 mil novos clientes, totalizando 497 mil atendidos, no ano de 2019, resultando em R\$ 379,5 milhões de lucros. Distribuíram 174 milhões em dividendos, 32,4 milhões em remuneração e benefícios aos trabalhadores, 8,6 milhões às instituições financeiras e aos fornecedores e 7,9 milhões em tributos (federais estaduais e municipais) (PETROBRAS GÁS S.A., 2019).

## 4.2 FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE

No sistema econômico capitalista, o crescimento depende de alguns impulsos, os quais, em sua maioria, dependem do Estado para alavancar a promoção da oferta ou, em outros casos, para arcar com o período de introdução de um novo produto ou insumo no mercado interno, esperando pela criação de demanda e a sua aderência no mercado consumidor, principalmente em sistemas atrasados, como acontece no Brasil. Em setores econômicos mais avançados, a necessidade de investimentos e de recursos financeiros é muito elevada, mas em alguns casos não há o retorno do investimento inicial esperado, o que afasta o investidor privado, ficando a cargo do Estado resolver esse problema.

A mudança da base econômica catarinense a partir dos anos de 1940 foi um marco histórico para a mudança de patamar do capital no Estado. Primeiramente, teve-se uma transição de setores consolidados para setores emergentes e uma mudança de padrão de crescimento da pequena produção mercantil para o médio e grande capital industrial. Acompanhada desses movimentos foi gerada a necessidade de infraestrutura capaz de suprir as necessidades exigidas pelo capital, já que a base econômica existente não era capaz de suprir as necessidades constantes do capital, inibindo, assim, seu ritmo de expansão acelerado (GOULARTI FILHO, 2016).

Havia inúmeras lacunas na base do sistema catarinense, que eram incapazes de atender à demanda do crescimento diversificado e dinamizado da economia catarinense. A geração e a transmissão de energia eram debilitadas, o crédito era insuficiente, e os transportes não conseguiam atender a todo o território, sendo o rodoviário o mais obsoleto na época. Essas condições presentes no período estavam na contramão das necessidades de expansão do capital, não permitindo o livre desenvolvimento das forças produtivas. Apenas o Estado era capacitado de recursos suficientes para difundir os investimentos necessários para retirar os entraves ao desenvolvimento e atender ao capital industrial (GOULARTI FILHO, 2016).

No final dos anos 50, a economia catarinense apresentava avanços significativos, mas, ao mesmo tempo, estava impossibilitada de dar saltos qualitativos, devido à deficiência na sua infraestrutura social: faltava uma integração rodoviária no Estado, os portos estavam mal aparelhados, o estrangulamento energético era constante, a rede de telefonia era desintegrada e não havia linhas de créditos de longo prazo. A necessidade de investimentos em infraestrutura era urgente. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 663).

É nesse contexto econômico turbulento e travado que o Estado intervém para proporcionar um ambiente favorável à acumulação – que em Santa Catarina não foi diferente.

Como modo de atuar, o governo estadual criou algumas empresas estatais para fomentar o desenvolvimento, como no caso da CELESC, do BDE e do BADESC. Essas estatais estão relacionadas ao planejamento que os governos decidiram seguir, sendo um modo de o Estado atuar.

O planejamento como feitiço de atuação estatal não era uma realidade em Santa Catarina nessa época, aliás, a economia pensada por órgãos governamentais e o planejamento como modelo de ação do Estado no Brasil tiveram início apenas no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando foi elaborado o primeiro plano de Estado, que viria a ser chamado POE (Plano de Obras e Equipamentos) em 1943. Santa Catarina teve sua primeira experiência em 1955, no governo Irineu Bornhausen (1951-1955), por meio do Plano de Obras e Equipamentos (POE), entretanto suas metas não foram alcançadas por razões políticas, então como houve troca de governo e não havia pactos, não foi possível dar continuidade ao plano. O POE pouco se destacou no governo Irineu, e o que marcou o período foi a criação da empresa estatal CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) no final de seu governo, companhia que nasceu da incorporação de unidades isoladas e foi uma estratégia do Estado para suprir as necessidades decorrentes do capital do período. Foi apenas na gestão Celso Ramos (1961-1965), com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo), que o planejamento apresentou esboços positivos, não apenas com investimentos em setores defasados, como também com a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico (BDE), que fomentaria crédito ao capital, possibilitando a acumulação. Mais tarde, em 1969, o BDE se tornaria BESC (Banco do Estado de Santa Catarina) e deixaria de ser um banco de fomento, pois, mais adiante, para essa função, seria criado o BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) (GOULARTI FILHO, 2012).

Os planos seguiram fazendo parte do planejamento de governo em Santa Catarina. Independentemente do poder político à frente do Estado, o planejamento se tornou parte do “manual” de governo para garantir o desenvolvimento. Em sequência ao PLAMEG vieram os seguintes planos: Plano de Metas do Governo (PLAMEG II); Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD); Plano de Governo (PG); e, por último, Plano de Ação (PA). O destaque vai para a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), em 1975, no Plano de Governo, sendo um órgão estadual e o principal agente de fomento em Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2012).

Os planos desenvolvidos, aprovados por meio de lei, possuem como características na distribuição dos investimentos:

- Plano de Obras e Equipamentos (POE): desenvolvido no governo Irineu Bornhausen (1951-1955), com investimento total previsto de Cr\$ 1,8 milhões, distribuídos 45% para a estrada de rodagem, 35% para a energia elétrica, 10% para a agricultura e 10% para a educação e a saúde<sup>2</sup>;

- Plano de Metas do Governo (PLAMEG): desenvolvido no governo Celso Ramos (1961-1965), com investimento total previsto de CR\$ 17,5 milhões, porém foram gastos, ao final, CR\$ 54,9 milhões, distribuídos em variados setores, dentre os quais os que mais receberam repasses foram os de rodovias (28,3%), energia (26,6%), educação e cultura (11,6%), saúde e assistência social<sup>3</sup> (6,6%);

- Plano de Metas do Governo II (PLAMEG II): desenvolvido no governo Ivo Silveira (1966-1970), com investimento total previsto de Cr\$ 216 milhões, sendo direcionados 62% entre energia, transportes e indústria, 17% para a saúde, a educação e a cultura, 15% para a valorização dos recursos humanos e 6% para a melhoria dos meios administrativos<sup>4</sup>;

- Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD): desenvolvido no governo Colombo Machado Salles (1971-1974), cuja previsão de investimento era de Cr\$ 5,6 bilhões, divididos 22,7% para a agricultura, 21,9% para a indústria, 21% para os transportes, 14,9% para o saneamento, 5,6% para a energia, 3,8% para as telecomunicações e o restante para as demais áreas<sup>5</sup>;

- Plano de Governo (PG): desenvolvido no governo Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), no qual não havia valores previstos de recursos e gastos, sendo distribuídos 24,7% para os transportes, 17,0% para a educação, 11,3% para a administração e o planejamento, 3,8% para a saúde, 2,0% para a indústria e 1,7% para a agricultura<sup>6</sup>;

- Plano de Ação (PA): desenvolvido no governo Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), no qual não havia valores previstos de recursos e gastos, sendo que o BADESC era um dos principais canais para financiar a indústria. O Plano era dividido em três bases e subdividido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento<sup>7</sup>.

Fica evidente que o planejamento mudou o patamar da economia catarinense, visto que o Estado passou a pensar o sistema como um todo, desde a infraestrutura e o crédito,

---

<sup>2</sup> Lei nº 1.365, de 4 de novembro de 1955.

<sup>3</sup> Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

<sup>4</sup> Lei nº 3.934, de 30 de dezembro de 1966.

<sup>5</sup> Lei nº 4.628, de 6 de outubro de 1971.

<sup>6</sup> Lei nº 5.088, de 06 de maio de 1975.

<sup>7</sup> Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979.

passando pela indústria, pelo capital e pelas políticas sociais, preenchendo as lacunas existentes no sistema (GOULARTI FILHO, 2005). A partir do planejamento impulsionado e dirigido pelo Estado, a economia catarinense se tornou mais complexa e estabeleceu certa identidade regional, um subsistema componente do sistema nacional de economia. É visível que os estados que mais se desenvolveram por regiões ou localidades comparáveis às demais do País tiveram como diferencial no seu processo de desenvolvimento a participação mais atuante do ente estatal. Não é à toa que as regiões de economia mais dinâmicas, onde os setores privados são mais pujantes, quando estudamos os investimentos públicos, vemos que são também as que mais absorvem recursos públicos. As empresas estatais, assim como os órgãos e serviços públicos, estão presentes em maior medida nessas regiões, apesar de terem investimentos em outras regiões, com a intenção de desenvolver o local, gerar emprego e renda e mitigar os desequilíbrios econômicos regionais.

A formação de um sistema catarinense de estatais, incorporando importantes empresas prestadoras de serviços públicos, de infraestrutura e do setor produtivo, não foge do movimento geral da economia brasileira. Em muitos momentos da criação de estatais no estado de Santa Catarina, o movimento acompanha os ciclos ou movimento da economia nacional, como no caso da criação da CELESC para a incorporação dos sistemas isolados de geração e distribuição de energia elétrica, visando interligar todas as regiões do Estado. Essa interligação acompanha o movimento nacional de criação de um sistema nacional de eletrificação para garantir o compartilhamento da energia gerada entre regiões superavitárias e deficitárias na geração de energia e ampliação da rede de distribuição com o aporte de recursos públicos, visto que os aportes privados estavam sendo insuficientes para a ampliação necessária ao desenvolvimento da economia. Assim, a maior parcela da população passou a ser atendida. Da mesma forma ocorreu com a TELESC para o desenvolvimento do setor de telefonia, sendo uma subsidiária da TELEBRAS, que constituiu subsidiárias em todos os estados, incorporando pequenas empresas locais. No caso da CASAN, garantiu a democratização do abastecimento de água potável nas áreas urbanizadas, tendo em vista a garantia do direito de exploração comercial dos recursos hídricos por empresa estatal. Isso permite que, por exemplo, a captação de água na barragem do Rio São Bento, no município de Nova Veneza, SC, garanta o abastecimento de outras cidades no entorno, incluindo um município que é polo econômico regional como Criciúma, que já não conta com recursos hídricos potáveis suficientes para o seu abastecimento urbano, já que seus mais importantes rios foram poluídos pela atividade de mineração de carvão. Nos fornecimentos de crédito pelo BESC e pelo BADESC, eles foram casos de demanda pela ampliação do crédito para o desenvolvimento dos setores da economia

catarinense, dirigindo o capital para atividades que buscavam por esse capital não fornecido pelos bancos privados na quantidade necessária e com juros acessíveis. Todos esses e outros casos seguindo o movimento desencadeado em âmbito nacional para a maioria dos estados, em alguns casos, ou para a totalidade dos estados, em outros.

Para o caso da SCGÁS, a criação seguia uma estratégia nacional de diversificação da matriz energética com a introdução do gás natural, competindo principalmente com outros combustíveis térmicos, como carvão, derivados de petróleo e biomassa. Ganhou força com o projeto de criação do Gasbol, em 1989, fazendo da década de 1990 um período de criação de estatais estaduais de distribuição de gás natural, que continuou durante os anos 2000. A mando dos governos estaduais, as distribuidoras de gás têm maior proximidade com as demandas regionais, dirigindo a distribuição da rede de gasodutos. Os investimentos são feitos usando os lucros gerados pela atividade, somados a aportes vindos do Governo Federal, que atualmente é representado pelo *holding* de participação e investimentos, a Gaspetro. Os mais importantes fornecedores de gás são a rede do Gasbol, que supre a totalidade do gás consumido em Santa Catarina do princípio das operações até os dias atuais, mas também o fornecimento pela Petrobras do gás extraído na camada pré-sal na região Sudeste, com algumas reservas terrestres e marítimas no Nordeste e as reservas da bacia do Amazonas na região Norte. Existe um projeto de interligação entre as fontes de produção e os terminais de GNL e as redes de distribuição em todo o País que ainda não foi concluído, mas que segue no horizonte com a expansão acelerada da rede de gasodutos.

## 5 A COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Oficialmente fundada em 1994, a SCGÁS foi fruto de um trabalho liderado pelo governo para a introdução do gás natural no Estado antes mesmo de sua fundação, em meados de 1989, com o projeto do gasoduto Bolívia-Brasil. As obras da rede de distribuição de gás canalizado começaram em 1997 e foram finalizadas no ano 2000. A partir disso, estrategicamente, iniciou-se o fornecimento ao Estado, começando pelas regiões com a indústria mais desenvolvida (Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul). Atualmente, a empresa é consolidada no mercado devido a todos os diferenciais presentes no gás natural (COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA, 2021).

Na sua constituição, foram declarados em ata alguns pontos específicos, que merecem ser destacados para a compreensão do funcionamento da companhia. Começando pelo Art. 5º: o capital social da SCGÁS será inicialmente de Cr\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), divididos em Cr\$ 5.332.800.000,00 (cinco bilhões, trezentos e trinta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) de ações ordinárias nominativas e Cr\$ 2.667.200.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões, duzentos mil cruzeiros) de ações preferenciais nominativas, todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma. Esses valores foram os iniciais e ocorreriam mutações no decorrer de cada período, definido por meio de assembleia geral ordinária e extraordinária dos acionistas. Já a participação acionária foi estabelecida no Art. 6º, que determina que o estado de Santa Catarina, diretamente ou através de entidades de sua administração indireta, subscreverá parcelas do capital social que assegurem o percentual mínimo de 51% das ações com direito a voto (ações ordinárias), mantendo o controle acionário da companhia. Quanto aos demais acionistas, foi estabelecido no Art. 7º que poderão participar na constituição do capital social da SCGÁS: I - municípios do estado de Santa Catarina; II - entidades sob o controle do estado de Santa Catarina; III - empresas sob o controle acionário majoritário do estado de Santa Catarina ou de seus municípios; IV - empresas potencialmente consumidoras de gás, seus subprodutos e/ou derivados, bem como suas subsidiárias ou controladas; V- entidades nacionais de fomento e crédito; VI - pessoas físicas residentes e domiciliadas no País (SANTA CATARINA, 1993).

Referente à administração da empresa, foi determinado no Art. 10º que a Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS será administrada: I - por um Conselho de Administração composto de, no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 2 (dois) anos e direito à reeleição; II - por uma Diretoria composta por, no máximo, 4 (quatro) membros, eleita pelo Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos e com direito à reeleição. E,

conforme Art. 9º, fica o Poder Executivo autorizado a consignar à Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em cada orçamento anual, os recursos necessários às integralizações do capital pelo Estado, bem como os decorrentes de posteriores aumentos de capital (SANTA CATARINA, 1993).

Poucas mudanças ocorreram desde a ata de constituição até o estatuto social de 2019, o último lançado pela Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva seguem as mesmas regras da constituição, com a inclusão da cláusula que permite, no máximo, três reeleições. Ficou também determinado no estatuto que, do total dos lucros, 5% serão aplicados em fundo de reserva legal, não excedendo a 20% do capital social, e aos acionistas são assegurados 25% de dividendos mínimos obrigatórios do lucro líquido do exercício. Da participação acionária, as ações ordinárias conferem direito a votos na assembleia, o que não é garantido à ação preferencial, porém ela garante prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, prioridade no reembolso de capital e participação em igual condição com ações ordinárias nos dividendos de lucros remanescentes (COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA, 2019). Abaixo, a tabela mostra todos os presidentes da companhia e seu período de mandato.

Quadro 4: Diretor-Presidente da SCGÁS

<b>DIRETOR-PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>
Willian Anderson Lehmkuhl	2019-Atual
Cósme Polêse	2011-2019
Altamir José Paes	2011
Ivan Cesar Ranzolin	2007-2010
Otair Becker	2003-2006
Luiz Gomes	1998-2003
Arno Bollmann	1997
Roberto Makiolke Wolowski	1994-1997

Fonte: Elaborado pelo autor.

A companhia foi fundada para a exploração dos serviços locais de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina, e o contrato de concessão foi firmado em 28 de março de 1994, uma transferência do Poder Público Estadual com prazo de vigência de 50 anos, contados a partir dessa data. Vale ressaltar que, conforme o Art. 6º, é vedado ao poder concedente estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do serviço concedido, exceto se no cumprimento da lei indique e especifique as fontes de recursos que custearão os privilégios estabelecidos (SANTA CATARINA, 1994).

A linha do tempo mostra um parecer geral do histórico de atuação da companhia, que será detalho nos capítulos seguintes.

Quadro 5: Linha do tempo da SCGÁS

• 1994 - Fundação da Companhia de Gás de Santa Catarina;
• 1994 - Assinatura do contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de Gás Natural entre a SCGÁS e o Governo do Estado de Santa Catarina;
• 1997 - Início da construção da rede de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina;
• 2000 - Ligação do primeiro cliente, a indústria Döhler, de Joinville;
• 2001 - Início da atuação no mercado de combustíveis automotivos de Santa Catarina, com a ligação do primeiro posto em Jaraguá do Sul;
• 2004 - Início do atendimento com Gás Natural em estabelecimentos comerciais;
• 2005 - As residências passam a ser atendidas com Gás Natural. O projeto-piloto foi concebido em Joinville com o atendimento do Condomínio Elisa Kontöpp;
• 2006 - Interligação à rede do Shopping Center Neumarkt, em Blumenau. O primeiro de Santa Catarina a utilizar o energético;
• 2006 - Realização do primeiro concurso público, responsável por quase 100% dos funcionários do quadro atual;
• 2008 - A Companhia inicia a atuação em Florianópolis com a interligação do Condomínio Residencial La Perle;
• 2012 - Construção do milésimo quilômetro de rede própria de distribuição;
• 2013 - Avanço na interiorização da oferta do Gás Natural. O primeiro cliente do Projeto Serra Catarinense, a Indústria Dystar, de Apiúna, inicia o consumo;
• 2013 - Com as primeiras mudas de árvores plantadas, a Companhia de Gás de Santa Catarina se tornou a primeira empresa do Governo do Estado a realizar a compensação de suas emissões;
• 2016 - SCGÁS supera a marca de 10.000 clientes;
• 2019 - SCGÁS completa 25 anos, acumulando R\$ 1,2 bilhão em investimentos e 10 bilhões de metros cúbicos de gás distribuído no período;
• 2020 – Assinatura de novo contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia de Gás de Santa Catarina (2021).

Apesar de ser fundada em 1994, foi um longo período até o início de suas operações, em 31 de março de 2000. Nesse período, a companhia se encontrava em fase pré-operacional, investindo apenas em construção de rede e imobilizado, em estratégias de atuação de mercado, em ações ambientais e sociais alinhadas aos propósitos da companhia e buscando os primeiros clientes para atender após a finalização da primeira fase de obras. As atividades de distribuição de gás se iniciaram a partir do mês de abril de 2000.



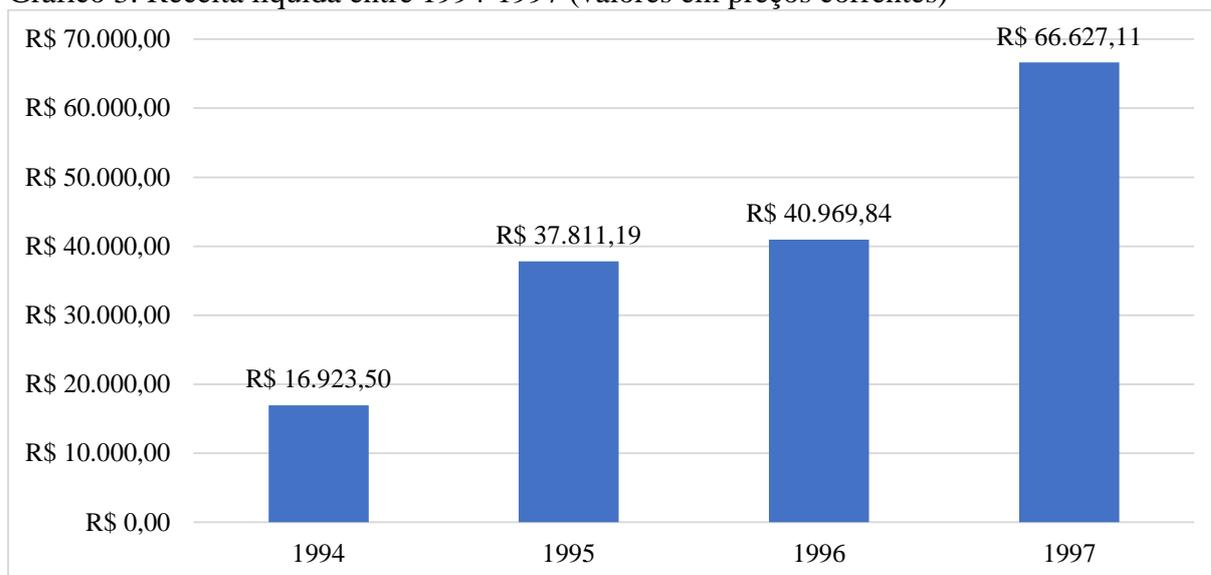
diferido estão as receitas financeiras líquidas, que totalizaram R\$ 37.811,19, e um aumento de aproximadamente 1205% em relação ao ano anterior. O patrimônio líquido cresceu 96%, totalizando o valor de R\$ 192.668,72, e os recursos continuaram em grande parte vindo dos acionistas via integralização de capital. A principal mudança ocorreu no capital social da companhia devido a um acordo assinado em 09 de novembro de 1994 pelos acionistas, o qual autorizou a ampliação do capital social, possibilitando uma ampliação do número de ações, sem a necessidade de aprovação da Assembleia Legislativa. Sendo assim, o capital social ficou dividido em 15 mil ações ordinárias e 30 mil ações preferenciais, ambas no valor estimado de R\$ 4,28153, assegurando aos acionistas 25% do lucro do exercício (SANTA CATARINA, 1996).

Em 1996, das principais movimentações no exercício, destacaram-se o aumento dos gastos gerais contabilizados no diferido em 70%, totalizando R\$ 300.741,19, mas com aumento da receita líquida para R\$ 40.969,84, cerca de 10%. Ocorreu uma nova atualização no capital social, agora dividido em lotes de 10 mil ações, sendo 24 mil lotes de ações ordinárias e 48 mil lotes de ações preferenciais, ambas com valor estimado de R\$ 4,69264 (SANTA CATARINA, 1997).

Encerrando a fase pré-operacional da Companhia, o ano de 1997 já se apresentou diferente em relação aos demais. Foi um ano de estruturação e de preparação para o início das atividades que estavam previstas para o próximo ano. Dadas as circunstâncias, o ativo diferido total apresentou crescimento de 81% em relação ao anterior, e apareceu o indicador de estudos e projetos no diferido, não apresentado anteriormente, totalizando R\$ 105.096,53.

Observa-se, também, que nos três primeiros anos de pré-operação houve uma redução constante no capital circulante líquido entre 1994 a 1996, já em 1997 houve uma integralização de capital de R\$ 499.680,99 proveniente dos acionistas, resultando em um capital circulante líquido de R\$ 231.528,65, disponíveis para a Companhia. Um dado com significativa mudança é sobre o patrimônio líquido, que teve um aumento de 163%, totalizando R\$ 804.616,05, valor decorrente do capital integralizado proveniente dos acionistas. Por fim, ocorreu uma nova atualização do capital social, agora dividido em lotes de 10 mil ações, sendo 86 mil lotes de ações ordinárias e 172 mil lotes de ações preferenciais, todos no valor nominal de R\$ 4,69264 para cada lote de 10 mil ações (SANTA CATARINA, 1998).

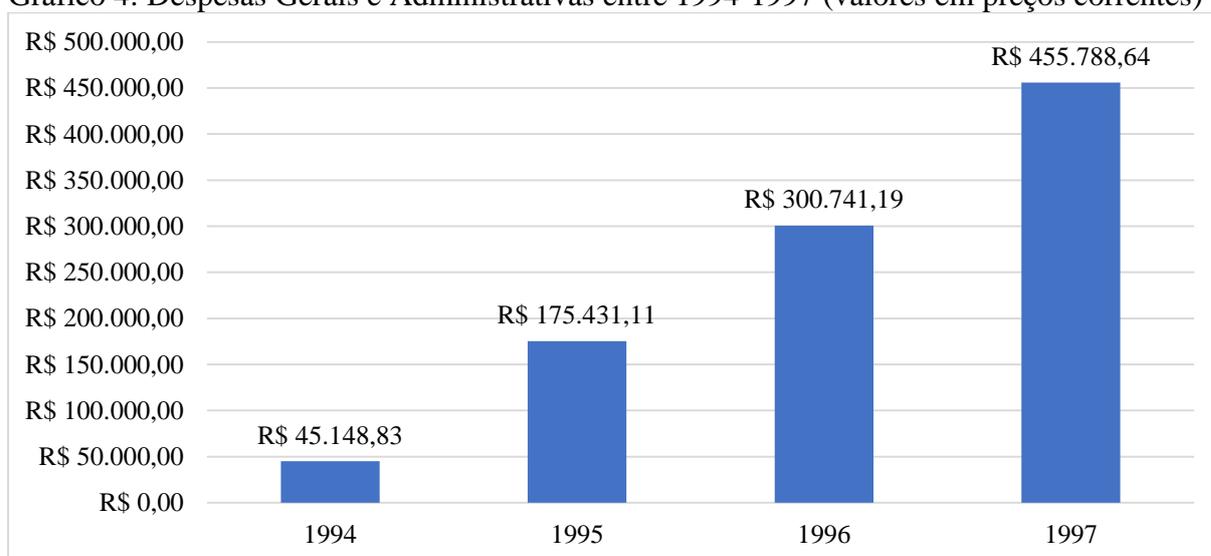
Gráfico 3: Receita líquida entre 1994-1997 (valores em preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de vários relatórios (SANTA CATARINA, 1994, 1995, 1996, 1997).

As receitas líquidas estavam muito baixas nesse primeiro momento, levando-se em consideração que era um período de estruturação da Companhia para que pudesse ser dado início às atividades em solo catarinense. Se relacionarmos as despesas totais no mesmo período, as quais são demonstradas no gráfico 4, concluiremos que o saldo é negativo nessa condição pré-operacional, já que a empresa estava em efetivo funcionamento, mas não em pleno exercício de suas atividades, dependendo de recursos provenientes dos acionistas ou de empréstimos bancários.

Gráfico 4: Despesas Gerais e Administrativas entre 1994-1997 (valores em preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de vários relatórios (SANTA CATARINA, 1994, 1995, 1996, 1997).

O balanço final para os primeiros anos de existência da Companhia mostra uma estruturação cautelosa e bem elaborada, não havendo endividamento em longo prazo e sim a preparação para que as atividades pudessem ser iniciadas com êxito. O motivo de um aumento das despesas anualmente foram os custos gerais da Companhia com manutenção das dependências, obrigações trabalhistas, obrigações sociais e tributárias e, principalmente, com fornecedores, que compuseram a maioria das despesas. Foram feitas as alterações necessárias no capital social para que ocorresse uma maior capitação de recursos e foi nesse sentido que entrou a participação do Estado na manutenção e expansão para a consolidação da Companhia, sendo que nesses primeiros anos o Estado possuía quase 70% do total das ações. O corpo acionário se dividiu em 32%, pertencentes à estatal Petrobras (Gaspetro); 32%, pertencentes à Gaspart (Mitsui); 2%, pertencentes à Infragás; enquanto os 34% de ações restantes pertenciam ao estado de Santa Catarina. De 1994 a 1997, quase toda a entrada de recursos foi proveniente dos acionistas, e ao final do exercício não ocorreu a divisão dos 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido, visto que os exercícios apresentaram resultados negativos, o que inibiu o interesse do capital privado, que exigia retorno imediato de seus investimentos.

O ano de 1998 ficou marcado pelo início das atividades da SCGÁS. Nesse período, a empresa ainda seguia em modo pré-operacional, mas ela tinha iniciado as atividades de infraestrutura básica para que proporcionassem as condições necessárias ao fornecimento de gás natural em Santa Catarina. As estratégias iniciais foram traçadas pelo corpo diretivo, serviços técnicos foram terceirizados e funcionários foram cedidos pelos acionistas. As partes das estratégias foram elaboradas de acordo com o contrato assinado em julho de 1996 com a Petrobras, com prazo de 20 anos de fornecimento de gás proveniente do Gasbol, que iria garantir fornecimento suficiente para a região litorânea no primeiro momento. A empresa estava licitando os projetos e as obras de construção e montagem das redes de distribuição de gás natural a partir dos pontos de compra disponibilizados no Gasbol. O volume contratado na Petrobras para o primeiro ano foi de 1800 m<sup>3</sup>/dia, com início do fornecimento para os clientes previsto para dia 01 de novembro de 1999. Incidiu também nesse primeiro momento um estudo para o atendimento de uma possível demanda termoelétrica, que tendia a surgir, então, com isso, a SCGÁS manteve as negociações com a Petrobras para um possível fornecimento adicional de 2 milhões de m<sup>3</sup>/dia para o atendimento da demanda (SANTA CATARINA, 1999).

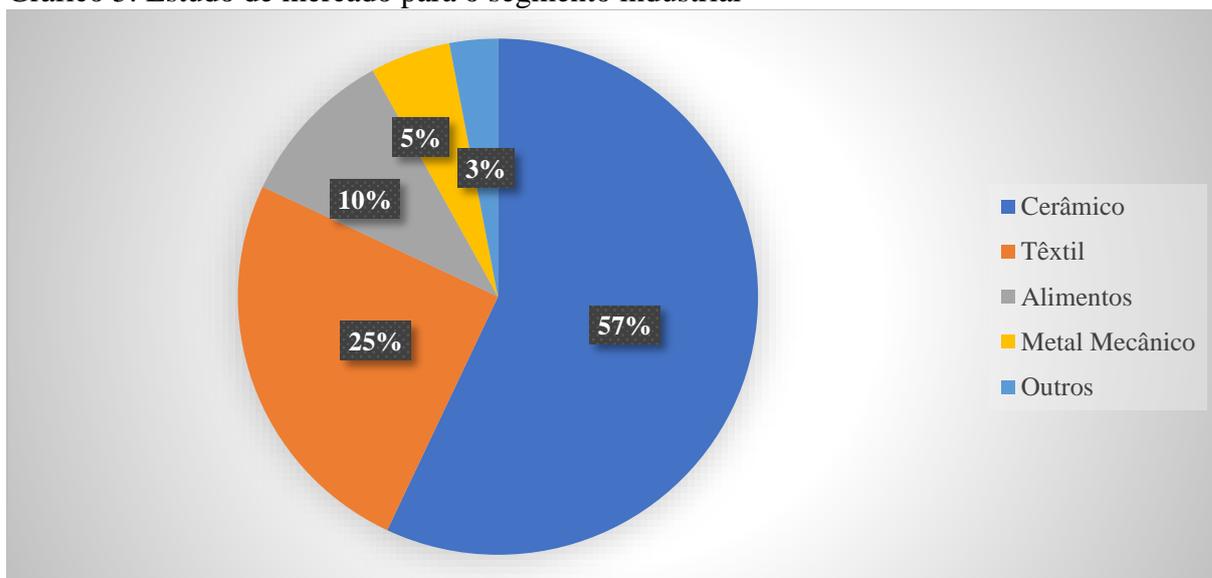
Foram realizadas diversas ações no ano, com destaque para algumas que já visavam à distribuição de gás natural, entre elas estavam:

- Elaboração dos projetos das redes de distribuição;
- Audiências públicas;

- Contato com as comunidades por onde passaria o traçado da distribuição de gás para prestar esclarecimentos referentes aos benefícios da utilização do gás;
- Elaboração das licitações dos contratos de construção das redes de distribuição das regiões de Joinville - A, Blumenau - B e Criciúma - D.
- Negociação com clientes com relação a contratos, a tarifas, à demanda, etc.;
- Atualização dos dados de mercado;
- Estudos de viabilização de implantação de plantas de cogeração.

Foi realizado o primeiro estudo de mercado, e o segmento industrial foi o escolhido por ser cotado como principal mercado para a distribuição. Gradativamente, seriam desenvolvidos estudos para outros segmentos, como comercial, residencial, automotivo e de geração térmica. O estudo foi constituído por empresas de médio e grande porte de diversos segmentos, destacando-se alguns setores como maiores consumidores potenciais.

Gráfico 5: Estudo de mercado para o segmento industrial



Fonte: Elaborado a partir de dados de Santa Catarina (1999).

Das regiões que seriam atendidas, foi dada preferência para atendimento às áreas influenciadas pelo Gasbol, divididas entre as regiões A, B, C e D.

- Região A (Joinville): Investimento na ordem de R\$ 13.390.000,00, com abrangência para três municípios e extensão da rede aproximada de 52.650 metros, atendendo a 20 potenciais consumidores.

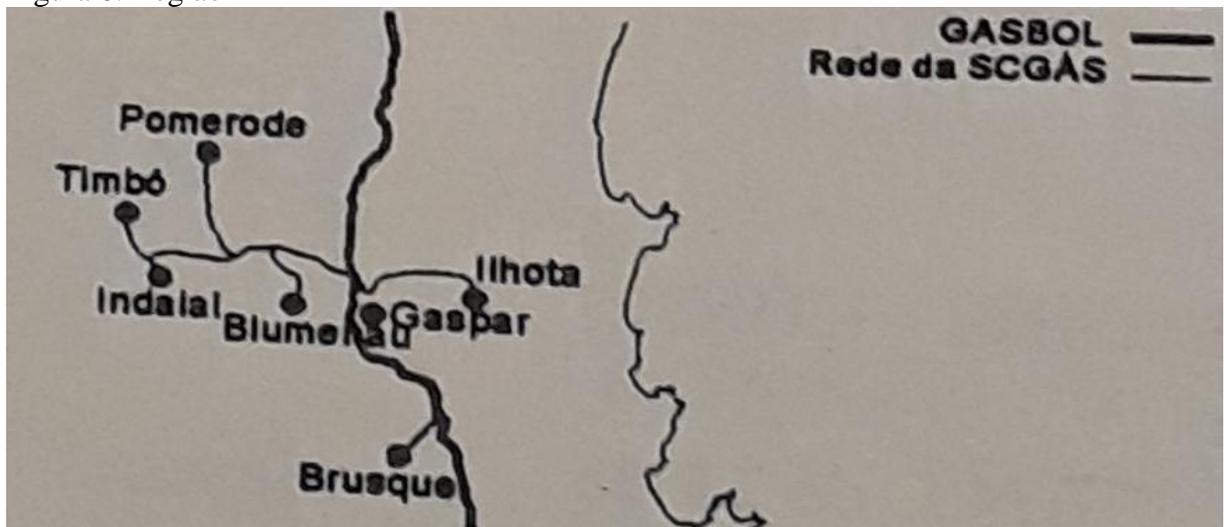
Figura 5: Região A



Fonte: SANTA CATARINA (1999, p. 16).

- Região B (Blumenau): Investimento na ordem de R\$ 23.595.000,00, com abrangência a cinco municípios e extensão da rede aproximada de 105.318 metros para atendimento a 30 potenciais consumidores.

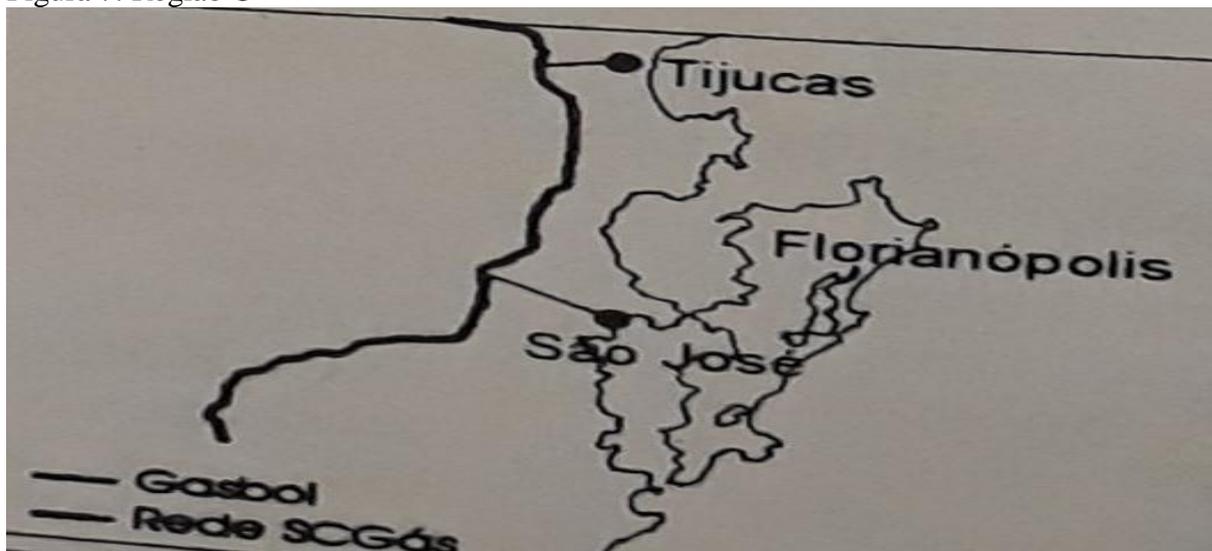
Figura 6: Região B



Fonte: SANTA CATARINA (1999, p. 16).

- Região C (Florianópolis): Investimento na ordem de R\$ 3.527.000,00, com abrangência a dois municípios e extensão da rede aproximada de 20.094 metros para atendimento de dois potenciais consumidores.

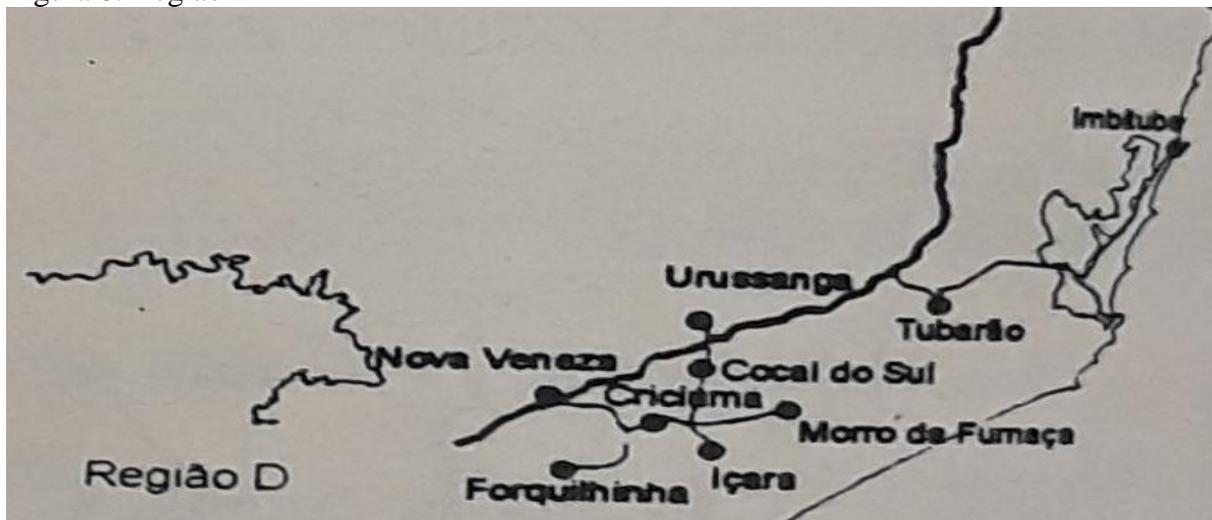
Figura 7: Região C



Fonte: SANTA CATARINA (1999, p. 16).

- Região D (Criciúma): Investimento na ordem de R\$ 18.044.000,00, com abrangência a sete municípios e extensão da rede aproximada de 87.950 metros para atendimento de 23 potenciais consumidores.

Figura 8: Região D



Fonte: SANTA CATARINA (1999, p. 16).

Buscando ampliar o volume de vendas a partir do início das operações, a SCGÁS vem desenvolvendo estudos na área de cogeração industrial e verificando a viabilidade do uso do gás no segmento de cerâmica vermelha e de transporte público. Foram iniciados estudos para disponibilizar o gás natural a outras regiões do Estado, avaliando o potencial mercado na região Oeste e no Planalto. Para suprir a demanda de gás, foram avaliadas diversas alternativas, sejam elas de gás oriundo da Argentina ou derivado do Gasbol. Nesses estudos, ainda estão

inclusas duas usinas termoelétricas, projetadas pela Celesc, para Xanxerê e Joaçaba (SANTA CATARINA, 1999).

No balanço financeiro da Companhia, em 1998, é relevante a entrada de capital via aplicações financeiras provenientes do BADESC, com valor total em recursos de R\$ 7.923.607,00. Também se observou a entrada de recursos na casa de R\$ 8.670.242,00, provenientes dos acionistas. Ambos os casos impactaram diretamente no caixa e no capital circulante líquido da empresa, e a maioria dos recursos foram aplicados no imobilizado e no diferido (SANTA CATARINA, 1999). Conforme predeterminado em 1998, no ano de 1999, seria dado início à construção da rede básica de distribuição nas quatro regiões previstas, com extensão aproximada de 263 quilômetros de rede, distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 6: Rede de distribuição em 1999

<b>REGIÃO</b>	<b>QUILÔMETROS</b>
A – Joinville	53
B – Blumenau	101
C - Florianópolis	20
D - Criciúma	89
Total	263

Fonte: Elaborado a partir de dados de Santa Catarina (1999).

Foram investidos para a expansão da rede aproximadamente R\$ 43.092.844,29, representando 57% das obras já concluídas no final de 1999, o que corresponde a cerca de 150 quilômetros de redes. Para dar continuidade aos investimentos, foram realizadas licitações para a contratação de serviços para a operação e a manutenção da rede e para a aquisição da Estação de Redução e Pressão (ERP) e das Estações de Redução, Pressão e Medição (ERPM), além dos demais equipamentos complementares à rede de distribuição. Também foram realizados estudos e levantamentos de dados de mercado, com o intuito de atender ao segmento industrial da cerâmica vermelha e à expansão da rede de atendimento para as regiões do Planalto Norte, Planalto Serrano, Alto Vale do Itajaí, Meio-Oeste e Oeste. Além disso, foi dada continuidade à gestão no Ministério de Minas e Energia, na CELESC e no Grupo Executivo de Energia, buscando incluir no planejamento do Governo Federal uma usina termelétrica a gás em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2000).

Dos recursos captados no ano de 1999, R\$ 27.860.961,74 eram provenientes dos acionistas para investimentos na Companhia. Quanto aos investimentos, a maior parte foi destinada para as obras de infraestrutura em andamento, enquanto os demais foram distribuídos em áreas necessárias e estratégicas como a de estudos e projetos para a expansão da rede e de

mercado, bem como na estrutura administrativa, física e tecnológica da Companhia, viabilizando mecanismos necessários para o atendimento aos clientes. Todo esse investimento realizado fez com que o imobilizado da Companhia chegasse à casa de mais de 25 milhões de reais (SANTA CATARINA, 2000).

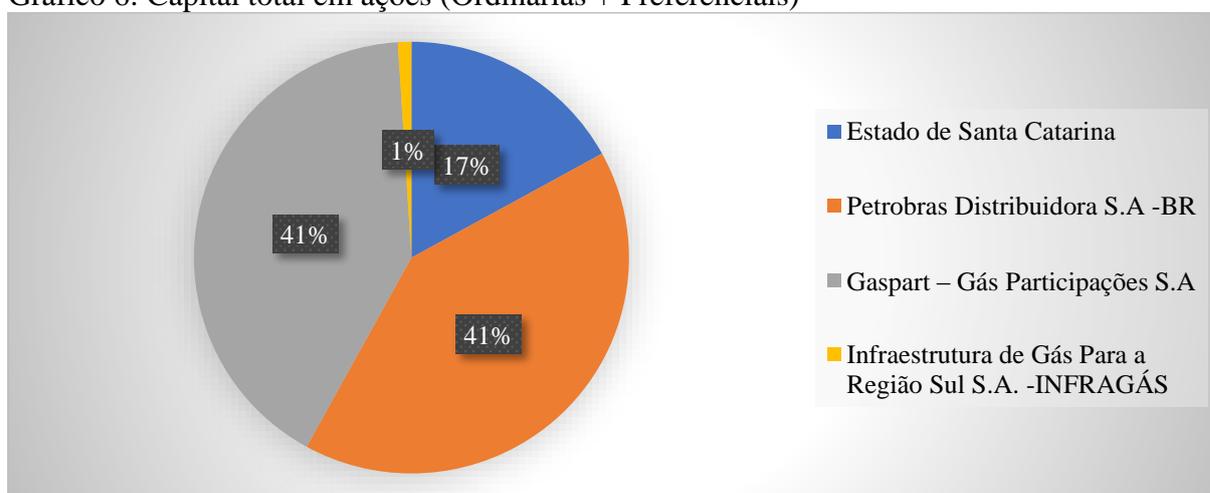
Tabela 5 - Aplicações financeiras entre 1998 e 1999

<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Fundo de Aplicações Financeiras	R\$ 1.483.187,94	R\$ 6.008.426,89
Recebidos de Depósito Bancários	R\$ 6.440.419,16	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	R\$ 4.549.066,60
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.923.607,10</b>	<b>R\$ 10.557.493,49</b>

Fonte: Elaborada a partir de dados de Santa Catarina (1998, 1999).

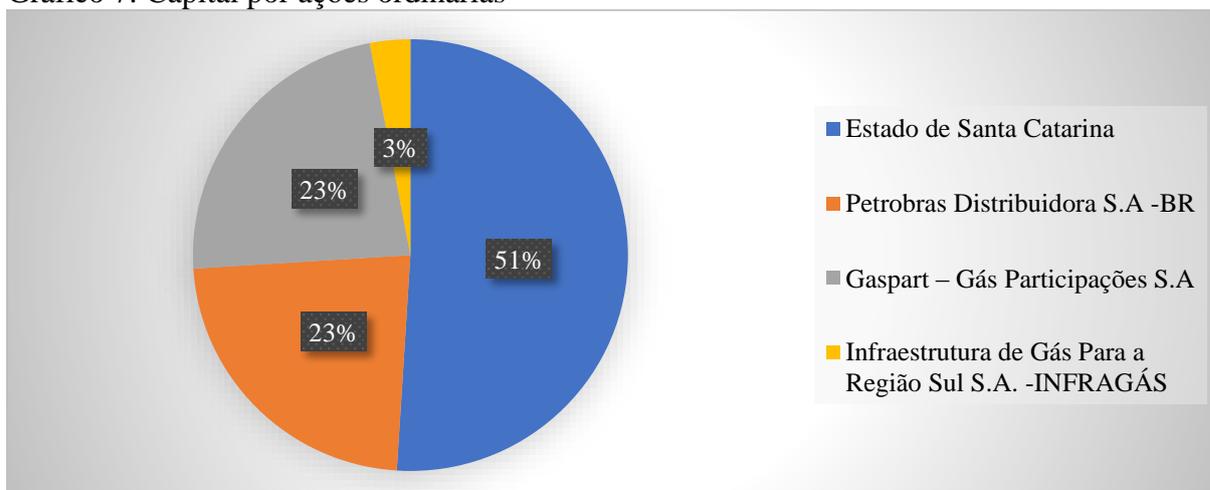
O capital social subscrito foi aprovado em R\$ 19.765.400,00, equivalentes a 3.954.000 ações, conforme ata de reunião do conselho de administração e fiscal de 22 de abril de 1998. Do capital social integralizado, o valor aprovado foi de R\$ 9.474.858,00, divididos em 2.019.089 lotes de 10 mil ações cada, com valor nominal de R\$ 4,69264 para cada lote, e dezembro fechou o ano dividido por 4.212.000 lotes. Em 1999, o capital social subscrito teve alteração apenas na representação por lotes, passando para um total de 13.692.804 de lotes de 10 mil ações. Quanto à participação acionária, ela se manteve sem alterações para ambos os anos, 1998 e 1999, conforme distribuição exibida nos gráficos a seguir (SANTA CATARINA, 1999, 2000).

Gráfico 6: Capital total em ações (Ordinárias + Preferenciais)



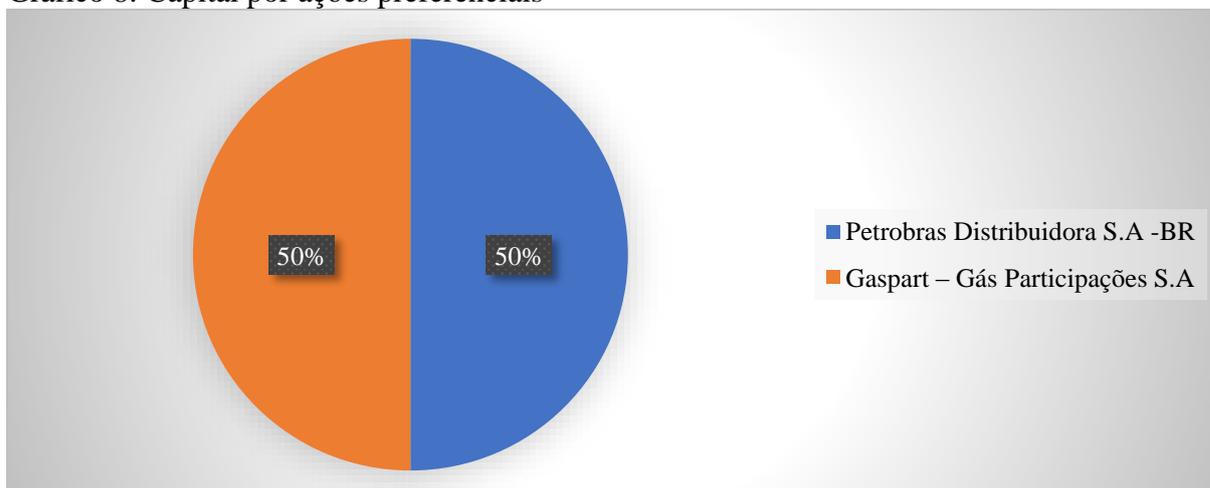
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (1999, 2000).

Gráfico 7: Capital por ações ordinárias



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (1999, 2000).

Gráfico 8: Capital por ações preferenciais



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (1999, 2000).

Foi um período de investimentos, além do próprio investimento direto e da captação de recursos. Foram observados também no balanço da empresa índices como os da redução do capital circulante líquido e do aumento do patrimônio líquido e imobilizado. No final do ano de 1999 já havia um total de 150 quilômetros de redes construídas e valores em investimento acumulado na casa dos 43 milhões de reais, além de contar com 27 clientes aguardando a ligação da rede para o início da distribuição. Tudo isso atrelado a um período pré-operacional, visto que a previsão inicial de distribuição era para o mês de novembro de 1999, mas foi necessário o adiamento da data para alguns ajustes que proporcionariam mais qualidade no atendimento aos clientes.

## 5.2 DE 2000 A 2002, O INÍCIO DAS OPERAÇÕES E A CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO

O ano 2000 marcou o início das operações de distribuição de gás natural canalizado no estado de Santa Catarina. A solenidade de inauguração do tronco Sul do Gasoduto Bolívia-Brasil ocorreu no dia 31 de março de 2000, no município de Biguaçu, e contou com a presença de diversas autoridades estaduais e federais. O primeiro cliente a receber o fornecimento foi a empresa Döhller, em Joinville, no dia 07 de abril, e uma solenidade também foi realizada no dia, mas em proporções menores, contando com autoridades estaduais. Dando sequência à distribuição e consolidando o início da operação das atividades comerciais da SCGÁS, as indústrias Lepper (Joinville), Eliane (Cocal do Sul), Malwee (Jaraguá do Sul), Malharia Princesa (Joinville) e Portobello (Tijucas) também receberam o fornecimento de gás natural (SANTA CATARINA, 2001).

No final do ano, em 31 de dezembro de 2000, 27 clientes já estavam ligados à rede da SCGÁS e consumiram um total de 78,1 milhões de m<sup>3</sup> desde o início do fornecimento, com venda em média de 218 mil m<sup>3</sup>/dia. Também nesse mesmo período foram assinados 27 novos contratos para fornecimento nos meses subsequentes. Somados os 54 clientes, tinham um potencial de consumo diário de 787.206 m<sup>3</sup>. Apesar das operações da empresa serem iniciadas no segundo semestre do ano, o resultado final apresentado foi em si positivo, embora o resultado líquido tenha sido negativo em R\$ 3,5 milhões, o que já era previsto para o exercício e foi um orçamento aprovado em assembleia. O saldo também foi positivo no crescimento das vendas, mesmo que lento, devido à necessidade de adaptação ao novo combustível no mercado. Assim, o gás natural se mostrou muito competitivo comparado a outros energéticos e com isso a SCGÁS obteve um resultado operacional positivo, com receita bruta operacional de R\$ 29 milhões e lucro operacional bruto de R\$ 1.272.489,73 (SANTA CATARINA, 2001).

Quadro 7: DRE Simplificado do exercício 2000 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2000</b>
Receita Operacional Bruta	R\$ 29.014.750,77
Deduções de Vendas	-R\$ 4.566.226,06
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 23.176.034,98
Despesas Operacionais	-R\$ 4.843.680,57
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-R\$ 3.571.190,84</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001).

O ano foi de grandes investimentos por parte da SCGÁS, e a busca por recursos para financiar os investimentos seguiu a mesma linha. Foram captados do BNDES R\$ 106,2

milhões e mais R\$ 40,1 milhões entre a SCGÁS e os sócios da empresa Gás Participações Ltda e da BR Distribuidora S.A. Estabeleceram aproximadamente R\$ 39,2 milhões em investimentos, sendo que 97% desse valor, ou seja, R\$ 38,1 milhões, foram investidos na malha de dutos com extensão de 269 quilômetros, dos quais 201 já estavam gaseificados e servindo de base para o atendimento na região litorânea do Estado. Essa região é estratégica, pois apresenta maior probabilidade de mercado para além do uso industrial, abrangendo o uso comercial, em residência e automotivo. Do restante dos investimentos, 2,5% (R\$ 1 milhão) foram direcionados para aquisições de equipamentos e 0,5% (0,2 milhão) para estudos e novos projetos.

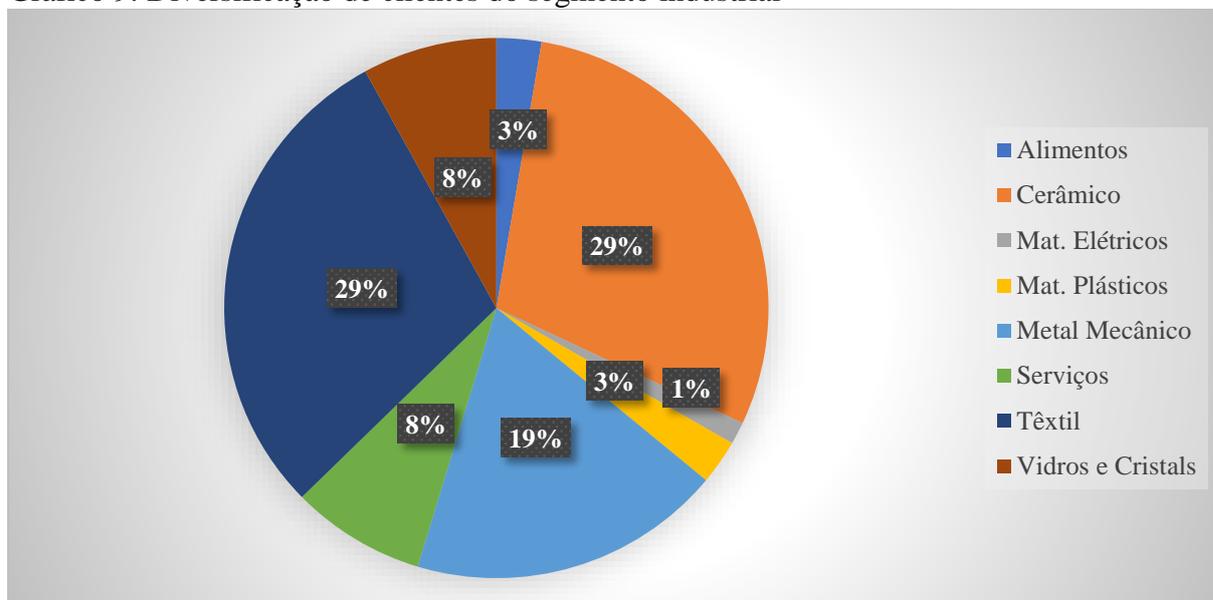
Dando continuidade aos estudos ligados a novos mercados e à expansão da rede, foi feita uma avaliação econômica dos mercados potenciais e estudadas mais de 170 empresas nas regiões do Planalto Norte, Planalto Serrano, Alto Vale do Itajaí, Foz do Itajaí, Oeste e Meio-Oeste. Foram realizados estudos para novos segmentos, como o das indústrias da cerâmica vermelha, localizadas nas regiões do rio Tijucas e de Morro da Fumaça, sendo avaliadas 34 empresas. Para os segmentos automotivo, comercial e residencial, foi feita uma avaliação nas cidades de Joinville e Blumenau. Outro mercado potencial avaliado foi o de cogeração de energia elétrica e calor para fins industriais, sendo o gás natural a matriz energética. Por fim, foi analisada a viabilidade de atendimento à indústria Veja do Sul S.A. no município de São Francisco do Sul (SANTA CATARINA, 2002).

Conforme aprovado em assembleia legislativa estadual, a SCGÁS teve a possibilidade de ampliar as suas atividades e a participação em outros negócios, viabilizando a negociação para participar com 5% de cotista na termocatarinense norte (TCN). Foi um ano de intensas negociações, tanto para a expansão dos negócios, como ocorreu com as negociações com a empresa El Paso, que opera a usina termocatarinense norte (TCN), com o objetivo de fornecer cerca de 1.700 m<sup>3</sup>/dia de gás natural, quanto para a manutenção do fornecimento com a renegociação do contrato de suprimento da Petrobras para a SCGÁS, que foi uma atualização de cláusulas para reajuste do aumento de preços decorrente dos sucessivos aumentos no preço do gás importado da Bolívia. Foi elaborado o plano plurianual de negócios, o qual seria submetido à aprovação do Conselho de Administração no segundo trimestre de 2001 e que visava à expansão da rede para regiões não atendidas e à diversificação de mercado (SANTA CATARINA, 2002).

Chegando ao final de 2001, o levantamento dos dados o aponta como ano da consolidação da SCGÁS. Destaca-se o crescimento das vendas, mesmo com as dificuldades encontradas devido às constantes mudanças de valorização cambial do real em relação ao dólar.

Foram acrescentados 18 novos clientes, passando de 27 para 45, e os contratos de vendas passaram de 54 para 79 clientes aguardando o abastecimento de gás natural. Ao todo, no ano de 2001, foram distribuídos 230 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural, um aumento de 115% em relação ao último ano. A continuidade nos investimentos em infraestrutura possibilitou um aumento na rede de distribuição para 300 quilômetros e viabilizou não apenas o aumento das vendas, mas também a diversificação de mercado. Iniciaram-se as vendas para o mercado de GNV com dois postos já em operação a partir de agosto, e apresentou aumento no número de clientes na indústria e no setor de serviços, como na área hospitalar. Continuaram as tentativas na El Paso e na Petrobras para o fornecimento à termelétrica catarinense norte, mas como não houve sucesso e projeto, está em reexame (SANTA CATARINA, 2002).

Gráfico 9: Diversificação de clientes do segmento industrial



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2002).

O resultado líquido do exercício foi positivo, com valor em torno de R\$ 4,5 milhões, que além de cobrir o prejuízo do ano anterior gerou um excedente de R\$ 878 mil distribuídos aos acionistas. O lucro operacional bruto no período foi de R\$ 17,8 milhões e foram distribuídos R\$ 219.462,42 em dividendos. O total de origem dos recursos da Companhia é proveniente das operações – no valor de R\$ 19,3 milhões – e de terceiros – no valor de R\$ 44,9 milhões –, totalizando R\$ 64,3 milhões. Foram aplicados no imobilizado R\$ 17,4 milhões graças à geração interna de caixa e aos recursos do BNDES, que permitiram a continuidade dos investimentos e a redução do mútuo financeiro em 57,64%.

Quadro 8 - DRE Simplificado do exercício 2001 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2001</b>
Receita Operacional Bruta	R\$ 110.074.770,00
Deduções de Vendas	-R\$ 19.580.635,75
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 72.650.823,68
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 1.372.530,01
Despesas Operacionais	-R\$ 11.975.537,43
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 4.495.243,13</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2002).

Dando sequência aos investimentos, foram gastos R\$ 12,95 milhões em ampliação da rede, na aquisição de equipamentos e na realização de estudos e projetos:

- R\$ 12,15 milhões investidos na rede, com destaque para os trechos da linha de Blumenau, Morro da Fumaça, Ramal Princesa II e Ramal Caravaggio. A Rede foi construída em direção às regiões de Joinville, Blumenau e Criciúma;
- R\$ 328 mil investidos em equipamentos e R\$ 472 mil investidos em estudos voltados a projetos, à tecnologia e ao mercado do gás natural.

A Companhia almejava grandes investimentos para a sua expansão. Seus projetos de investimento exigiriam investimentos na ordem de R\$ 212,4 milhões. Sendo assim, foi captado o valor de R\$ 106,2 milhões via contratação de financiamento no BNDES e outros R\$ 2,9 milhões foram assegurados via FINEP e empresas parceiras da REDEGÁS (Petrobras e TBG). Com isso, a SCGÁS conseguiu aproximadamente 74% dos recursos necessários financiados a custo zero. Quanto ao empréstimo no BNDES, a taxa de juros era de 4% ao ano, com prazo inicial de amortização do valor principal de forma trimestral, a partir do exercício de 2003 e com vencimento final em 2011, porém em 2003 ocorreu uma alteração no prazo, mudando o vencimento inicial para amortização em janeiro de 2004 (SANTA CATARINA, 2002).

Visando expandir o conhecimento sobre o produto gás natural e a tecnologia utilizada, a SCGÁS fechou parcerias estratégicas para aumentar a competitividade do produto. Entre as parcerias estavam entidades financeiras, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, como FINEP, REDEGÁS, UFSC, UDESC e SOCIESC, entidades destaques nos seus segmentos. Foram realizados diversos projetos de pesquisa para a utilização do gás natural derivado dessas parcerias, todos eles voltados à expansão do mercado, como no caso da cerâmica vermelha e da secagem da madeira. Houve também novas avaliações de mercados possíveis, destacando-se os estudos sobre o mercado automotivo e de cogeração. Quanto à expansão da rede, foi analisado o mercado potencial em grandes centros urbanos, como

Florianópolis, Joinville e Blumenau, além da viabilidade de expansão da rede para as regiões da foz do Itajaí e do Planalto Serrano (SANTA CATARINA, 2002).

A SCGÁS foi destaque com participação ativa na ABEGÁS e na FIESC na mobilização nacional contra o aumento dos impostos PIS e COFINS, que incidiram sobre o gás natural industrial, a qual obteve êxito nas negociações, evitando um significativo aumento acumulativo de 14,40% no preço do gás e que o valor chegasse ao bolso dos clientes e consumidores finais, trazendo impacto negativo ao produto gás natural (SANTA CATARINA, 2002).

Entrando em 2002, foi dada continuidade ao projeto de expansão e consolidação da SCGÁS. Em geral, não foi um ano tão expressivo no crescimento de vendas quanto o anterior, o que esteve diretamente relacionado às dificuldades de competitividade encontradas pelas flutuações cambiais do real ante o dólar, causando instabilidade nos preços do gás natural. Com isso, o acompanhamento da política tarifária está sendo feito por reavaliações trimestrais. Apesar desse contratempo, pode-se considerar um ano de êxitos, visto que foram distribuídos 288 milhões m<sup>3</sup> de gás, um aumento correspondente de 25% no volume de vendas, aliado a um faturamento de R\$ 166 milhões. O número de clientes ligados à rede chegou a 72, resultando no aumento do volume médio anual de vendas por dia de 630 mil m<sup>3</sup>/dia para 790 mil m<sup>3</sup>/dia. Os contratos de venda subiram para 79, o que totaliza um volume contratado de 980mil m<sup>3</sup>/dia, o que condiz com um aumento de 4%. Foi também o ano de elaboração e aprovação do projeto de planejamento estratégico e do plano plurianual de negócios, definindo estratégias, diretrizes e metas para executar nas atividades da Companhia. O lucro chegou à cifra de R\$ 8,6 milhões (SANTA CATARINA, 2003).

Quadro 9: DRE Simplificado do exercício do ano 2002 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2002</b>
Receita Líquida	R\$ 134.452.350,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 110.749.859,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 3.476.764,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	R\$ 2.529,00
Despesas Operacionais	-R\$ 11.607.455,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 8.620.801,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2003).

No mercado, houve diversificação em alguns setores dentro do próprio segmento industrial, que continuou representando quase a totalidade das vendas, mas também houve uma significativa ampliação no mercado veicular – GNV –, cujo atendimento passou de dois para

nove postos no final do exercício. Em setembro, foi registrado o volume máximo de vendas, em média de 857mil m<sup>3</sup>/dia. Os resultados positivos no saldo de clientes fizeram com que a companhia investisse em tecnologia e planos para um melhor atendimento e para melhorar o relacionamento com o cliente. Em agosto, foi implantada a central de atendimento emergencial 24 horas através da contratação de uma empresa especializada, realizada a modernização de sua *home page* e implantada uma agência virtual, disponibilizando, assim, informações *online* a qualquer momento aos clientes (SANTA CATARINA, 2003). Também foram desenvolvidos e lançados os seguintes planos:

- O plano de fidelidade da SCGÁS, que oferecia prêmios aos clientes industriais adimplentes;
- E a política de apoio a conversões para atender às necessidades de mercado, provendo instrumentos comerciais de apoio para converter os equipamentos e adaptar as instalações dos clientes para o uso do gás natural.

Somente no exercício de 2002 foram investidos R\$ 37,2 milhões, dos quais foram distribuídos R\$ 35,7 milhões na contratação de redes e outras obras, R\$ 811 mil em equipamentos para a manutenção da rede e R\$ 556 mil para a realização de estudos e projetos. Com os investimentos em expansão, no final de 2002, a rede de distribuição contava com a extensão total de 409 quilômetros já implantados e nove estações de entrega para o recebimento do gás natural. Para maiores investimentos em estudos e projetos, foi dada continuidade e feito o aprofundamento das parcerias com entidades financeiras, pesquisa e desenvolvimento, como FINEP, REDEGÁS, UFSC, UDESC e SOCIESC (SANTA CATARINA, 2003). Dos principais projetos em andamento, alguns foram concluídos e inaugurados ao logo do ano, a saber:

- Estufa de secagem de madeira alimentada por gás natural, projeto para substituir a queima de serragem. Polo moveleiro de São Bento do Sul.
- Instalações do projeto de aplicação do gás natural na indústria metalúrgica. Aconteceu em Joinville o evento para apresentação, explicações sobre os benefícios do gás natural nessa indústria.
- Projeto GNV como combustível de frotas urbanas.

Outros projetos ainda estão em andamento, como o desenvolvimento de sistemas especialistas de gerenciamento de redes de transportes e distribuição do gás natural, aplicando simulação dinâmica (SEGRed); empreendimento de cogeração no Planalto Serrano, demandando a construção de um ramal de 241 quilômetros com potencial para venda de 800

mil m<sup>3</sup>/dia; negócios associados a microcogeração para segmento comercial (SANTA CATARINA, 2003).

Durante 2002, o BNDES liberou o total de R\$ 14.298.320,52. Foram captados R\$ 2.025 milhões da FINEP e de empresas parceiras da REDEGÁS. Com isso, obteve, a custo zero, o financiamento de aproximadamente 75% dos recursos necessários ao custeio dos seus projetos de desenvolvimento tecnológico. Quanto às demais origens de recursos, foram provenientes das operações (R\$ 19.779.563,00) e dos acionistas (R\$ 219.462,00), em reversão de dividendos, totalizando R\$ 35.086.750,00 em recursos. Os recursos foram aplicados, uma parte, no pagamento de mútuo de longo prazo e a grande maioria em imobilizado, totalizando R\$ 52.884.575,00 (SANTA CATARINA, 2003).

O estado de Santa Catarina subscreveu e não integralizou o capital correspondente a sua participação acionária, a companhia de gás de Santa Catarina – SCGÁS, não aplicou as sanções previstas no acordo de acionistas e na legislação societária, pois pretende, se aprovado pela assembleia geral, amortizar o montante não integralizado com a incorporação de lucros futuros destinados a esse acionista. (SANTA CATARINA, 2003, p. 21).

Não houve alterações no quadro societário da companhia, continuavam os mesmos percentuais de 1999 para o número total de ações (ordinárias + preferenciais): o governo do estado de Santa Catarina com 17%, a Petrobras Distribuidora S.A./BR com 41%, a Gaspart – Gás Participações S.A. com 41% e a Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. (INFRAGÁS) com 1%. A divisão seguiu sendo feita por 13.692.804 lotes de 10.000 ações, com valor nominal da ação ordinária e preferencial de R\$ 4,69264 (SANTA CATARINA, 2003).

O período de consolidação se encerrou com um saldo positivo, tendo 72 clientes ligados à rede de distribuição, enquanto o consumo acumulado nesses três anos foi de 597 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. A rede já contava com uma extensão total de 409 quilômetros, e o investimento total no período girava em torno de R\$ 66,7 milhões. Foi registrado um lucro acumulado de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, mesmo com o resultado negativo apresentado no ano 2000. O mercado se expandiu e foi diversificado para o segmento automotivo, fruto de pesquisa e investimentos em projetos de estudos para a utilização do gás natural, e o foco da Companhia, hoje, segue sendo a expansão e a diversificação para outros segmentos a fim de consolidar o gás natural como uma fonte de energia alternativa de alto valor agregado ao Estado.

### 5.3 DAS INCERTEZAS POLÍTICAS E EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS À EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADO ENTRE 2003 A 2007

O período que se iniciou em 2003 foi de grandes expectativas de mudanças e incertezas com relação às políticas econômica, monetária e fiscal devido às trocas de poder no governo estadual e federal. Foi também um ano de mudança dentro da SCGÁS, visto que a presidência foi assumida por Otair Becker, enquanto a diretoria de administração e finanças e a diretoria técnica comercial foram assumidas por Rogério Bezerra Lima e Henrique Teixeira Moura, respectivamente. A nova gestão teve atuação definida em sintonia com as definições do governo de Luiz Henrique da Silveira. A SCGÁS seguiu a sua missão ao longo de 2003 e continuou desenvolvendo sua rede e infraestrutura na distribuição de gás canalizado. Foram implantados 70 quilômetros da rede de distribuição e o número de clientes aumentou para 96, totalizando aproximadamente 27 milhões de reais em investimentos que resultaram em um total de 307 milhões m<sup>3</sup> de gás natural vendidos no ano, gerando um faturamento de R\$ 238 milhões e um lucro líquido de R\$ 18,7 milhões (SANTA CATARINA, 2004).

Quadro 10: DRE Simplificado do exercício 2003 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2003</b>
Receita Líquida	R\$ 198.612.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 163.029.000,00
Resultado Bruto	R\$ 35.583.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 6.238.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 29.345.000,00
Resultado Financeiro	-R\$ 6.722.000,00
Resultado Operacional	R\$ 22.573.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 7.650.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	R\$ 3.840.000,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 18.763.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2004).

Houve melhoras no resultado do exercício, e entre os fatores que resultaram nesse desenvolvimento estão a evolução no desempenho operacional, as receitas de variações monetárias ativas e a contenção de gastos administrativos. Esse resultado positivo gerado no exercício trouxe mudanças na Companhia, que adotou a política de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos, procedimento aprovado em Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária. O ano de 2003 também foi o primeiro no qual a SCGÁS distribuiu diretamente dividendos aos seus acionistas (SANTA CATARINA, 2004).

Quadro 11: Distribuição de dividendos em 2003 (valores a preços correntes)

<b>Dividendos</b>	<b>Valor</b>
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 18.762.417,00
Reserva Legal	-R\$ 938.121,00
Reserva de Retenção de Lucros	R\$ 6.728.518,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 24.552.814,00</b>
Dividendos Propostos e Juros Remuneratórios Sobre Capital Próprio	R\$ 6.138.202,00
Juros Sobre Capital Próprio	-R\$ 3.840.667,00
<b>Dividendos Propostos</b>	<b>R\$ 2.297.536,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2004).

O ano foi conturbado em relação aos preços do gás natural. Em um primeiro momento, a SCGÁS, junto com o CODESUL, promoveu um encontro dos governadores da região sul e do CODESUL para entregar uma reivindicação ao presidente da república para cancelar o aumento do preço do gás boliviano, que seria repassado pela PETROBRAS, além da manutenção dos preços ao longo do ano. Ocorreram diversos acontecimentos importantes para o gás natural, sendo um deles a descoberta de novas fontes de gás natural em território nacional que asseguram a previsibilidade dos preços. Ainda visando reduzir os preços do gás natural, aconteceu uma ação conjunta entre a SCGÁS e o governo do estado para reduzir a alíquota do ICMS de 17% para 12%, impactando diretamente na redução de 5,7% no preço do gás natural, beneficiando todos os consumidores. Outro acontecimento importante foi a parceria entre a SCGÁS e o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), que criou uma linha de crédito específica para o financiamento de equipamentos para a utilização do gás natural para consumidores potenciais (SANTA CATARINA, 2004).

Em novembro de 2003 foi aprovada pela assembleia legislativa, a Lei nº 12.761, permitindo o Estado de Santa Catarina integralizar a parcela referente à sua participação acionária na empresa. Metade desse compromisso foi saldado em dezembro de 2003. O saldo foi quitado em março de 2004. (SANTA CATARINA, 2004, p. 45).

Foi um ano também de muita preocupação com o ambiente econômico, principalmente por parte da indústria, que vinha apresentando resultados negativos nos últimos anos, mas apesar dos números pouco favoráveis e das dificuldades encontradas, diversificar no mercado e ampliar os negócios foram o foco da SCGÁS para 2003, que no final do exercício trouxe resultados positivos em todos os segmentos de mercado, tanto em número de consumidores, com aumento de 33%, quanto em volume de vendas, apresentando aumento de 6,2% em relação ao ano de 2002 (SANTA CATARINA, 2004).

No âmbito da estratificação do mercado, o destaque foi a ampliação nas vendas de GNV, com um aumento de 221,2%, resultado obtido pela ligação de mais postos à rede, totalizando um aumento de 78%, saltando de nove para 16 postos em sete municípios catarinenses, com abrangência de atendimento para 75 cidades. O segmento industrial continuou sendo o maior consumidor e carro chefe das vendas. Diversificando os setores industriais atendidos, houve um aumento de 63 para 77 consumidores nesse segmento. Foi, ainda, o ano em que se iniciou o fornecimento para o setor comercial, o projeto-piloto contava com três consumidores: Colégio Elias Moreira (Joinville), Sociedade Recreativa Mampituba (Criciúma) e Sabor Brasil Cozinha Industrial (Joinville) (SANTA CATARINA, 2004).

Quadro12: Volume médio de vendas por segmento em 2003

<b>Segmento</b>	<b>Média-Mil M<sup>3</sup>/Dia</b>
Industrial	789
Veicular	51
Comercial	0,11
Residencial	0
<b>Total</b>	<b>840</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2004).

Essas mutações de mercado estão relacionadas aos investimentos da Companhia, que em 31 de dezembro de 2003 contabilizava o total de R\$ 149,8 milhões investidos. Vale ressaltar que para alavancar os investimentos, a SCGÁS conseguiu com o BNDES a prorrogação de mais seis meses de um financiamento que venceria na metade do ano. Em 2003, foram investidos mais de R\$ 27,2 milhões, e a maior parte dos recursos foi destinada à implantação de aproximadamente 70 quilômetros de novas redes de distribuição, concluindo e executando diversos ramais, sendo os principais:

- Guaramirim – São Francisco do Sul → Ramal Veja do Sul;
- Jaraguá do Sul – São Bento do Sul → Ramal Oxford;
- Tubarão – Jaguaruna → Ramal São Marcos;
- Indaial → Ramal Fey & Bellota;
- São Bento do Sul – Rio Negrinho → Ramal Ceramarte.

Para dar continuidade aos investimentos, avançaram nas prospecções de projetos associados à geração de energia e foram feitos estudos e levantamentos desse novo mercado, que se justificaram pelo caráter estratégico da solução integrada ao gás natural, podendo algumas empresas também operar em regime de cogeração de energia (SANTA CATARINA, 2004). São eles:

- UTILIZAÇÃO DO GÁS NATURAL EM EMPILHADEIRAS: objetivando incentivar novos usos do gás natural na indústria, prospectou-se esse novo mercado com análises de viabilidade e estudos apurados, com vistas técnicas a unidades industriais em outros estados que já operavam com empilhadeiras movidas a GNV.
- GÁS NATURAL COMPRIMIDO – GNC: desenvolvidos estudos técnicos e feito o levantamento visando atender potenciais clientes através do GNC.
- PESQUISA DE MERCADO: levantamento com 12 mil empresas e selecionadas 160 para a aplicação de questionários qualitativos e quantitativos, associados ao produto gás natural e à SCGÁS.
- MERCADO RESIDENCIAL E COMERCIAL: implementado o programa OPORTUNIDADES 2003, que consistiu na interligação de um determinado número de clientes com o objetivo de exercitar as estratégias políticas comerciais até então.

No total, foi investido R\$ 1,1 milhão em projetos e pesquisas, sendo concluídos no ano apenas alguns projetos que estavam em andamento. Dentre eles: projeto energia para conservação florestal: gás natural como alternativa, o qual buscou estudar a troca da madeira para o gás natural como matriz energética; projeto otimização do fornecimento de gás natural no estado de Santa Catarina, que teve como objetivo efetuar modificações na curva de carga dos consumidores de modo a beneficiar seus interesses, da concessionária e da sociedade de modo geral; e projeto INFOPAE em parceria com a PETROBRAS, que permitiu desencadear ações de atendimento a emergências a partir do monitoramento das redes de distribuição. Os investimentos em melhorias trouxeram a agência virtual para facilitar o relacionamento com os clientes; o pregão eletrônico, uma nova modalidade de licitação para o fornecimento de bens ou serviços que permitiu à SCGÁS ganhos tanto no custo de contratações quanto nos prazos para efetivação; e um centro de documentação, um espaço para guarda, controle e consulta de documentos oficiais da empresa (SANTA CATARINA, 2004).

Foram relatados, em 2003, alguns problemas quanto ao fornecimento de gás natural devido à significativa diferença entre os volumes de gás efetivamente distribuídos e os volumes previstos quando da assinatura do contrato de fornecimento, como determina o item 10.7 da cláusula 10 do contrato.

A SCGÁS está negociando com a Petrobrás um aditivo contratual que prevê, entre outros itens, o não pagamento do montante de R\$ 183.293.453,00 relativos ao faturamento antecipado do gás e do transporte desde o início do fornecimento conforme garantias contratuais (*ship or pay* – SOP e *take or pay* – TOP). Esta negociação está consignada em ata de reunião realizada pelas

partes em 2 de maio de 2002 e nas correspondências da Petrobrás de 12 de julho de 2002 e 28 de janeiro de 2003. (SANTA CATARINA, 2004, p.48).

No final de 2003, em reuniões posteriores, conforme correspondência da PETROBRAS datada de 17 de dezembro de 2003, uma nova proposta foi apresentada, isentando a SCGÁS do pagamento de tais garantias contratuais no período compreendido entre o início do fornecimento até 31 de dezembro de 2010, sendo que uma nova proposta se encontrava em análise pela SCGÁS (SANTA CATARINA, 2004).

Sem maiores expectativas quanto ao cenário político, o ano de 2004 iniciou com a SCGÁS focada em dar continuidade à sua missão de produzir energia limpa e gerar desenvolvimento ao estado de Santa Catarina. A empresa completou 10 anos de constituição, e a cada dia foi trabalhando para alcançar seus objetivos e tornar-se a melhor empresa de serviços concedidos no estado (SANTA CATARINA, 2005). Entre algumas das ações realizadas pela Companhia no ano, destacam-se:

- Manutenção dos preços para o exercício;
- Programa Desconto Prêmio Adicional: para os usuários do plano de fidelidade da SCGÁS foi adicionado mais um desconto de 8%, além dos 5% já aplicados, totalizando 13%;
- Aprimoramento na gestão;
- Renegociação do contrato de Suprimento com a Petrobras;
- Quitação de mútuo, que antecipou o pagamento de parcelas de financiamento, reduzindo o endividamento;
- Novos projetos de financiamento apresentados ao BNDES;
- A SCGÁS foi considerada uma das maiores distribuidoras do País, sendo a sexta maior em vendas para mercado industrial e a terceira maior em extensão da rede.

No final do exercício, a Companhia já contava com um total de 142 clientes ativos, 49,5% a mais que no ano anterior, todos ligados a uma rede de distribuição de 553 quilômetros que atendia a 29 municípios, resultando em um volume médio de vendas total de 1.059.107 m<sup>3</sup>/dia, divididos por segmento, conforme quadro 13.

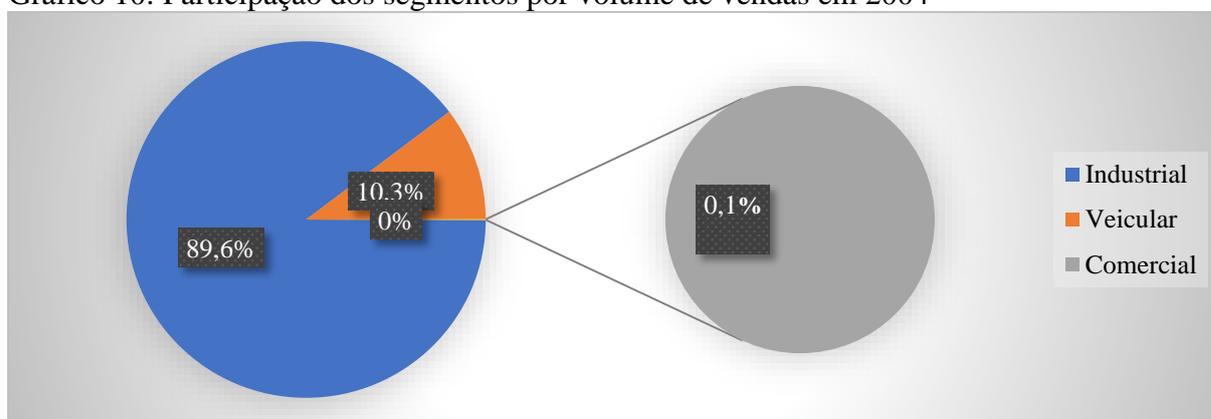
Quadro 13 - Volume médio de vendas por segmento em 2004

<b>Segmento</b>	<b>Média-Mil M<sup>3</sup>/Dia</b>
Industrial	949
Veicular	109
Comercial	0,77
Residencial	0
<b>Total</b>	<b>1.059</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2005).

Houve um aumento de 30% em relação aos consumidores industriais e chegaram a 30 postos de combustível recebendo GNV, resultando em um aumento de 115% no volume médio de vendas de GNV. Acompanhando a expansão do mercado, toda a frota de veículos da Companhia foi convertida para a utilização de GNV, combustível limpo e com preço mais acessível, servindo como estímulo para outros consumidores e também elaborando estudos técnicos e econômicos sobre o GNC, cuja Companhia estava em negociação com distribuidoras para a implementação desse recurso em cidades não atendidas por GNV. Foi também um período de testes na utilização do gás natural em empilhadeiras, prospectando clientes e demonstrando a viabilidade do negócio, que resultou em um aumento do volume contratado de 3.900 m<sup>3</sup>/dia. No segmento comercial, foram ligados oito novos consumidores e foi um marco para o atendimento residencial no Estado, com mais uma etapa do planejamento concluída. Foram contratados os dois primeiros clientes para esse segmento, que se ligaram à rede após a conclusão dos ramais (SANTA CATARINA, 2005). Finalizando o ano, a distribuição das vendas ficou, conforme gráfico a seguir, da seguinte forma:

Gráfico 10: Participação dos segmentos por volume de vendas em 2004



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2005).

Esse crescimento apresentado nas vendas, alinhado ao favorável ambiente econômico e a indicadores como a redução nos custos de aquisição do gás natural, resultou na melhora dos resultados apresentados no exercício, com um lucro líquido de R\$ 47,6 milhões. Foram originados um total de R\$ 67.234.661,00 milhões em recursos, sendo quase todo o valor proveniente das operações da Companhia, ou seja, R\$ 64.760.559,00 milhões. Desses valores, foram aplicados R\$ 43.707.629,00 milhões (SANTA CATARINA, 2005).

Quadro 14: DRE simplificado do exercício 2004 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	R\$ 244.388.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 159.251.000,00
Resultado Bruto	R\$ 85.137.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 8.944.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 76.193.000,00
Resultado Financeiro	-R\$ 7.716.000,00
Lucro Operacional	R\$ 68.477.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	-R\$ 28.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 23.249.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	R\$ 2.472.000,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 47.673.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2005).

Suportados por resultados positivos, foi dada continuidade aos investimentos da Companhia, sendo investidos no ano mais de R\$ 27,3 milhões, que resultaram em 74 quilômetros de novas redes de distribuição e ampliação do número de clientes, agregando 47 novos clientes. Destaque para o início do fornecimento ao cliente CEBRACE Cristal e à conclusão do ramal Florianópolis, que permitiu a consolidação do fornecimento de GNV aos postos da grande Florianópolis (SANTA CATARINA, 2005). Quanto aos principais ramais concluídos e executados, eram eles:

- Guaramirim – Barra Velha → Ramal CEBRACE;
- São José – Florianópolis → Ramal Florianópolis II;
- Jaguaruna – Sangão → Ramal Cejatel – Cemisil;
- Criciúma → Ramal Pierini;
- Projeto saturação → pequenos ramais nas regiões já atendidas, investimentos

feitos a maioria com recursos próprios.

Outra parte dos investimentos – R\$ 2.052.340,00 – foi destinada a pesquisas e a projetos para a utilização do gás natural e o desenvolvimento tecnológico. Entre alguns dos projetos concluídos estão o levantamento de dados relacionados à demanda de energia elétrica e térmica pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a obtenção de valores e a otimização do custo-benefício da utilização do gás no setor metalúrgico e as melhorias no processo produtivo para valorizar a utilização do gás na cerâmica vermelha. Em andamento estava o projeto de construção de um forno túnel de baixo custo construtivo para demonstração à cerâmica vermelha e o desenvolvimento tecnológico de um secador de madeira serrada com utilização do gás natural para o processo de secagem de madeira. Para o próximo exercício estavam contratados os projetos de estudo teórico e experimental de sistemas compactos de

cogeração: máquina frigorífica água-amônia associada à microturbina e o desenvolvimento de tecnologia para cerâmica vermelha e metalúrgica. Em 2004, seguiram as negociações com a Petrobras para um aditivo contratual que previa o não pagamento do montante atualizado de R\$ 281.273.274,00, relativo ao faturamento antecipado do gás e do transporte desde o início do fornecimento, conforme garantias contratuais (SANTA CATARINA, 2005).

Os acontecimentos de 2004 levaram à continuidade do projeto de expansão e diversificação de mercado almejado pela Companhia, que já no final de 2005 apresentou novos recordes e números que consagraram os esforços desenvolvidos pela SCGÁS para cumprir seus objetivos, tornando a Companhia a quarta maior distribuidora do Brasil segundo a ABEGÁS. Dos recordes alcançados em 2005, destacam-se o aumento das vendas médias diárias em 22,1%, alcançando 1.293.675 m<sup>3</sup>/dia; e a ampliação de 48% no número de clientes, chegando ao total de 210 clientes atendidos, resultado que foi alcançado devido à ampliação da rede de distribuição em 59 quilômetros, totalizando 612 quilômetros de gasodutos em Santa Catarina. Foi um ano de mudanças na estrutura organizacional da empresa e de lançamento de concurso público para os primeiros meses de 2006. Apesar de o ano se apresentar com resultados econômicos abaixo dos apresentados em 2004 referentes ao PIB e à produção industrial no Brasil e em Santa Catarina, a SCGÁS continuou sua trajetória positiva de expansão e comercialização do gás natural, não sofrendo grandes impactos com a estagnação econômica. Outro fator que veio a impactar nas vendas foi a crise político-institucional ocorrida na Bolívia nos meses de maio e junho, que decorreu em problema no fornecimento, impactando diretamente nas vendas, mas nada que influenciou o resultado positivo final do exercício. Em 2005, ainda sem conclusão, persistiam as negociações com a Petrobras para o aditivo contratual, que previa o não pagamento do montante com valor atual de R\$ 299.979.959,00, relativo ao faturamento antecipado do gás e do transporte desde o início do fornecimento, conforme garantias contratuais (SANTA CATARINA, 2006).

Quadro 15: Volume médio de vendas por segmento em 2005

<b>Segmento</b>	<b>Média-Mil M<sup>3</sup>/Dia</b>
Industrial	1.073
Veicular	219
Comercial	2,11
Residencial	0,03
<b>Total</b>	<b>1.294</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2006).

A ampliação das vendas resultou em um acréscimo de 23% na receita líquida, mesmo que o custo de aquisição do gás tenha apresentado aumento de 34,91% em relação ao ano anterior. É interessante destacar que a SCGÁS repassou um aumento de apenas 9,39% sobre o gás natural aos seus consumidores, abrindo mão de um resultado final muito mais expressivo que poderia alcançar caso repassasse o aumento total aos clientes. Mesmo assim, a Companhia ainda teve um aumento de aproximadamente 11% nos lucros, totalizando R\$ 52,5 milhões. Foi uma estratégia de sucesso, que permitiu a expansão da carteira e a fidelização dos clientes já ativos. Tudo isso só foi possível graças a uma gestão e a um planejamento mais eficientes, que proporcionaram um aumento de 16% no resultado operacional, impulsionando o resultado positivamente. O sucesso derivado da gestão e do planejamento na instituição resultou também em novas mudanças que foram implementadas na estrutura organizacional da empresa. Foi criado, então, o comitê de planejamento estratégico, a assessoria de SMS para assessorar a Companhia na elaboração de políticas e na implantação de ações de segurança, meio ambiente e saúde e foi criada a gerência de tecnologia de gás, mercado urbano e veicular, de recursos humanos e suprimentos. Todas essas mudanças visaram aprimorar as operações e obter melhores resultados e tomadas de decisão sempre que necessário (SANTA CATARINA, 2006).

Quadro 16: DRE simplificado do exercício 2005 (valores a preços correntes)

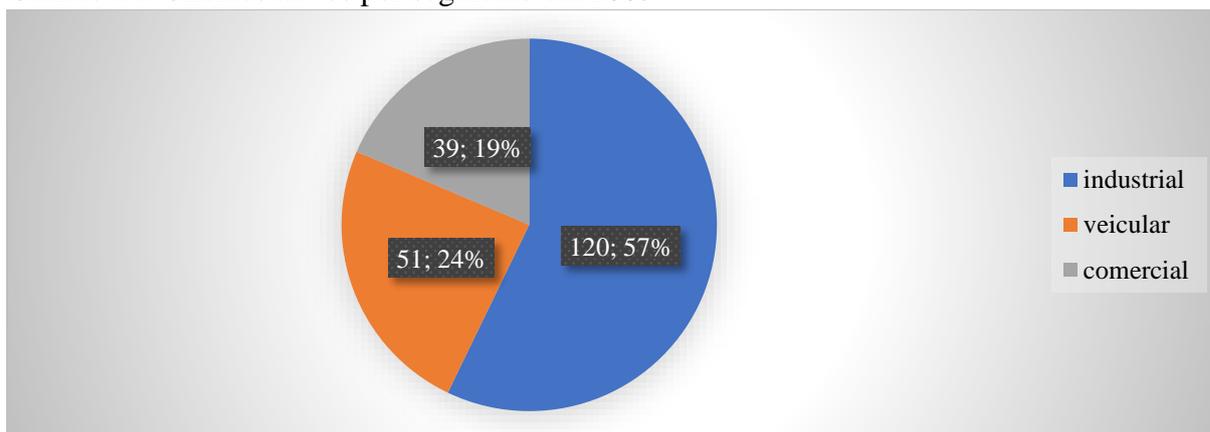
<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2005</b>
Receita Líquida	R\$ 299.580.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 214.533.000,00
Resultado Bruto	R\$ 85.047.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 10.998.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 74.049.000,00
Resultado Financeiro	R\$ 5.507.000,00
Resultado Operacional	R\$ 79.556.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	R\$ 2.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 27.026.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 52.532.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2006).

Em busca de um melhor desempenho comercial, a SCGÁS focou suas forças na manutenção e na ampliação da base de clientes e na diversificação do mercado. Assim, no final de 2005, destacaram-se as vendas de gás natural veicular, com um aumento de 99% em relação a 2004, e o GNV já representando, em 2005, 17% do total das vendas. Esse aumento expressivo no segmento automotivo foi resultado dos 21 novos postos de GNV conectados à rede, que

nesse período totalizava 51, além do impulso dado pela demanda, visto que a frota de veículos a GNV cresceu 56,2% no Estado em relação ao ano de 2004, tornando-se, assim, a sexta maior frota do País em 2005. O segmento industrial, que era o carro-chefe da Companhia, não foi deixado de lado, ele foi mantido e expandido, sendo que 20 novos clientes foram ligados às redes de distribuição. Outro destaque no ano junto com o GNV foi a participação do segmento comercial nas vendas: houve um acréscimo de 27 clientes, representando o setor 19% dos clientes ativos. Dando continuidade a essa visão em expansão do mercado, baseando-se em dados que trazem as informações da demanda, alguns projetos foram definidos como principais, a saber: Ilha fase II, Biguaçu, Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano, distritos industriais de São José e Palhoça, Planalto Norte, Residencial e Comercial Florianópolis e Garuva. Os dois primeiros já estavam cotados para o orçamento de 2006 e o projeto para o atendimento ao Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano estava previsto no orçamento (SANTA CATARINA, 2006).

Gráfico 11: Clientes ativos por segmento em 2005



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2006).

Foram investidos R\$ 24,1 milhões, e todo o valor foi proveniente de recursos próprios. A maior parte dos investimentos foi destinada à implantação de 59 quilômetros de novas redes. Já os principais projetos de expansão realizados em 2005 foram o Foz do Itajaí, que contava com a construção de um ramal que atenderia aos municípios de Penha, Piçarras, Navegantes e Itajaí, e projeto saturação, construindo ramais para atendimento onde já havia rede de gasodutos (SANTA CATARINA, 2006). Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico continuaram, e foram concluídos, em 2005, os seguintes projetos:

- Estudo teórico e experimental de sistemas compactos de cogeração – ETESCC;
- Aplicação do gás natural na indústria metalúrgica;
- Desenvolvimento de queimadoras radiantes a gás natural;

- Utilização do gás natural nos processos de secagem de madeira;
- Projeto e construção de um forno túnel a gás natural para a indústria cerâmica.

Outros projetos continuaram em andamento para aprimoramento, como o projeto sistemas compactos de cogeração para máquina frigorífica de amônia, a utilização do gás natural na indústria cerâmica vermelha em fornos a rolos e a utilização do gás natural para fusão de ligas ferrosas. Os projetos concluídos representaram um investimento total de R\$ 1,6 milhões, somados aos que estavam em andamento, cujo valor poderia chegar a R\$ 1,7 milhões. Quanto à origem dos recursos captados no ano, o total ficou na casa dos R\$ 70,8 milhões, valor proveniente das operações. Apenas o resultado líquido do exercício de 2005 foi responsável por R\$ 52,5 milhões. Um novo financiamento já estava aprovado no BNDES visando a novos investimentos, entretanto não foi finalizado no exercício. Dos recursos, foram aplicados R\$ 59,8 milhões diretamente na Companhia, tanto nos indicadores econômicos quanto nos financeiros, objetivando os resultados da empresa (SANTA CATARINA, 2006).

Entrando em 2006, o ano foi de continuidade, o ambiente econômico se manteve estável, favorecendo a expansão e a diversificação do mercado de gás natural. Não podemos classificar como um ano de grandes avanços em relação ao ano anterior, mesmo assim foi um ano de novos recordes na Companhia, visto o mantimento dos números positivos e as melhoras em alguns índices. As vendas, em 2006, aumentaram 10,8% em relação ao ano anterior, destacando-se o mercado automotivo, que teve crescimento de 38%, puxado pelo aumento da região atendida por GNV no Estado, que possuía a quarta maior rede de postos do País. A rede de distribuição foi ampliada em 67 quilômetros, resultando no acréscimo de 24,3% na carteira de clientes, que totalizavam nesse período 260 consumidores atendidos no Estado. Foram concluídas negociações contratuais com a Petrobras, depois de realizadas diversas reuniões com representantes da Petrobras para finalizar as discussões sobre o aditivo de contrato que já vinha ocorrendo desde 2003 referente aos valores da diferença entre a capacidade de transporte e consumo de gás garantido e a quantidade efetivamente transportada e consumida pela SCGÁS. Enfim, as negociações apresentaram êxito, e no início de 2007 ocorreu a assinatura do aditivo contratual (SANTA CATARINA, 2007).

Em 02 de fevereiro de 2007, foi assinado um aditivo contratual entre SCGÁS E PETROBRAS, onde ficou estabelecido em sua cláusula oitava que, no período compreendido entre a data do início do fornecimento até a data de celebração do termo aditivo, ficam as partes isentas de qualquer obrigação de direito relacionado com os compromissos relativos às garantias de fornecimento e recebimento previstos na cláusula décima do contrato. (SANTA CATARINA, 2007, p. 37).

As vendas de gás natural alcançaram um volume total acumulado de 521,4 milhões de m<sup>3</sup>, o que representou um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Os avanços registrados fizeram com que a SCGÁS mudasse novamente de patamar em nível nacional, atingindo a marca de terceira maior extensão de redes, com 679 quilômetros, segunda maior em número de municípios, com 35 atendidos, sexto maior volume de vendas para segmento industrial e quarta maior para o segmento automotivo. Houve também uma estruturação organizacional e a formação de quadro próprio de pessoal, sendo realizado concurso público ao longo do ano para a contratação de 57 profissionais (SANTA CATARINA, 2007).

Quadro 17: Resumo de mercado em 2006

<b>Índice</b>	<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
Vendas Médias - Segmento Industrial	M <sup>3</sup> /Dia	1.126.981
Vendas Médias - Segmento GNV	M <sup>3</sup> /Dia	301.598
Vendas Médias - Segmento Comercial	M <sup>3</sup> /Dia	4.279
Vendas Médias - Segmento Residencial	M <sup>3</sup> /Dia	67
Volume Médio de Vendas - Total	M <sup>3</sup> /Dia	1.432.925
Total de Clientes no Final de 2005	Unidade	260
Extensão Total de Redes de Distribuição	Km	679
Municípios Atendidos	Unidade	35

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2007).

No final do exercício, foi registrada uma queda no lucro líquido de aproximadamente 20%, cujo resultado foi impactado principalmente pelo aumento das despesas operacionais, indicador que foi detectado pela empresa, cujas providências para a sua correção foram devidamente tomadas, como a formação de quadro próprio de pessoal e o aprimoramento da gestão de rede e modelagem de redes, que dispunham então de medição eletrônica de até 90% do volume medido, com disponibilidade operacional desses equipamentos de 95%. Apesar do aumento das despesas operacionais, ocorreu a ampliação da receita líquida em 24%. Foram originados R\$ 62,4 milhões em recursos, sendo todo esse valor proveniente das operações da empresa, que aplicou R\$ 48,8 milhões, a maior parte destinada ao imobilizado, à redução de exigível em longo prazo e à distribuição de dividendos. O saldo final de caixa após o demonstrativo de fluxo de caixa depois da retirada dos valores de reserva foi de R\$ 56,9 milhões, valor que se encontrou disponível para a empresa suprir necessidades de capital de giro e programas de investimentos (SANTA CATARINA, 2007).

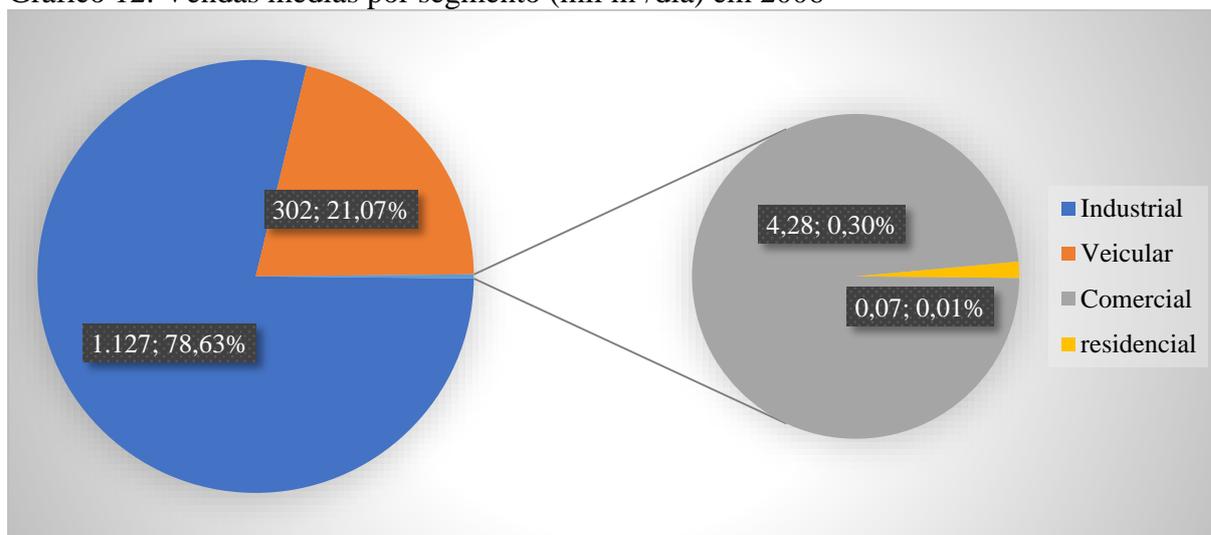
Quadro 18: DRE simplificado do exercício 2006 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2006</b>
Receita Líquida	R\$ 370.643.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 274.570.000,00
Resultado Bruto	R\$ 96.069.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 30.450.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 65.619.000,00
Resultado Financeiro	R\$ 112.000,00
Resultado Operacional	R\$ 65.731.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	-R\$ 11.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 23.879.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 41.841.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2007).

Pelo desempenho pouco animador apresentado na economia, a diversificação de mercado continuou sendo o principal foco da SCGÁS a fim de manter a carteira de clientes e expandir para segmentos além do industrial, e mais uma vez o destaque positivo foi para o segmento automotivo, influenciado positivamente pelo bom desempenho do setor de veículos, que teve aumento de 24,9% no ano. Já eram mais de 50 mil veículos convertidos a GNV que demandavam 21% das vendas da empresa, a qual contava com atendimento em 24 municípios e 69 postos, um aumento de 60% e 35%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

No segmento comercial, surgiram 18 novos clientes, passando de 0,2 para 0,4% a participação nas vendas, mas no segmento residencial continuaram dois clientes como projeto-piloto, além dos estudos em andamento para definir estratégias de atendimento. O segmento industrial se manteve como maior consumidor, representando 78,6% das vendas, enquanto os setores de cerâmica e metalmeccânico, principais consumidores de gás natural em Santa Catarina, apresentaram retração de -3,5% e um aumento de 12,1%, respectivamente, mantendo estável a representatividade do segmento, com poucas alterações nas vendas (SANTA CATARINA, 2007).

Gráfico 12: Vendas médias por segmento (mil m<sup>3</sup>/dia) em 2006

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2007).

A melhora apresentada nos indicadores da Companhia foi também resultado de altos investimentos. Em 2006, foram aproximadamente R\$ 33,4 milhões. Com isso, foi possível realizar alguns dos principais projetos de extensão da rede, que estavam em pauta:

- Projeto Foz do Itajaí: finalização da construção do ramal para o atendimento a clientes nos municípios de Penha, Piçarras, Navegantes e Itajaí;
- Projeto Campo Alegre: construção do ramal para o atendimento no município de Campo Alegre;
- Projeto Ilha: construção do ramal que interliga a ilha de Santa Catarina à rede de distribuição, que permitiria a execução do projeto Ilha já a partir de 2007;
- Projeto de Saturação: construção de diversos ramais para o atendimento a clientes em áreas já contempladas por gasodutos.

Com a perspectiva de continuar ampliando o mercado de gás natural e desenvolver um planejamento, foram atualizados dados englobando informações detalhadas de demanda de gás, envolvendo ações de cinco projetos que contavam com mais de 40 municípios, 240 indústrias, 52 comércios e 218 postos de combustível. Em destaque estavam em estudo os projetos listados a seguir:

- Planalto Norte: possível expansão até Mafra, Três Barras e Canoinhas para atender à demanda industrial e automotiva;
- Serra Catarinense: expansão até Lages, passando pelo Alto Vale do Itajaí, atendendo ao mercado industrial e GNV;

- Ilha de Santa Catarina: expansão do projeto Ilha, provendo gás natural para segmentos comercial e automotivo, com uma alternativa de expansão até o aeroporto internacional Hercílio Luz;
- Grande Blumenau: analisar uma possível expansão para Pomerode, mercado industrial e automotivo.

Ambos os projetos já estavam na previsão de investimentos para 2007. Outro destaque no ano foi a implantação de resultados obtidos nas pesquisas e projetos no segmento de cerâmica vermelha. Em 2006, também ocorreu mudança no quadro societário da Companhia, visto que a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda incorporou a Gaspart – Gás Participações S.A., ficando com a posse de suas ações e passando a ser a mais nova acionista da Companhia. Aos acionistas foram distribuídos naquele ano R\$ 9,9 milhões em dividendos. O ano se encerrou com uma disponibilidade de caixa de R\$ 21,1 milhões e um total de R\$ 77 milhões em aplicações financeiras divididas em curto e longo prazo (SANTA CATARINA, 2007).

Finalizando o período de expansão e diversificação da Companhia, chega o ano de 2007 – um ano mais de melhorias nas vendas e de resultados positivos. O crescimento das vendas médias diárias foi de 7,2%, com destaque para o mercado automotivo, no qual foi dado início ao atendimento via gás GNC a áreas distantes da rede de distribuição, já contando com cinco postos para atendimento nas cidades de Araranguá, Itajaí, Rio do Sul e São Francisco do Sul, alcançando o atendimento a 31 municípios com GNV, tornando-se a terceira maior rede de postos do País, decorrendo em um aumento de 15,3% nas vendas do segmento. Foi ampliada a carteira de clientes em 24,2%, passando de 260 para 323 clientes ativos, e a rede de distribuição ganhou 28 novos quilômetros de expansão, obras que, por exemplo, levaram o gás natural para o município de Biguaçu e ampliaram a rede de distribuição na ilha de Santa Catarina, com redes que totalizaram 707 quilômetros de extensão. Em 2007, a SCGÁS iniciou uma nova fase em seu planejamento estratégico para o período 2008-2012 e foram admitidos 94 novos empregados por meio de concurso público – 83% de nível superior e 17% de nível médio –, além de ter sido implantado nesse ano o benefício de PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados para Funcionários). Os acontecimentos do ano fizeram com que a empresa registrasse o sexto maior volume de vendas para o segmento industrial e o quarto maior para o automotivo dentre todos do País. Em extensão de redes, Santa Catarina foi o estado com a terceira maior rede do Brasil e em número de municípios atendidos. A SCGÁS foi a segunda maior companhia em atendimento no País (SANTA CATARINA, 2008).

Quadro 19: Resumo de mercado em 2007

<b>Índice</b>	<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
Vendas Médias - Segmento Industrial	M³/Dia	1.174.32
Vendas Médias - Segmento Automotivo GNV	M³/Dia	347.593
Vendas Médias - Segmento Automotivo GNC	M³/Dia	6.543
Vendas Médias - Segmento Comercial	M³/Dia	7.548
Vendas Médias - Segmento Residencial	M³/Dia	75
Volume Médio de Vendas - Total	M³/Dia	1.536.081
Maior Volume de Consumo em um Único Dia	M³/Dia	1.792.165
Total de Clientes no Final de 2005	Unidade	323
Extensão Total de Redes de Distribuição	Km	708
Municípios Atendidos	Unidade	39

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2008).

A participação de vendas do segmento industrial se manteve estável em 78,6%, com aumento no volume médio de vendas de 4,2%. O mercado automotivo representou 23,1% das vendas e um crescimento de 17,4%, que veio acompanhado do aumento de 29% no número de municípios abastecidos, totalizando 31, e do aumento de 31,9% no número de postos, os quais totalizavam 91 nesse período. O GNC representou 0,4%, e o mercado comercial passou de 0,4% para 0,5% na participação das vendas. Quanto ao mercado residencial, continuou com apenas dois clientes ligados, pois ainda estavam como projeto-piloto, mas já haviam sido iniciadas as obras de implantação da rede de distribuição de gás natural na parte insular de Florianópolis, que possibilitaria o atendimento efetivo a esse mercado em 2008 (SANTA CATARINA, 2008).

O desempenho econômico e financeiro da Companhia acompanhou a evolução das vendas atrelado ao crescimento da indústria no Estado, em 2007, que foi de 5,4%, o qual ocasionou uma melhora em seus indicadores financeiros. Houve incremento de 8,1% na receita líquida e 58% no lucro, seguido das melhoras nos resultados bruto e operacional. O resultado financeiro líquido chegou a R\$ 66,1 milhões (SANTA CATARINA, 2008).

Quadro 20: DRE simplificado do exercício 2007 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2007</b>
Receita Líquida	R\$ 400.776.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 279.028.000,00
Resultado Bruto	R\$ 121.748.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 12.918.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 108.830.000,00
Resultado Financeiro	-R\$ 3.641.000,00
Resultado Operacional	R\$ 105.189.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	R\$ 83.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 39.124.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-

**Resultado Líquido do Exercício****R\$ 66.148.000,00**

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2008).

Os resultados positivos impulsionaram os investimentos, que no final do ano resultaram na ampliação do volume total vendido de gás natural, alcançando a marca 560,7 milhões de m<sup>3</sup>. Esse resultado foi possível graças ao projeto de expansão, que estava sendo aplicado. Para 2007, os principais projetos concluídos e em andamento eram:

- Projeto Biguaçu, concluído o ramal de atendimento;
- Projeto Interligação Joinville-Guaramirim: início da construção do ramal que possibilitaria uma capacidade adicional para o atendimento a novos clientes na região norte catarinense;
- Projeto Ilha, com o início da construção da rede na Ilha para o atendimento ao mercado comercial e residencial;
- Projeto Palhoça, com o início da construção do ramal para o atendimento ao município de Palhoça;
- Projetos de saturação, com a construção de diversos ramais para áreas já contempladas pela rede nas regiões Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul;
- Projeto Serra Catarinense, com a conclusão do projeto executivo do gasoduto.

Foi também realizada a contratação de serviços de levantamento de mercado para 16 municípios, abrangendo todos os segmentos, para que a partir desses dados a SCGÁS pudesse planejar, analisar e estruturar seus projetos de expansão de forma adequada. Levantamento de mercado residencial com mais de 90 mil unidades de consumo nas cidades de Florianópolis, São José, Blumenau, Joinville, Criciúma, Balneário Camboriú e Itapema (SANTA CATARINA, 2008).

O período se encerrou com saldo positivo. No final de 2007, a Companhia tinha 422 clientes ligados à rede de distribuição, o que representou um aumento de 486% em relação a 2002. Entre 2003 a 2007, foram investidos aproximadamente R\$ 138,7 milhões, possibilitando a construção de novos 298 quilômetros de redes de distribuição, totalizando 707 quilômetros que possibilitariam a venda de 2.248 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural, acumulando um lucro de aproximadamente R\$ 226,7 milhões. O mercado se expandiu em todos os segmentos, especialmente no automotivo, que contou com o início da distribuição por meio do GNC. O segmento industrial se manteve como carro-chefe da companhia, apresentando solidez e expansão nas vendas, e foi iniciado o projeto-piloto para a distribuição de gás natural no segmento residencial (SANTA CATARINA, 2008).

No quadro societário da Companhia, continuaram os mesmos percentuais para todo o período analisado, considerando o número total de ações (ordinárias + preferenciais), que estavam assim distribuídas: Estado de Santa Catarina 17%, Petrobras Distribuidora S.A./BR 41%, Gaspart – Gás Participações S.A. 41% e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. (INFRAGÁS) 1%. Ocorreu, em 2007, uma mudança em relação às ações que pertenciam ao estado de Santa Catarina, as quais passaram a pertencer às Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), empresa que era de controle da estatal (SANTA CATARINA, 2008).

De acordo com o termo de transferência n°45, registrado no livro de transferência de ações normativas n° 001, folha 12 v, em 19/09/2007 o Estado de Santa Catarina transferiu para a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC o montante de 1.827.415 ações ordinárias no valor de R\$ 17.700.899,79, as quais estão devidamente registradas na folha 6 v, do livro n° 001 de registro de ações normativas. (SANTA CATARINA, 2008, p. 31).

Foi distribuído um total de R\$ 51,2 milhões em dividendos no período, mostrando solidez e transparência da empresa em honrar seus compromissos mediante as operações realizadas.

Quadro 21: Dividendos totais, por ano, de 2003 a 2007 (valores a preços correntes)

<b>Ano</b>	<b>Dividendos Distribuídos</b>	<b>Dividendos Propostos</b>
2003	R\$ 2.266.901,00	R\$ 2.297.536,00
2004	R\$ 8.850.058,00	-
2005	R\$ 20.193.023,00	-
2006	R\$ 9.937.278,00	-
2007	R\$ 10.000.000,00	R\$ 62.800.000,00

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2004, 2005, 2006, 2007, 2008).

No período iniciado em 2003, o capital social foi composto por um total de 6.825.351 lotes de ações. O valor nominal da ação ordinária e da preferencial era de R\$ 4,69264, em lote de 10.000 ações, ficando estável até 2004. Em 2005, houve uma alteração no capital social, sendo agora um total de 10.749.497 lotes de ação. O valor nominal da ação ordinária e da preferencial era de R\$ 4,69264, em lote de 10.000 ações, e continuou assim até o final do período, em 2007. Conforme a assembleia geral ordinária e extraordinária dos acionistas, realizada em 29 de março de 2007, foi efetuado um aumento no capital social no montante de R\$ 29.603.967,00, com parte da reserva de retenção de lucros para o próximo exercício.

#### 5.4 SUPERANDO OS DESAFIOS ECONÔMICOS E RETOMANDO O CRESCIMENTO DE 2008 A 2010

As expectativas para o ano de 2008 eram de continuidade de crescimento da Companhia, acompanhado pelos ótimos resultados alcançados nos anos anteriores e pelo bom ambiente econômico, mas no decorrer do ano as expectativas e os planos de ação foram modificados, resultado de fortes impactos que aconteceram na economia. O primeiro baque foi com a alta do preço do petróleo no mercado internacional, superando US\$ 100 por barril, em janeiro, e atingindo US\$ 147, em julho, já que a maior parte da produção de gás natural estava associada ao gás natural. A crise que se iniciou nos Estados Unidos da América se estendeu para as demais economias. Isso provocou a fuga de capitais e a apreciação do dólar ante o real (SANTA CATARINA, 2009).

Outro problema ocorrido foi a situação emergencial decorrente das fortes chuvas que aconteceram no Estado no mês de novembro, causando o rompimento do gasoduto Bolívia-Brasil e da rede de distribuição de gás natural da SCGÁS, interrompendo assim o suprimento de gás natural em sete dos nove “city gates” (estação de entrega e recebimento) da SCGÁS durante parte dos meses de novembro e dezembro. Apesar de todos os empecilhos decorridos, a Companhia manteve seu foco e continuou seu projeto de expansão e diversificação, conseguindo, no final do exercício, dados positivos que confirmaram a solidez da empresa. O crescimento das vendas foi positivo em 2,1%, totalizando 576 milhões de m<sup>3</sup> vendidos, com destaque para o segmento comercial e residencial, com crescimento de 35% e 175%, respectivamente, e para o GNC, que proporcionou um aumento no número de municípios atendidos – de cinco para 11 – e nas vendas médias diárias de 274,2%. Esse aumento expressivo do GNC esteve relacionado ao início da atuação da SCGÁS na Serra e no oeste catarinense, agora com atendimento a postos de combustível em Lages e Chapecó. Os investimentos foram de R\$ 29,3 milhões, proporcionando a construção de 61,9 quilômetros de novas redes, totalizando 769 quilômetros, tornando a SCGÁS a quinta maior em extensão de redes, e Santa Catarina o terceiro maior estado em rede de distribuição. A carteira de clientes foi ampliada em 71,8%, chegando a um total de 725 atendidos pela SCGÁS. Foi concluído o planejamento estratégico do plano plurianual de negócios para o período de 2009-2013, e devido às necessidades, foram admitidos novos empregados por meio de concurso público (SANTA CATARINA, 2009).

O planejamento estratégico que deu origem ao plano plurianual de negócios (PPN) traçou as estratégias para um horizonte de cinco anos (2009-2013), dando condições para

antecipar ações e recursos necessários para a aplicação do plano, que teve uma previsão de cerca de 300 milhões em investimentos. Até o ano de 2008, o projeto em carteira reunia mais de 69 alternativas de investimentos, que se traduziam em pouco mais de 1 bilhão em investimentos, expansão de 1.400 quilômetros de rede, as quais atenderiam pelo menos novos 50 municípios, com um universo de 52 mil consumidores que demandariam, em média, 600 mil m<sup>3</sup> dia de consumo (SANTA CATARINA, 2009).

Quadro 22: Vendas por segmento em 2008

<b>Índice</b>	<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
Vendas Médias - Segmento Industrial	M <sup>3</sup> /Dia	1.198.998
Vendas Médias - Segmento Automotivo GNV	M <sup>3</sup> /Dia	334.221
Vendas Médias - Segmento Automotivo GNC	M <sup>3</sup> /Dia	24.480
Vendas Médias - Segmento Comercial	M <sup>3</sup> /Dia	10.185
Vendas Médias - Segmento Residencial	M <sup>3</sup> /Dia	206
Volume Médio de Vendas - Total	M <sup>3</sup> /Dia	1.568.090

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2009).

Dos resultados para o exercício, vale destacar que, mesmo com todos os imprevistos, a receita líquida ampliou em 2,06%, puxados pelo aumento nas vendas de gás, que passaram de 561 milhões de m<sup>3</sup> para 574 milhões de m<sup>3</sup>. A variação cambial impactou diretamente no resultado financeiro, principalmente no custo dos produtos vendidos, que apresentou alta de 19% em relação a 2007. As consequências da crise mundial e a tragédia climática ocorrida no Estado resultaram na redução de 44% do lucro líquido da Companhia, puxada pela redução de 53% do resultado operacional (SANTA CATARINA, 2009).

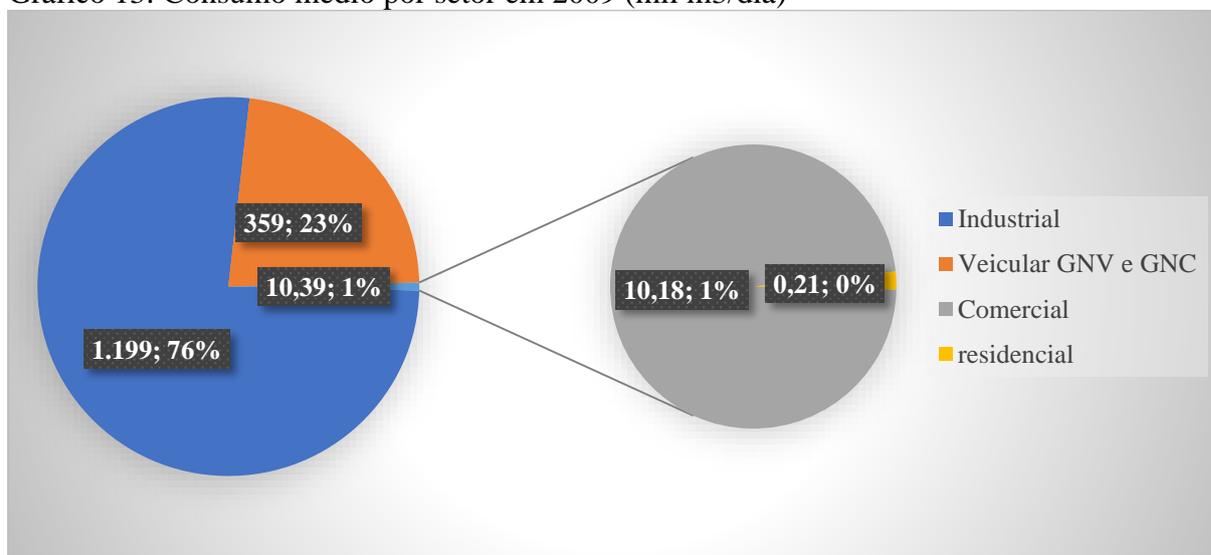
Quadro 23: DRE simplificado do exercício 2008 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2008</b>
Receita Líquida	R\$ 409.017.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 332.361.000,00
Resultado Bruto	R\$ 76.656.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 14.464.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 62.192.000,00
Resultado Financeiro	-R\$ 12.486.000,00
Resultado Operacional	R\$ 49.706.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	-R\$ 12.000,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 12.374,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 37.320.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2009).

Detalhando melhor o desempenho comercial da empresa, foi um ano atípico no consumo devido aos desastres naturais que ocorreram, representando uma perda de 357mil<sup>3</sup> dia em novembro e de 632 mil m<sup>3</sup> dia em dezembro. O segmento industrial se manteve praticamente estável, de 76,4 para 76,5% na participação das vendas, com um aumento no volume médio de 2,1%, sendo incorporados 17 novos clientes. O segmento automotivo (GNV+GNC) representou 22% das vendas no final de 2008, e Santa Catarina contava com 38 municípios abastecidos, um aumento de 2,6%, e com 106 postos, um aumento de 16,5%. O volume médio de vendas total também teve acréscimo de 1,3%. No GNC, o aumento foi ainda mais expressivo, de 274,2% nas vendas, reflexo no aumento de municípios atendidos, que por sua vez eram de grande porte. Como consequência, o mercado de GNC aumentou sua participação nas vendas de 0,4 para 1,6%. No segmento comercial, foram incluídos 26 novos clientes, e o crescimento nas vendas foi de 34,9%, representando 0,6% do total de vendas. Por fim, o segmento que se deve destaque é o residencial, com a implantação dos projetos de rede de distribuição urbana para os municípios de Criciúma e Florianópolis. O segmento começou a ser atendido efetivamente, deixando de ser apenas um piloto. Sendo assim, o número de clientes aumentou cerca de 240%, alcançando a marca de 345 clientes (SANTA CATARINA, 2009).

Gráfico 13: Consumo médio por setor em 2009 (mil m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2009).

Na estrutura administrativa e operacional da Companhia, as movimentações foram intensas. Foram realizados editais e licitações, em conjunto com a MITSUI e a GASPETRO, com todas as distribuidoras de gás que possuíam participação societária das empresas. Foi realizada a contratação, via licitação, das obras da rede para o município de Pomerode, cujo

ramal iniciaria as operações em fevereiro de 2009. Também foi consolidado o plano de contingência da SCGÁS, que foi crucial para alguns eventos ocorridos ao longo de 2008, como o rompimento de gasodutos devido às enxurradas. Esse plano conseguiu manter vários clientes (277) nas regiões afetadas, ligados e consumindo. Em termos operacionais, podem ser destacadas a primeira interligação entre estações de recebimento (*city gates*) da SCGÁS interligando o sistema de distribuição pelas estações de Joinville e Guaramirim e a realização da contratação para a implantação do ramal Tijucas-Itajaí (SANTA CATARINA, 2009).

Em 2008, foram investidos R\$ 29,3 milhões, totalizando R\$ 271 milhões acumulados. Os investimentos, em sua grande maioria, foram direcionados para a expansão de novas redes e com isso os principais projetos executados foram:

- Projeto Interligação Joinville-Guaramirim, com a conclusão da construção do ramal;
- Projeto Interligação Tijucas-Itajaí, com o início da construção do ramal para o atendimento a novos clientes na foz do rio Itajaí;
- Projeto Ilha, com a continuação da construção da rede na Ilha com a gaseificação do primeiro trecho e a ligação dos primeiros clientes do mercado urbano;
- Projeto Palhoça, com a continuação da construção do ramal para atendimento;
- Projeto Pomerode, com o início da construção do ramal;
- Sistema Criciúma, com o início da construção da rede para o atendimento ao mercado urbano (residencial e comercial);
- Sistema Tubarão, com o início da construção da rede para o atendimento ao mercado urbano;
- Projeto Saturação, com a construção de ramais em áreas já atendidas, nas regiões norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul de Santa Catarina.

Os destaques foram a interligação das redes de distribuição dos municípios de Joinville e Guaramirim, e a implantação dos sistemas urbanos de Tubarão, Criciúma e Florianópolis. Também foram investidos em projetos 334 mil reais, objetivando alinhar os projetos de desenvolvimento tecnológico às estratégias da empresa. Apesar dos adventos negativos, os investimentos mantiveram a Companhia nos trilhos para a recuperação no próximo exercício (SANTA CATARINA, 2009).

Os acontecimentos negativos ocorridos em 2008 não refletiram nas mesmas proporções em 2009, que se caracterizou como um ano de recuperação, tanto dos efeitos das chuvas quanto da crise. Foi também possível a expansão, como em anos anteriores, com

destaque para o crescimento das vendas em 0,6% no total e a ampliação da carteira de clientes em 127%, passando de 725 para 1645, um expressivo aumento que resultou, principalmente, da quantidade de clientes residenciais fidelizados, já que esse segmento se expandiu 188% no ano. Foram realizados o planejamento estratégico e o plano plurianual para 2010-2014, totalizando o montante de 268 milhões em projetos para a expansão. A SCGÁS, em 2009, chegou ao patamar de segunda maior distribuidora em número de municípios atendidos, e Santa Catarina foi o terceiro maior estado em número de indústrias atendidas e de postos de combustível com gás natural (SANTA CATARINA, 2010).

Os indicadores financeiros mostraram a recuperação da Companhia em relação ao exercício anterior, com os expressivos R\$ 66,8 milhões de lucro líquido, um aumento de 79%, comparado com o ano anterior. Dos resultados que impactaram diretamente nos números finais, o resultado operacional foi o mais significativo, apresentando aumento de 105%, passando de R\$ 49,7 milhões para R\$ 101,9 milhões. Não menos importante foi a receita líquida, que cresceu 8%, chegando a R\$ 442,7 milhões, dando assim suporte ao resultado bruto e operacional, visto que o custo dos produtos vendidos e as despesas operacionais se mantiveram estáveis (SANTA CATARINA, 2010).

Quadro 24: DRE simplificado do exercício 2009 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2009</b>
Receita Líquida	R\$ 442.721.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 330.640.000,00
Resultado Bruto	R\$ 112.081.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 19.904.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 92.177.000,00
Resultado Financeiro	R\$ 9.751.000,00
Resultado Operacional	R\$ 101.928.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 35.086.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 66.842.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2010).

O desempenho comercial da Companhia para o ano de 2009 também foi de retomada e apresentou saldo positivo em ambos os segmentos, com destaque ao segmento residencial pelo número expressivo de aumento dos clientes. O segmento industrial apresentou crescimento de 1,1% nas vendas, um incremento de 23 novos clientes e sua participação se manteve estável em 76,8%. No segmento automotivo, houve aumento de municípios abastecidos, totalizando 46 e 128 postos, representando um aumento de 21% em relação ao ano

anterior. O mercado representou 22,5% do total das vendas, e o GNC teve crescimento das vendas em 37%, agora atendendo a 17 municípios. Foi o início do fornecimento nos municípios de Bom Retiro, Concórdia, Curitibanos, Porto União, Pouso Redondo e Sombrio. No segmento comercial, o atendimento foi estendido a 163 clientes, representando apenas 0,63% das vendas. O segmento residencial foi o grande destaque devido ao número de residências interligadas, que passou de 345 para 1155, um total de 32 condomínios atendidos, resultado que foi possível alcançar pelo empenho da Companhia para a implantação dos projetos de rede de distribuição urbana nos municípios de Criciúma, Florianópolis, São José e Tubarão (SANTA CATARINA, 2010).

Quadro 25: Volume médio de vendas por segmento em 2009

<b>Segmento</b>	<b>Média-Mil M<sup>3</sup>/Dia</b>
Industrial	1.212
Veicular GNV e GNC	355
Comercial	10,32
Residencial	0,59
<b>Total</b>	<b>1.578</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2010).

Em 2009, foram investidos R\$ 31,7 milhões, totalizando R\$ 302 milhões de investimento acumulado. Todo investimento proveio de recurso próprio e a maior parte foi aplicada na implantação de 52 quilômetros de novas redes, ampliando para um total de 821 quilômetros. Os principais projetos de expansão da rede eram:

- Projeto Araranguá, com início da construção da rede de distribuição para o atendimento ao mercado veicular;
- Projeto Pomerode, com a conclusão da construção do ramal com gaseificação do segundo trecho;
- Projeto Interligação Itajaí-Tijucas, com a continuação da construção do ramal para capacidade adicional de escoamento, região da foz do rio Itajaí;
- Projeto Ilha, com a continuação da construção da rede em Florianópolis, com gaseificação de trechos para atender a clientes urbanos (comercial e residencial);
- Sistema São José, com o início da construção da rede para distribuição para o mercado urbano;
- Sistema Criciúma, com a continuação da construção da rede para o mercado urbano;

- Sistema Tubarão, com a continuação da construção da rede para mercado urbano;
- Projeto Saturação, com a construção de ramais para o atendimento em áreas já contempladas pela rede, nas regiões norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul catarinense.

O destaque foi para a implantação do ramal Tijucas-Itajaí, cujas obras para a etapa final seriam realizadas no decorrer de 2010-2011. Visando à continuidade dos projetos e às perspectivas de ampliação do mercado para os anos seguintes, foi elaborado o plano plurianual de negócios (PPN), versão 2010-2014. No plano estavam contemplados 20 projetos de investimento, com expectativa de atender, em 2014, a cerca de 80 municípios, 27% do total de municípios em Santa Catarina. Foi também mantida atualizada a carteira de projetos, com levantamento em 56 municípios. Até 2009, a carteira reunia 48 alternativas de projetos com cerca de 900 milhões de investimento e expansão de mais de 1100 quilômetros de redes, possibilitando atender a 45 novos municípios (SANTA CATARINA, 2010).

A chegada de 2010 cravou de vez a recuperação da Companhia depois da crise de 2008, visto que ocorreram novos recordes de vendas, expansão de rede e clientes atendidos. Bons ventos econômicos contribuíram para uma contínua aplicação das diretrizes tarifárias, que buscavam estabilidade e previsibilidade dos preços, conseqüentemente proporcionando o crescimento das vendas em 10,3% no total e a ampliação na carteira de clientes em 20,9%, passando de 1645 para 1988 clientes ativos, que contavam com 62,1 quilômetros de novas redes, as quais totalizaram agora 833 quilômetros. A SCGÁS concluiu 2010 entre as maiores distribuidoras do País, a segunda maior em número de municípios atendidos, com um total de 54. Santa Catarina ocupou o terceiro lugar de maior estado em rede de distribuição, número de indústrias e postos de GNV atendidos com gás natural (SANTA CATARINA, 2011).

Quadro 26: Vendas por segmento em 2010

<b>Índice</b>	<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
Vendas Médias - Segmento Industrial	M <sup>3</sup> /Dia	1.367.644
Vendas Médias - Segmento Automotivo GNV - GNC	M <sup>3</sup> /Dia	360.240
Vendas Médias - Segmento Comercial	M <sup>3</sup> /Dia	12.22
Vendas Médias - Segmento Residencial	M <sup>3</sup> /Dia	820
Volume Médio de Vendas - Total	M <sup>3</sup> /Dia	1.741.426

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2010).

No resultado financeiro, é possível observar o impacto positivo, com a redução de 6% no custo dos produtos vendidos, convertendo, assim, o resultado operacional a um

acréscimo de 19% em relação ao anterior. Acompanhando a melhora nos índices, a receita líquida e o resultado bruto incrementaram 2% e 27%, respectivamente. Essa melhora quantitativa nos índices proporcionou um aumento de 21% no resultado final, que foi um lucro aproximado de R\$ 80,7 milhões, colocando a Companhia novamente nos trilhos do crescimento (SANTA CATARINA, 2011).

Quadro 27: DRE simplificado do exercício 2010 (valores a preços correntes)

<b>Demonstração do Resultado Simplificado</b>	<b>2010</b>
Receita Líquida	R\$ 453.307.000,00
Custos dos Produtos Vendidos	-R\$ 310.988.000,00
Resultado Bruto	R\$ 142.319.000,00
Despesas Operacionais	-R\$ 25.572.000,00
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 116.747.000,00
Resultado Financeiro	R\$ 4.695.000,00
Resultado Operacional	R\$ 121.442.000,00
Receitas/Despesas Não Operacionais	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R\$ 40.664.000,00
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>R\$ 80.778.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2010).

No quadro do desempenho comercial, o ano se destacou pelo aumento no volume total vendido, mas por setor o destaque foi para o crescimento nos segmentos industrial, com 12,9%, e comercial, com 23,2%. A participação do setor industrial nas vendas passou de 76,8% para 78,5% e foram incorporados 17 novos clientes. O mercado automotivo representou 20,7% das vendas, contando com 131 postos em 46 municípios. Houve também expansão do GNC dentro do segmento automotivo, a evolução das vendas foi de 10,2%, aumentando a rede de atendimento para 17 municípios. O mercado comercial teve crescimento de 21% e passou a contar com 34 novos clientes, totalizando 197 clientes e 0,7% do total das vendas. Por fim, o mercado residencial registrou um aumento de 24,6% nas vendas, atendendo um total de 36 condomínios nos municípios de Joinville, Florianópolis e Criciúma, que englobavam um total de 1466 clientes (SANTA CATARINA, 2011).

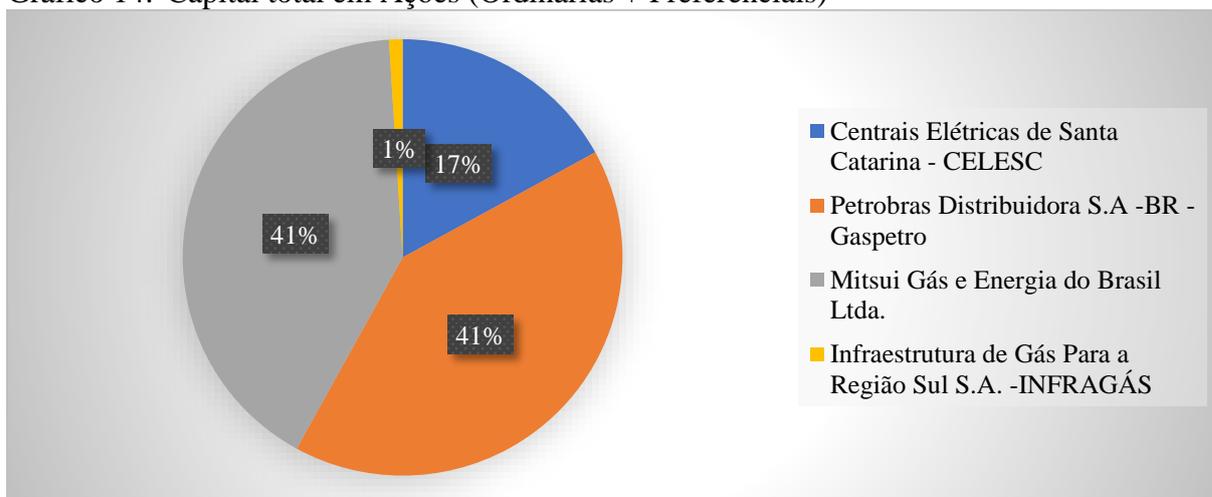
Para o ano, foram investidos R\$ 33,5 milhões e foi concluída a revisão do plano estratégico e do plano plurianual de negócios para o período de 2011-2015, que previam investimentos de R\$ 290 milhões. Foi atualizada a carteira de projetos, com levantamento de mercado em 15 municípios. No final de 2010, a carteira de projetos da Companhia superou a marca de 53 projetos, representando uma ordem de 930 milhões em investimentos. Dos 62 quilômetros de redes implantados, os principais projetos de expansão eram:

- Projeto Araranguá, com a conclusão da rede para o atendimento ao município;
- Projeto Interligação Tijucas-Itajaí, com a conclusão da construção da rede de capacidade adicional;
- Sistema Criciúma, com a construção de sistemas urbanos para o atendimento aos mercados residencial e comercial;
- Projeto Saturação, com a construção de ramais para o atendimento a clientes diversos em municípios já atendidos pela rede nas regiões norte, Vale do Itajaí, sul e Grande Florianópolis.

No final de 2010, a Companhia atingiu a marca de 1988, cento e oitenta e oito, clientes acumulados, entre 2008 e 2010, 1566 novos clientes, o que representou um aumento de 371% em relação ao período anterior. Essa marca histórica foi resultado, principalmente, da expansão no atendimento residencial e do mantimento dos demais segmentos em expansão, que proporcionaram uma venda acumulada de 1.786 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural, os quais foram distribuídos por toda a extensão dos 833 quilômetros de redes. Dos 86,9 milhões investidos de 2008 a 2010, grande parte do valor foi para a construção de novos 126 quilômetros de redes, além dos investimentos em projetos que proporcionaram a expansão e mantiveram o atendimento a demanda de mercado em todos os setores, proporcionando estabilidade financeira e operacional da Companhia em um período turbulento marcado por catástrofes naturais e crise econômica. Ou seja, apesar desses empecilhos, obteve um lucro acumulado de aproximadamente R\$ 185,6 milhões (SANTA CATARINA, 2011).

Em 27 de março de 2008, foi realizada a assembleia geral ordinária e extraordinária dos acionistas e nela foi efetuado um aumento do capital social no montante de R\$ 17.422.000,00, com parte da reserva de retenção de lucros. De 2008 a 2010, ficaram divididas as ações em um total de 10.749.497 lotes de ação, com valor nominal das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 4,69264 por lote de 10.000 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 preferenciais. Segue, abaixo, a divisão do capital total das ações por acionistas no final do período analisado (SANTA CATARINA, 2011).

Gráfico 14: Capital total em Ações (Ordinárias + Preferenciais)



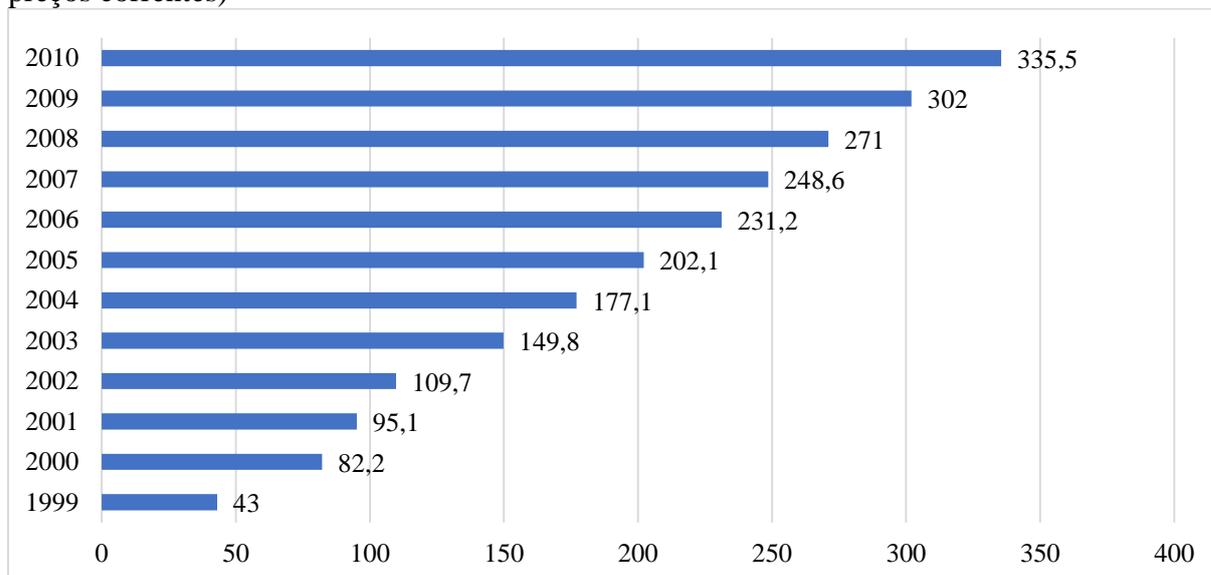
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2009, 2010, 2011).

## **6 O DESEMPENHO DA COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA (SCGÁS) NOS 10 PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADES – 2000 A 2010**

O relatório apresentado neste capítulo em questão vai trazer um esboço de como foi o desempenho econômico e financeiro da SCGÁS em seus primeiros anos de atividade. Faz-se necessária essa análise para sustentar a tese de que a empresa, de caráter estatal, mante-se sustentável e como pilar do Estado para o alargamento de suas funções, que além de gerar oferta para o atendimento de demanda, possui altos investimentos que proporcionam o desenvolvimento socioeconômico, relacionando Estado e desenvolvimento.

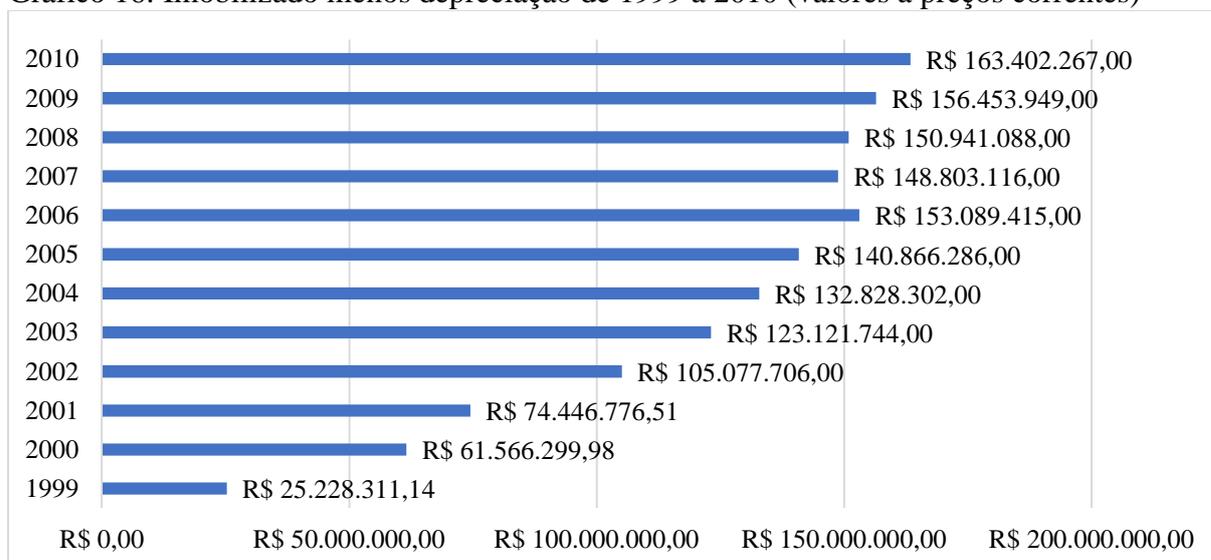
É importante frisar que no Brasil o gás natural é considerado um mercado recente, sendo que até os anos 90 esse combustível era muito pouco explorado, servia mais como complemento a outros combustíveis e pouco dele era conhecido pela sociedade, apenas com demanda industrial. O mercado teve sua metamorfose a partir dos anos 2000, graças ao funcionamento do Gasbol desde 1º de julho de 1999, proporcionando uma maior e mais segura oferta de gás natural. Fundada no ano de 1994 em meio a um movimento de privatizações direcionado por políticas do governo federal, a estatal SCGÁS iniciou as atividades em 1998, preparando-se para receber o gás natural vindo da Bolívia via Gasbol para o abastecimento do estado de Santa Catarina. Finalmente, em 2000, foi que se iniciou a distribuição. Desde sua fundação, em 1994, até o ano de 2010, foram investidos mais de R\$ 335,5 milhões na Companhia, uma média de quase R\$ 28 milhões investidos anualmente, que foram em grande parte direcionados à construção das redes de tubulações para distribuição e para novos projetos, visando a ampliação e a diversificação de mercado para atender a uma demanda crescente. O investimento refletiu também no imobilizado da Companhia, que passou de R\$ 25,2 milhões, em 1999, para R\$ 163,4 milhões, em 2010, distribuídos principalmente na infraestrutura da Companhia – tubulações, aparelhos, máquinas e equipamentos. Nota-se que o imobilizado se manteve crescente, mas estável, com o passar dos anos, mostrando a consolidação da Companhia e refletindo em seu valor de mercado. O valor acumulado acrescido no imobilizado foi de mais de R\$ 148 milhões, em média um acréscimo de R\$ 12 milhões por ano. Também é interessante ressaltar de tudo isso que a depreciação foi muito baixa se levado em conta o valor investido, respondendo de forma positiva o investimento aplicado.

Gráfico 15: Investimento total acumulado da SCGÁS entre 1999 a 2010 (Milhões) (Valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

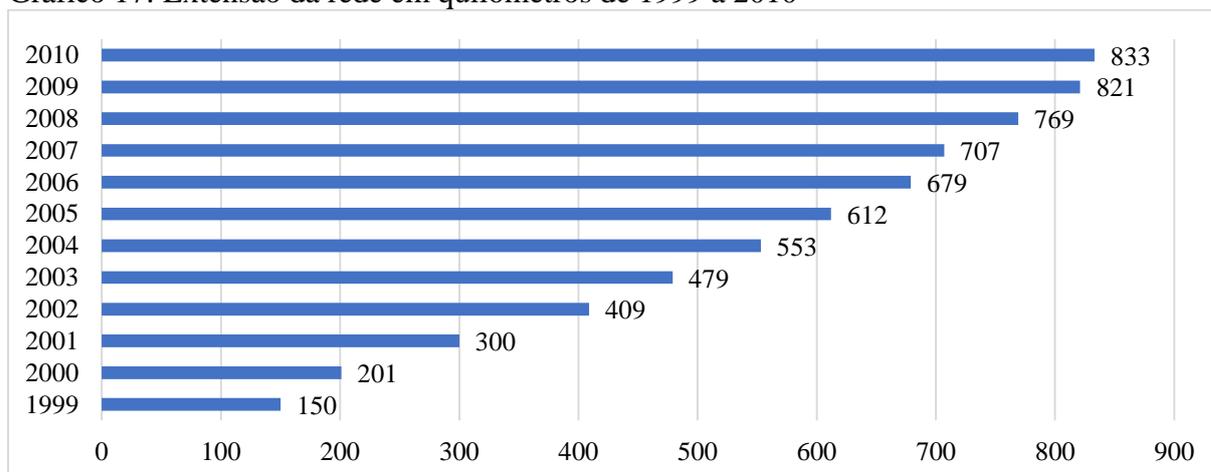
Gráfico 16: Imobilizado menos depreciação de 1999 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Decorrente do investimento pesado em infraestrutura, obteve-se um resultado de 833 quilômetros de redes construídas e operando, servindo para o atendimento a clientes em 54 municípios de Santa Catarina. Com uma média de quase 70 quilômetros de extensão de redes construídas por ano. No final de 2010, Santa Catarina chegou ao patamar de terceiro maior estado em extensão de redes do País. Tudo isso para atender a uma demanda de gás natural que cresceu em nível nacional aproximadamente 356%, de 2000 a 2010 (ANP, 2010).

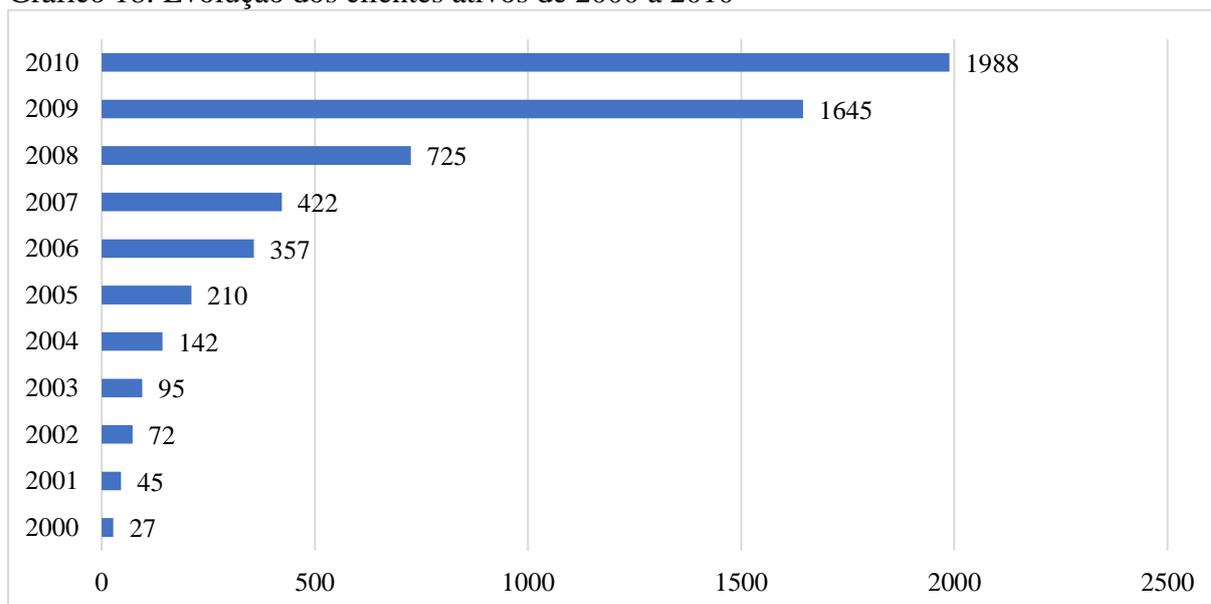
Gráfico 17: Extensão da rede em quilômetros de 1999 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Em Santa Catarina, não foi diferente do que aconteceu no Brasil, ou seja, o crescimento da demanda refletiu no número de clientes ativos, que passou de apenas 27, no primeiro ano de operações, para 1988, em 2010, correspondendo a um aumento de incríveis 7263% no total acumulado. Clientes que foram divididos nos segmentos industrial (194), veicular (131), comercial (197) e residencial (1466). Esse aumento expressivo também se justifica pela quantidade de clientes residenciais ativos, segmento que começou a operar de forma definitiva em 2006, agregando muitos clientes, mas que demandou pouco consumo. Essa quantidade expressiva de clientes mostra o impacto social e a aceitação que o gás natural teve no mercado, deixando de ser apenas um insumo secundário e de uso somente industrial, visto que ganhou o mercado em diversos segmentos por sua versatilidade e por seus benefícios, levando em conta questões como o custo, que, por ser mais barato e dar mais durabilidade aos equipamentos de manuseio, favoreceu a sua utilização em relação aos demais. O acesso ao gás também foi um fator principal para esse aumento de clientes, resultado das políticas de expansão da rede e da diversificação do mercado imposto pela Companhia em todos os anos de atividade, mas não somente isso, pois questões ambientais também tiveram relação com esse crescimento, como no caso da indústria moveleira, que optou por substituir a matriz energética proveniente da serragem pelo gás natural na secagem de madeira, tornando o processo mais rápido e eficiente e com benefícios ambientais.

Gráfico 18: Evolução dos clientes ativos de 2000 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Tabela 6 - Demonstrativo dos clientes ativos por segmento de 2000 a 2010

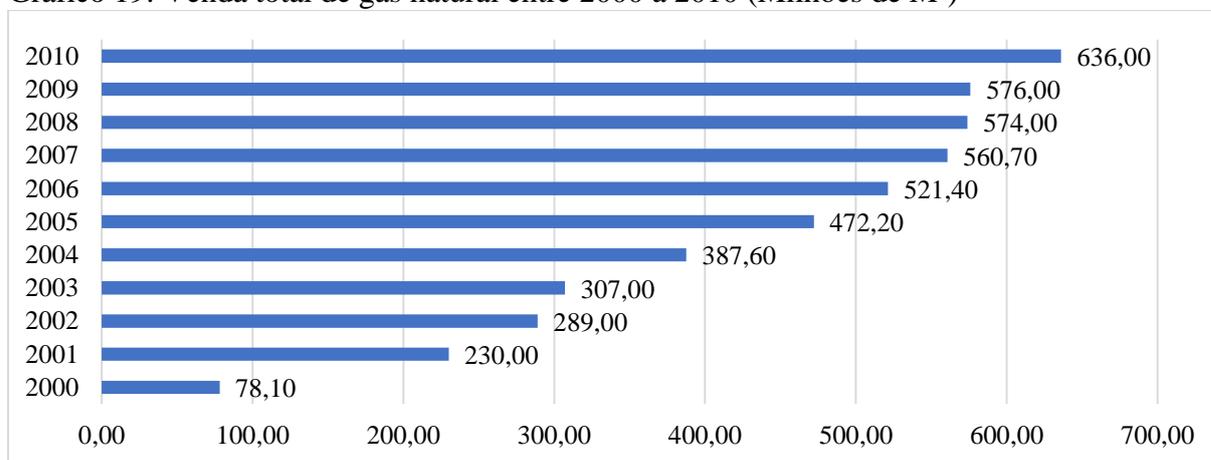
Segmento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Industrial</b>	27	45	63	77	101	120	125	137	154	177	194
<b>Veicular</b>	0	0	9	16	30	51	69	91	107	128	131
<b>Comercial</b>	0	0	0	3	11	39	64	93	119	163	197
<b>Residencial</b>	0	0	0	0	0	0	99	101	345	1177	1466
<b>Cientes</b>											
<b>Totais</b>	<b>27</b>	<b>45</b>	<b>72</b>	<b>96</b>	<b>142</b>	<b>210</b>	<b>357</b>	<b>422</b>	<b>725</b>	<b>1645</b>	<b>1988</b>

Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

O aumento no número de clientes refletiu direto no número de vendas. Como pode ser observado no gráfico 18, o consumo de 2000 para 2010 saltou 715%, alcançando o volume de 636 milhões de m<sup>3</sup>. Apenas entre os anos de 2008 e 2009 foi que o consumo se manteve estável por interferências externas ocorridas devido à crise econômica e aos desastres climáticos ocorridos. Mesmo assim, todo o ano apresentou crescimento nas vendas de gás natural. Do total delas, o maior consumidor foi o segmento industrial, que demandou boa parte do gás natural distribuído, em média quase 80% do total, seguido pelo segmento industrial, que demandou próximo de 19%. Dos demais segmentos, comercial e residencial, apesar do grande número de clientes, as vendas para ambos totalizaram apenas 1% do total, o que não desmereceu a importância deles para a Companhia e seus acionistas, que viram com bons olhos o valor agregado que o gás natural trouxe a esses consumidores, não apenas na questão financeira e ambiental, mas também como modo de expandir e fixar o produto no mercado, garantindo que

a diversificação continuasse, que o produto fosse acessível e que todos tivessem conhecimento de que era o gás natural, bem como de suas vantagens de uso.

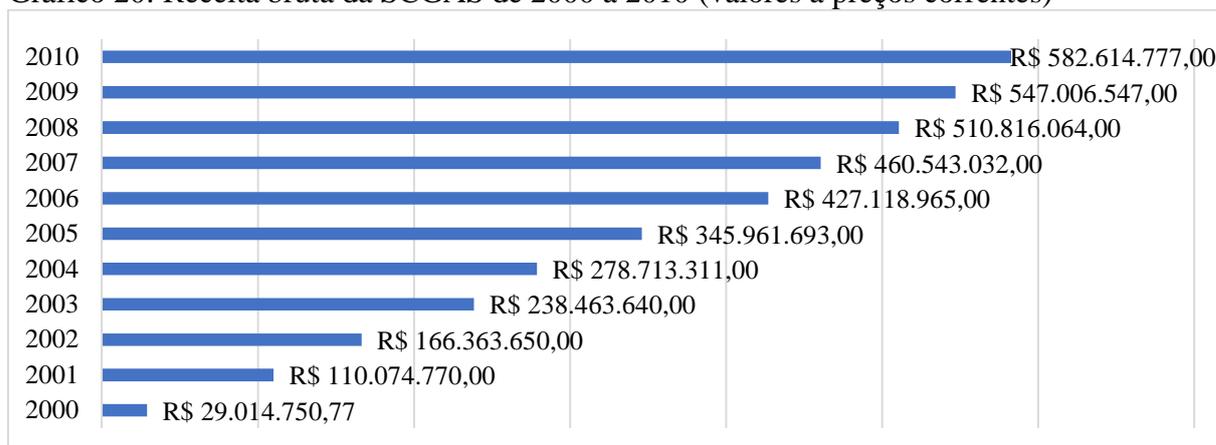
Gráfico 19: Venda total de gás natural entre 2000 a 2010 (Milhões de M<sup>3</sup>)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

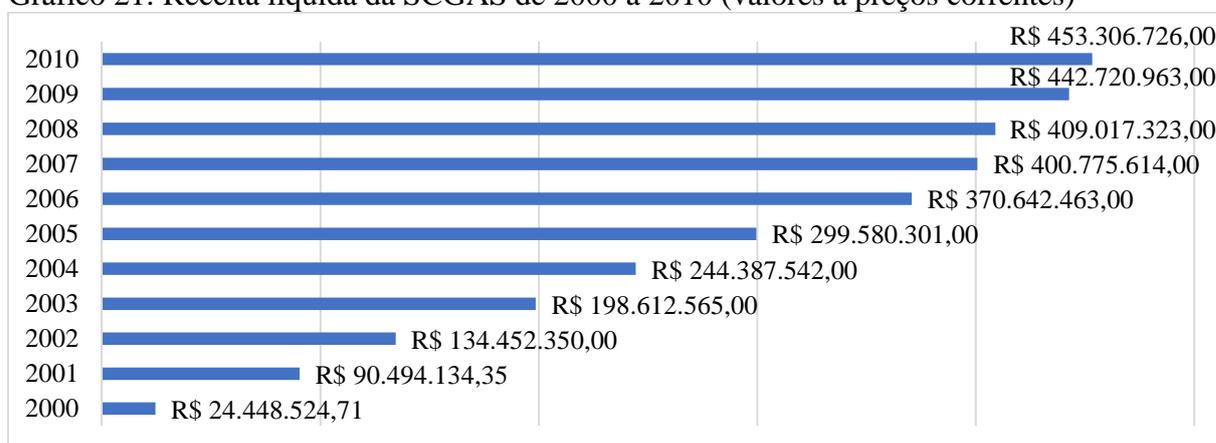
Acompanhando os resultados positivos das vendas, as receitas bruta e líquida da Companhia apresentaram crescimento ano após ano, garantido pelas políticas e por sua ótima gestão executiva interna, blindando os indicadores de maior interferência externa do mercado e da economia, que pudessem puxar os índices para baixo. Foram acrescidos aproximadamente R\$ 553 milhões em receita bruta e R\$ 429 milhões em receita líquida, e mesmo em períodos que apresentaram dificuldades, como quando houve o aumento do preço do gás natural e os períodos de crise econômica e ambiental, não ocorreram grandes impactos nas receitas, que se mostraram estáveis e crescentes, ressaltando-se, com isso, a importância de possuir um mercado diversificado e consolidado, que era um dos principais objetivos da instituição. De modo geral, a receita bruta e a receita líquida cresceram a taxas semelhantes, mantendo-se atraentes para os investidores e demonstrando a capacidade de geração de receitas da Companhia.

Gráfico 20: Receita bruta da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 21: Receita líquida da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



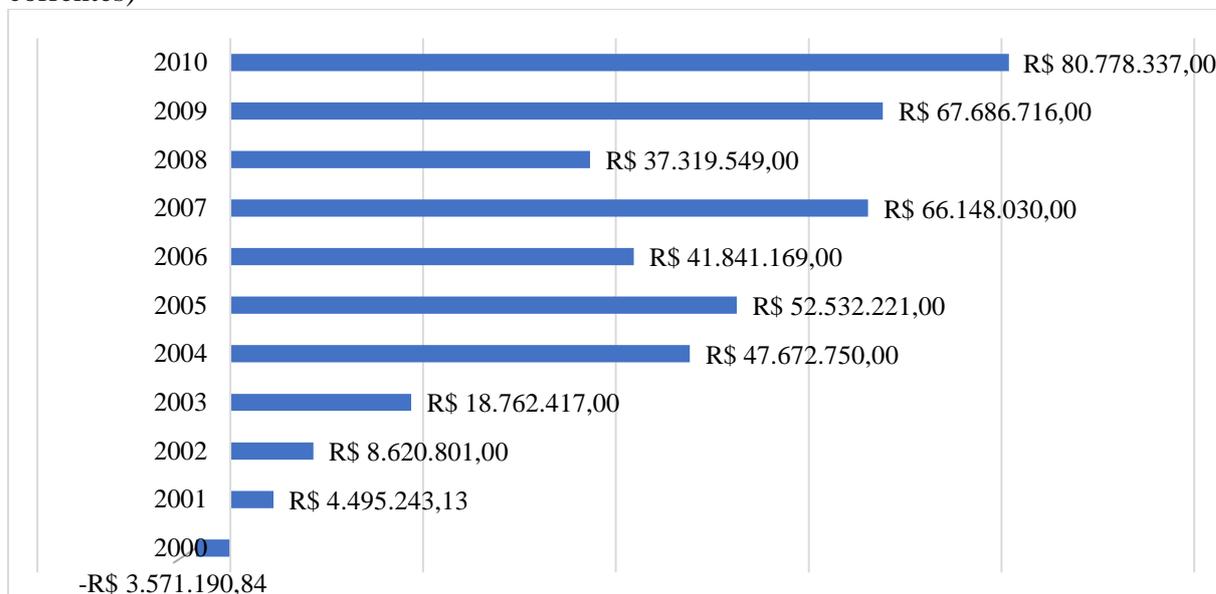
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Com o passar dos anos, no final de cada exercício, a SCGÁS se mostrou cada vez mais consolidada e lucrativa. Isso se verifica a partir do lucro líquido crescente, com ressalva para o primeiro ano de operações, que apontou um resultado negativo de R\$ 3,5 milhões, algo que já era esperado e estava nos planos da empresa. Nos demais, apenas em 2006 e 2008 que houve encolhimento no lucro. Primeiro devido ao aumento das despesas operacionais, que logo foi corrigido no exercício seguinte, depois decorrente dos problemas econômicos, que incidiram na variação cambial e impactaram diretamente no custo do gás natural e na tragédia climática ocorrida no Estado.

É importante frisar que em 2008 a empresa optou por não repassar todo o aumento de custos aos seus consumidores (parte de um projeto de manutenção dos clientes), resultando na estagnação do resultado líquido e, conseqüentemente, na queda do lucro da empresa. Em 2010, o lucro líquido apresentado já foi na casa de R\$ 80,7 milhões, tudo isso alinhado aos demais resultados financeiros e à estrutura administrativa, o que vem comprovar a solidez da

Companhia, que garante aos acionistas, estatutariamente, dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Gráfico 22: Resultado líquido do exercício da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Todos esses indicadores analisados durante os anos de operação da Companhia reforçam e ressaltam a necessidade de um estado operante. Um segmento que se mostrava incerto, porém com demanda, altos custos para entrada e sem expectativa de prazo para retorno de investimento se mostrou com grande eficiência econômica, social e ambiental, além de financeiramente ser rentável, possibilitando a acumulação de capital. A SCGÁS pertence hoje a um seleto grupo de empresas estatais as quais formam um sistema – empresas como BADESC, CELESC, CASAN e demais setores estratégicos –, que garante a expansão do capitalismo no Estado, atendendo às demandas sociais e econômicas de primeiro escalão, que resultam no desenvolvimento das forças de produção, na valorização do capital e no desenvolvimento socioeconômico. É preciso entender o Estado como forma de organização superior no capital, condensando as contradições e trazendo equilíbrio econômico, seja por intervenção direta ou indireta, como visto no caso da criação de empresas estatais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da dissertação foi descrever os serviços prestados pela SCGÁS, bem como analisar os resultados financeiros e as políticas apresentadas pela Companhia. Ao constituir sua trajetória, foram analisados os desdobramentos econômicos e sociais com a inserção do gás natural em Santa Catarina. A SCGÁS é uma empresa de caráter estatal, sendo ela um meio de alargamento das funções do Estado, instrumento de política econômica e fator de desenvolvimento socioeconômico, uma relação entre Estado e desenvolvimento. Como foi constituída em um período árduo de privatizações, o estudo serve como base para explicitar os motivos de ter acontecido nessa contramão de políticas e a necessidade de manutenção de estatais em setores estratégicos como o de gás natural.

O gás natural se diferencia dos demais combustíveis fósseis pelas facilidades apresentadas por ele – mais limpo e versátil –, com usos domésticos, industriais, automotivos e na cogeração. Não possui cheiro ou cor e não é tóxico. Possui combustão completa, tornando-se muito mais ecológico que os demais combustíveis fósseis. É encontrado em reservas em terra e em mar, podendo ser associado ou não ao petróleo.

Inicialmente, no século XIX, o gás natural foi utilizado, em sua maioria, no uso residencial, mas exclusivamente para iluminação, porém perdeu espaço com a descoberta da energia elétrica. Foi apenas no século XX que o gás natural surgiu como um insumo energético de relevância social, ambiental e econômica, mas com a maioria do mercado concentrado na América do Norte, expandindo-se para o restante do mundo em seguida. Nos anos de 1990, ele já ocupava a posição de terceiro insumo mais utilizado como energia primária no mundo, captando cerca de 20% do mercado mundial, isso relacionado às políticas energéticas que visavam reduzir custos e prejuízos ambientais, como também reduzir a dependência de outras matrizes energéticas aliadas a dependências externas.

Essas características presentes no gás natural, ao longo dos anos, mudaram a visão sobre o uso desse combustível, elevando seu patamar e a necessidade de ofertá-lo ao mercado. O mercado brasileiro de gás natural é considerado recente, sendo que até os anos 90 quase não era explorado ou tampouco se olhava para ele como uma atividade principal, mas sim como função complementar à produção de petróleo. A história do gás natural no Brasil começou no ano de 1941, quando foi descoberto o primeiro poço com petróleo e gás natural na Bahia. Inicialmente, a exploração do gás era realizada por empresas privadas, formadas por acionistas brasileiros, autorizada pelo Conselho Nacional do Petróleo, conforme Lei nº 2004, de 1953, que constituiu o monopólio da União com relação ao petróleo e a Petrobras, mas apresentou

falha em relação ao gás natural, pois naquele momento era uma matriz insignificante, e assim possibilitou que os serviços de gás canalizado fossem realizados por empresas privadas, especialmente ao não associar a indústria do gás ao petróleo. Os problemas só não foram maiores porque houve a intervenção estatal para a manutenção das companhias de gás perante a concorrência imposta naquele momento, como no caso das empresas de São Paulo e Rio de Janeiro, principais mercados de gás natural na época. Na Constituição Federal de 1988, foi concedido o monopólio de distribuição aos Estados, por meio da criação de empresas públicas, e logo em seguida esse monopólio foi quebrado pela Emenda Constitucional de 1995, por meio da qual uma pequena brecha se abriu para a iniciativa privada para apenas operar na distribuição de gás. Entretanto, continuou sendo de responsabilidade do Estado regular e fiscalizar todas as atividades ligadas ao gás natural. Mesmo com a “quebra” de monopólio, a Petrobras manteve o quase monopólio do ponto de vista da participação na estrutura do mercado, resultado de um desinteresse por parte das empresas privadas nacionais e estrangeiras, já que os altíssimos custos iniciais para a pesquisa e a exploração com longo prazo de retorno espantava qualquer interesse.

A participação do gás natural na matriz energética brasileira não parou de crescer e passou dos inexpressivos 0,51%, em 1974, para 9,3% da matriz energética, em 2005, mostrando sua consolidação e a pressão da demanda sobre a oferta do produto no mercado. O fornecimento de gás proveio das disponibilidades das reservas internas e do que era importado. Uma importante parte da história quanto à oferta de gás natural no Brasil e em Santa Catarina está relacionada à oferta do gás vindo da Bolívia através do Gasbol, que começou a operar em 1999, possibilitando gerar uma grande oferta de gás a baixos preços, levando ao rápido aumento no consumo e gerando uma metamorfose no mercado. Entretanto, os problemas relacionados à oferta de gás natural apareceram, e um dos principais ocorridos no Brasil, nos anos de 1990, foi quanto à infraestrutura de distribuição, o que se refletiu em Santa Catarina, que não possuía nenhuma estrutura e nenhum interesse de empresas privadas para investir no setor pelos altos custos iniciais.

Fatores como esses aumentaram ainda mais a pressão pela disponibilidade do produto, um insumo primário de produção e uma solução energética viável. Os entraves para a expansão capitalista, como o de infraestrutura para distribuição de gás natural, como foi apresentado, exigiram uma ação do Estado para que fossem solucionados e assumissem o risco, garantindo um aporte financeiro que era necessário para a continuação dos investimentos. Com um retorno a médio e a longo prazo, após a consolidação, não despertou o interesse do capital privado para investir ou aplicar, foi então que nesse período de crise e transição surgiram as

empresas estatais como elemento para garantir a sequência da acumulação privada de capital. Nesse cenário desfavorável ao investimento, surgiu a SCGÁS, na contramão das privatizações e como uma solução econômica e social em Santa Catarina, atendendo à demanda de gás natural.

Criada em 1994, a SCGÁS foi uma empresa estatal fundada pelo governo para introduzir o gás natural no Estado, explorando e distribuindo o gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina. O projeto de criação da SCGÁS estava alinhando ao nacional e ao do Gasbol. Foi um longo período até iniciarem as suas operações no ano 2000. Nesse momento pré-operacional, apenas se contabilizaram altos investimentos em construções de redes, projetos, pesquisas e ações visando ao mercado e ao suporte à demanda existente. Esse primeiro momento também ficou marcado pelos altos custos e pelas despesas na Companhia, como as de manutenções; de obrigações sociais, trabalhistas e tributárias; e de fornecedores. Todo o valor demandado pela Companhia nos primeiros seis anos de existência foi originado, em grande parte, pelos acionistas: nos três primeiros anos, em específico, apenas por parte dos acionistas; posteriormente, houve a entrada do BADESC, uma empresa que também é estatal. Os acionistas estatais eram o Estado de Santa Catarina e a Petrobras, e ambos representavam quase 74% das ações ordinárias e 58% das ações totais, além de que os acionistas também não foram contemplados com os dividendos, visto que os resultados apresentados nos exercícios eram negativos.

Mesmo com o início das operações no ano 2000, o resultado do exercício foi negativo, na casa dos três milhões de reais, totalizando sete anos de funcionamento com alta demanda de recursos e com taxas de retorno negativas. Esses fatos foram elementos-chave para determinar o interesse do capital privado, que diferente do Estado, que queria buscar o desenvolvimento econômico e social, buscava retorno imediato na acumulação, com taxas constantes e de curto e médio prazo, trabalhando, é claro, sem incertezas, como foi o caso da inserção de um novo produto alternativo no mercado, ou seja, o gás natural. Nos anos seguintes, com o início das operações, a SCGÁS já começou a se consolidar no mercado e a introduzir esse “novo” produto, que é o gás natural, já fechando o exercício de 2001 com lucro. O investimento para expandir e diversificar o mercado foi contínuo, assim como o aumento das receitas e do lucro. Isso foi alinhado à responsabilidade social e ambiental da Companhia, que continuou investindo em projetos desse caráter, beneficiando a sociedade em geral.

No final da trajetória estudada, a SCGÁS atingiu marcas surpreendentes, contando com quase dois mil clientes, vendendo em torno de 1,7 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por uma extensa rede de mais de 800 quilômetros, resultado de um investimento acumulado de

aproximadamente 330 milhões de reais, que proporcionaram mais de R\$ 80 milhões de lucro em 2010.

Ano após ano, a empresa foi vendo os indicadores e os resultados se firmarem e expandirem positivamente. Desde a pré até a pós-operação a solidez da Companhia se traduziu em números, auferindo lucro e distribuindo dividendos, expandido e diversificando o mercado, estruturada e organizada institucionalmente, mostrando que a gestão e a intervenção bem efetuadas pelo Estado se desdobraram em uma empresa estatal que poderia alargar suas funções e ser um fator de desenvolvimento socioeconômico, como também um instrumento de política econômica, relacionando Estado e desenvolvimento.

A criação de uma estatal como a SCGÁS foi a solução apresentada para que o gás natural fosse ofertado no Estado. O gás já fazia parte de uma demanda social que precisava do combustível para poder prosperar economicamente, além da estatal também resolver outros problemas relacionados, como os de infraestrutura. Fica nítido no estudo que os altos custos iniciais e o longo prazo para o retorno do investimento causaram uma inércia empresarial por parte do capital privado, ficando sob a responsabilidade do Estado e de suas empresas desempenharem papel fundamental no contexto econômico, visto que são responsáveis pela expansão do capitalismo monopolista, retirando os entraves e desenvolvendo as forças de produção para atender às demandas e gerar a valorização de capital.

Como sugestão para estudos futuros é proposto estudar a continuidade das atividades da Companhia e seus desdobramentos alinhados às políticas de estado voltadas para o gás natural; dar continuidade ao projeto de estudo referente às estatais catarinenses e ao sistema por elas formado, como um bloco que se sustenta e mantém a prosperidade econômica, dando segurança e estabilidade para os setores-chave.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. A questão da empresa estatal: economia, política e interesse público. Seminário sobre empresas públicas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 19, n. 4, jan. 1979. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-7590197900040000](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7590197900040000). Acesso em: 12 nov. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Parte III: Fontes não-renováveis – gás natural. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília, DF: ANEEL, 2008, p. 93-104. Disponível em: [https://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876406/2008\\_AtlasEnergiaEletricaBrasil3ed/297ceb2e-16b7-514d-5f19-16cef60679fb](https://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876406/2008_AtlasEnergiaEletricaBrasil3ed/297ceb2e-16b7-514d-5f19-16cef60679fb). Acesso em: 17 fev. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **A história do gás natural no Brasil**. Brasília, DF: ANP, 2019a. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/institucional/a-historia-do-gas-natural-no-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Participação cruzada na indústria brasileira de gás natural**. Rio de Janeiro: ANP/SCG, 2002, p. 24. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/movimentacao-estocagem-comercializacao/transporte-gas-natural/estudos-notas-tecnicas/participacoes-cruzadas.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Produção nacional de gás natural (metros cúbicos)**. Brasília, DF: ANP, 2019b. Disponível em: [http://www.anp.gov.br/arquivos/dados-estatisticos/producao-gas-natural/producao\\_de\\_gas\\_natural\\_m3.xls](http://www.anp.gov.br/arquivos/dados-estatisticos/producao-gas-natural/producao_de_gas_natural_m3.xls). Acesso em: 17 fev. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2005**. Rio de Janeiro: ANP, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 13 mar. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2010**. Rio de Janeiro: ANP, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 18 jan. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2011**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>.

conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2011#Se\_\_o\_2. Acesso em: 19 maio 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2018**. Rio de Janeiro: ANP, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 13 jan. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2019**. Rio de Janeiro: ANP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ALVES, H. J.; MELCHIADES, F. G.; BOSCHI, A. O. Consumo de gás natural na indústria de revestimentos cerâmicos brasileira. **Cerâmica**, São Paulo, v. 54, n. 331, p. 326-331, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0366-69132008000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0366-69132008000300009). Acesso em: 17 dez. 2020.

AMERICAN PUBLIC GAS ASSOCIATION - APGA. **A Brief History of Natural Gas**. Washington: DC, s.d. Atualizado em 2021. Disponível em: <https://www.apga.org/apgamainsite/aboutus/facts/history-of-natural-gas>. Acesso em: 17 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO - ABEGÁS. Disponível em: <https://www.abegas.org.br/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010. Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 14. Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7382.htm). Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 12352. Brasília, DF, 16 agos. 1995a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc06.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 9, 09 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177, da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 17961. Brasília, DF, 10 nov. 1995b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm#art3). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e

comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 1. Brasília, DF, 5 mar. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 1. Brasília, DF, 5 mar. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm#capviii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm#capviii). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999; e revoga a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e dispositivo da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 2. Brasília, DF, 9 abr. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14134.htm?origin=instituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14134.htm?origin=instituicao). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 16705. Brasília, DF, 3 out. 1953. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L2004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2004.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000. Institui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, o Programa Prioritário de Termelétricidade, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 2. Brasília, DF, 25 fev. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3371.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 16925. Brasília, DF, 07 ago. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999. Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 1. Brasília, DF, 27 out. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19847.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS. Disponível em: <http://www.scgas.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS. **Estatuto Social de 27 de setembro de 2019.** Disponível em: <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>. Acesso em: 15 maio 2021.

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS. Disponível em: <https://www.cegas.com.br/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2018:** Ano base 2017. Rio de Janeiro: EPE, 2018, p. 294. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-419/EN2018\\_\\_Int.pdf](http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-419/EN2018__Int.pdf). Acesso em: 19 fev. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura. **Distribuição de gás natural no Brasil:** dados e aspectos regulatórios. Rio de Janeiro: FGV/CERI, 2019, p. 28. Disponível em: [https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2019-07/Cartilha%20distribui%C3%A7%C3%A3o\\_formatada%2012072019.pdf](https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2019-07/Cartilha%20distribui%C3%A7%C3%A3o_formatada%2012072019.pdf). Acesso em: 13 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.  
GOULARTI FILHO, A. Créditos, planos e planejamento em Santa Catarina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, 2012.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2016. 431p.

GOULARTI FILHO, A. O Planejamento estadual em Santa Catarina 1955-2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26. n.1, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno:** estudo da produção mecanizada. Vol. XXII. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1985, 368 p. (Os economistas).

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996, p. 320.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. **Relatório Final do Ensaio de Proficiência para Análise de Composição de Mistura de Gases 4a Rodada:** Gás Natural. 2011. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/pdf/RF-mistura-gases-4.pdf>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p.

LIMA, P. C. R. **O setor de gás natural e seu novo marco legal**. Nota Técnica: Consultoria Legislativa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009, p. 13.

LIST, F.; HODGSKIN, T. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1983, p. 338. (Coleção Os Economistas).

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARTINS, M. P. Setor de Gás Natural no Brasil. Reestruturação e regulação do setor de energia elétrica e do gás natural. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL*, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, out. 2006, p. 28. Disponível em: [http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/eventos/seminariointernacional/2006/artigos/pdf/Maria\\_Martins.pdf](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/eventos/seminariointernacional/2006/artigos/pdf/Maria_Martins.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

MICUCCIÉ, L. **Natural gas industry and markets organization**. 2006. Disponível em: <http://www.gasprocessingnews.com/features/202006/natural-gas-industry-and-markets-organization.aspx>. Acesso em: 12 maio 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME. **Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural**. 51. ed. Brasília, DF: Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis/Departamento de Gás Natural, 2011. Disponível em: [http://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/\\_document\\_library\\_display/M02KzA2dNdQq/view/430837?\\_110\\_INSTANCE\\_M02KzA2dNdQq\\_redirect=http%3A%2F%2Fantigo.mme.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fsecretarias%2Fpetroleo-gas-natural-e-biocombustiveis%2Fpublicacoes%2Fboletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural%3Fp\\_p\\_id%3D110\\_INSTANCE\\_M02KzA2dNdQq%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_pos%3D1%26p\\_p\\_col\\_count%3D2](http://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/_document_library_display/M02KzA2dNdQq/view/430837?_110_INSTANCE_M02KzA2dNdQq_redirect=http%3A%2F%2Fantigo.mme.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fsecretarias%2Fpetroleo-gas-natural-e-biocombustiveis%2Fpublicacoes%2Fboletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural%3Fp_p_id%3D110_INSTANCE_M02KzA2dNdQq%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D2). Acesso em: maio\2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-nacional-de-energia-pne>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME. **Plano Nacional de Energia 2050**. Brasília: MME/EPE, 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-nacional-de-energia-pne>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições a intervenção estatal no Brasil dos anos 90**. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285362>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MUNÕS, C. P. F.; GOMES, I.; HOLLANDA, L. Gás Natural. **Cadernos FGV Energia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 80, nov. 2014. Disponível em: [https://www.fgv.br/fgvenergia/caderno\\_gas\\_natural/files/assets/common/downloads/caderno\\_g.pdf](https://www.fgv.br/fgvenergia/caderno_gas_natural/files/assets/common/downloads/caderno_g.pdf). Acesso em: 12 fev. 2020.

PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO. **Relatório da Administração 2019**. Rio de Janeiro: Gaspetro, 2019, p. 27. Disponível em: <https://gaspetro.com.br/images/downloadpdf/Relatorio-de-Administracao-da-GASPETRO-2019---VERSO-FINAL.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 272.

PRATES, C. P. T. *et al.* **Evolução da oferta e da demanda de gás natural no Brasil**. Vol. 24. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2006, p. 35-68. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2424>. Acesso em: 15 jan. 2020.

RODRIGUES, M. G. **Um estudo sobre a expansão do gás natural no Brasil num contexto de integração regional**. 1995. 164 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/265677>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.161**, de 18 de abril de 1995. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.413**, de 22 de abril de 1996. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.660**, de 23 de abril de 1997. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.905**, de 24 de abril de 1998. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.150**, de 23 de abril de 1999. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.392**, de 12 de abril de 2000. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993. Autoriza a constituição da Sociedade por Ações Companhia de Gás de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial**, n. 14634. Florianópolis, 25 fev. 1993. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8999\\_1993\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8999_1993_Lei.html). Acesso em: 15 maio 2021.

SANTA CATARINA. Lei nº 9.493, de 28 de janeiro de 1994. Dispõe sobre o regime de prestação de serviço público de gás canalizado, previsto no artigo 25, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 8º, inciso VI, da Constituição Estadual. **Diário Oficial**, n. 14864. Florianópolis, 31 jan. 1994. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9493\\_1994\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9493_1994_Lei.html). Acesso em: 15 maio 2021.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.637**, de 09 de abril de 2001. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.859**, de 06 de abril de 2002. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.129**, de 04 de abril de 2003. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.373**, de 13 de abril de 2004. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.620**, de 18 de abril de 2005. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.863**, de 12 de abril de 2006. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.089**, de 22 de março de 2007. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.325**, de 19 de março de 2008. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.584**, de 13 de abril de 2009. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.821**, de 07 de abril de 2010. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 19.060**, de 04 de abril de 2011. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTOS NETO, J. L. **O estado no processo de acumulação capitalista: o papel das empresas estatais**. 1984. 182 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37886>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SANTOS, E. M.; FAGÁ, M. T. W.; BARUFI, C. B.; POULALLION, P. L. **Gás natural: a construção de uma nova civilização. Revista Estudos Avançados.** São Paulo: usp, p. 24, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10207/11804>> acesso em: 05 maio 2021.

SANTOS, W. G. dos. **Perspectivas da utilização de gás natural no Brasil.** 2012. 240 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5273](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5273). Acesso em: 17 maio 2021.

SCHNEIDER, B. R. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas.** 1871: texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013, p. 42.

SECRETARIA DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL - SPG. **Boletim mensal de acompanhamento da indústria do gás natural.** Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2017. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SOKOLOV, D. The Role of Natural Gas in Global Energy Balance for Period till 2040. *In: INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR ENERGY ECONOMICS CONFERENCE*, 40., 2017, Singapore. **Anais...** Cleveland, Ohio: IAEE, 2017, p. 20. Disponível em: <http://www.iaee.org/iaee2017/submissions/Presentations/4.%20Singapore%20Sokolov.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

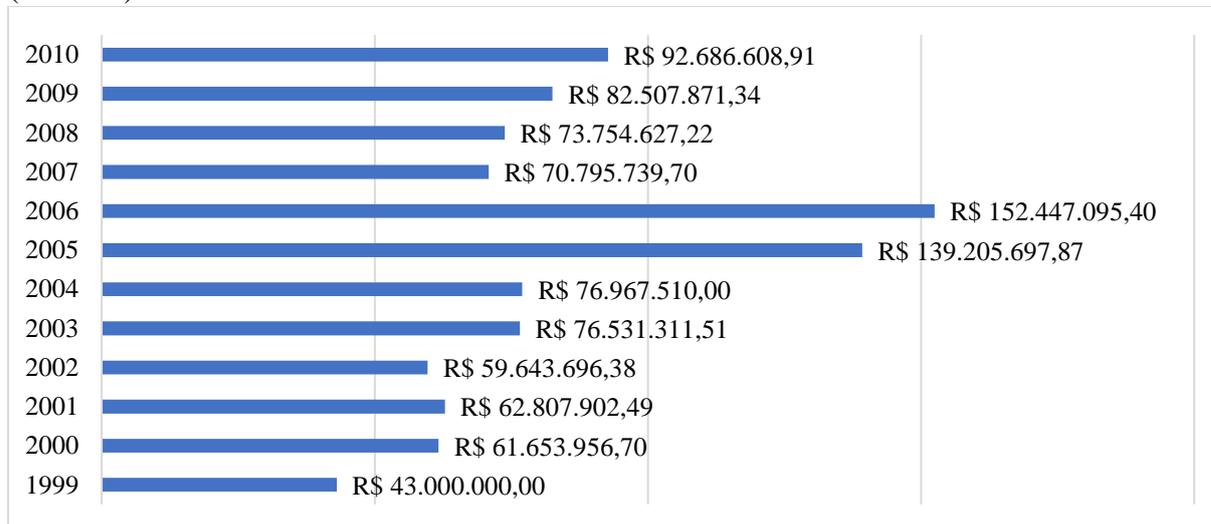
SOUSA, F. J. R. de. **O setor de gás natural no mundo.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados/Biblioteca Digital Câmara, 2010, p. 16.

VILANI, R. M.; MACHADO, C. J. S. A competência da União para a elaboração de “Plano Nacional das Atividade de Exploração de Petróleo e Gás Natural” no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 187-206, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a12.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

**ANEXOS**

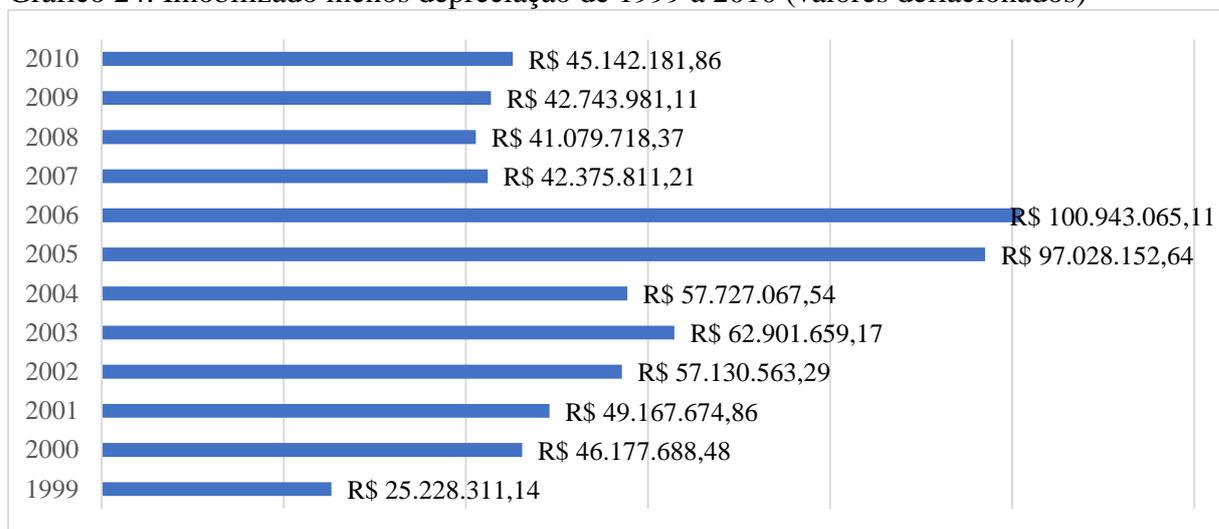
## ANEXO A – GRÁFICOS COM VALORES DEFLACIONADOS

Gráfico 23: Investimento total acumulado e deflacionado da SCGÁS entre 1999 a 2010 (Milhões)



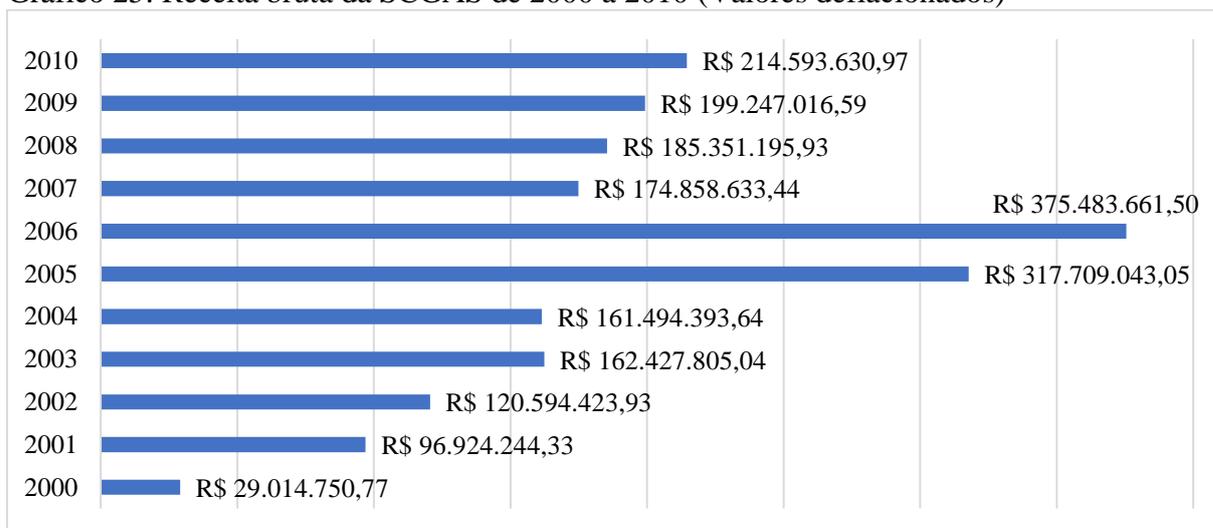
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 24: Imobilizado menos depreciação de 1999 a 2010 (valores deflacionados)



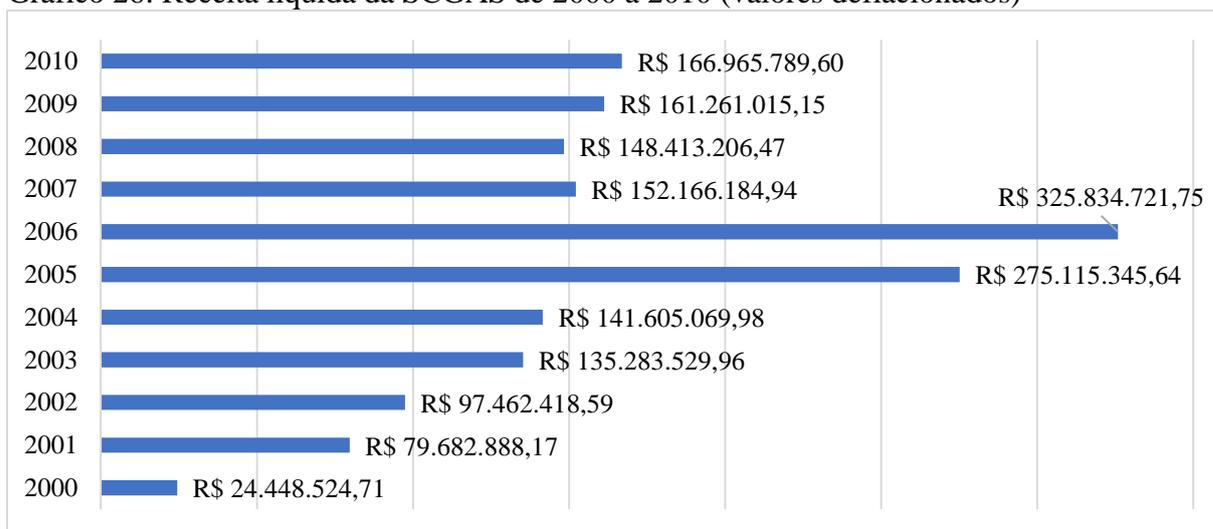
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 25: Receita bruta da SCGÁS de 2000 a 2010 (Valores deflacionados)



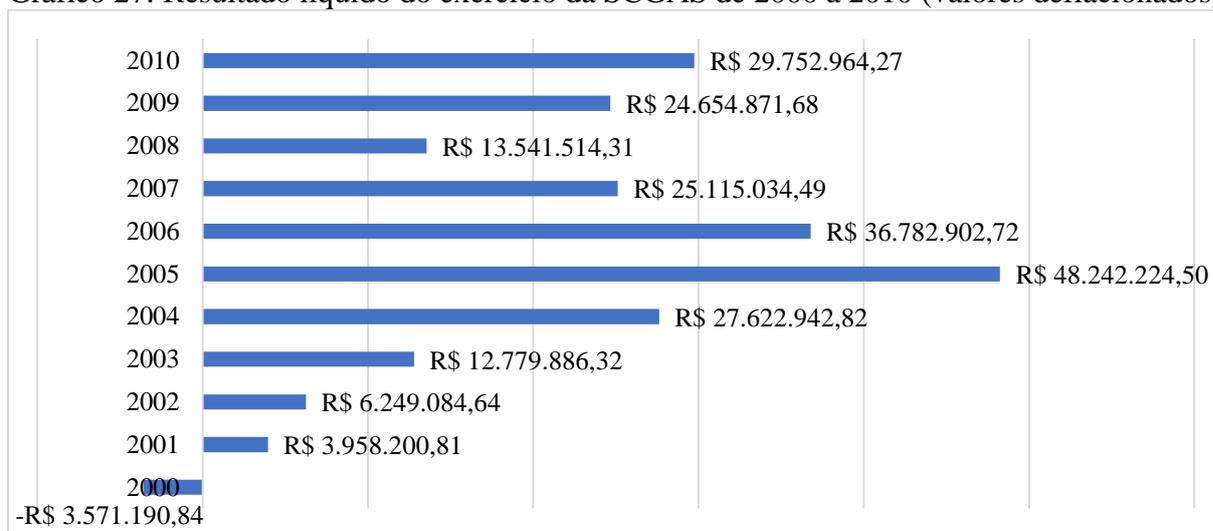
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 26: Receita líquida da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores deflacionados)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 27: Resultado líquido do exercício da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores deflacionados)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).